



ANELISA DE ASSIS CAMPOS

“FEIRA – OCUPAÇÃO”

Um estudo de caso sobre mulheres e relações sociais solidárias no
espaço público: O Solar na Praça – Feira Livre

**LAVRAS – MG
2021**

ANELISA DE ASSIS CAMPOS

“FEIRA – OCUPAÇÃO”

Um estudo de caso sobre mulheres e relações sociais solidárias no espaço público:

O Solar na Praça – Feira Livre

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - PPGDE, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira
Orientador

Prof.^a Dra. Daniela Abritta Cota
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2021**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Campos, Anelisa de Assis.

"Feira Ocupação": Um estudo de caso sobre mulheres e
relações sociais solidárias no espaço público: O Solar na Praça –
Feira Livre / Anelisa de Assis Campos. - 2021.

135 p.

Orientador(a): Benedito Anselmo Martins de Oliveira.

Coorientador(a): Daniela Abritta Cota.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Relações sociais no espaço público. 2. Direito à Cidade. 3.
Economia Solidária. I. de Oliveira, Benedito Anselmo Martins. II.
Cota, Daniela Abritta. III. Título.

“FEIRA – OCUPAÇÃO”

Um estudo de caso sobre mulheres e relações sociais solidárias no espaço público:

O Solar na Praça – Feira Livre

“CRAFT FAIR – OCCUPATION”

A case study on women and supportive social relations in the public space:

O Solar na Praça – Craft Fair

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - PPGDE, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 26 de novembro 2021.

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira - UFLA

Prof.^a Dra. Maria Clara Oliveira Santos



Pr. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira
Orientador



Prof.^a Dra. Daniela Abritta Cota
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2021**

À minha mãe que, segura minha mão, em todos momentos desafiadores, acreditando que sou capaz e vibrando por meus passos. Mãe, você é meu maior exemplo de força, persistência e cuidado. Obrigada por, mesmo com toda dificuldade, abrir portas para minha caminhada ser mais leve e segura, sempre que possível. Te amo!

A cada mulher que, com coragem, afeto e resiliência, demonstrou que o simples e o coletivo podem fazer a diferença na realidade urbana da cidade de São João del-Rei.

Vocês são responsáveis por algo grandioso, único e transformador.

Vida longa ao Solar, e a vocês toda minha admiração!

E para todos que também passaram por momentos delicados e lidaram com dor e dificuldade nestes dois últimos anos: não foi fraqueza e nem irá doer para sempre.

Que isso tudo não apague o que há de melhor em nós, pois a coragem de seguir abraçando nossas vulnerabilidades, em um cenário tão desafiador como este que vivenciamos, é o que realmente nos faz fortes. [Para reler sempre que necessário]

Sigamos!

Agradecimentos

Ao finalizar a escrita deste texto, após concluir as últimas revisões desta dissertação, com calma, em paz, e com o coração cheio de carinho, anseio, mesmo que por meio de breves palavras, demonstrar e registrar meu sentimento de agradecimento às pessoas que fizeram parte do meu caminhar, ao longo deste mestrado.

Início agradecendo aos meus pais, Maria Aparecida e Vicente, e ao meu irmão, Arthur, que confiaram em minha decisão de me mudar para outra cidade para cursar o mestrado, e me apoiaram, dando suporte, incentivo, carinho e amor. Atos estes, manifestados de forma distinta, cada um à sua maneira, mas fundamentais para minha segurança e para seguir com meus planos em uma nova etapa.

À minha mãe, Cida, eu agradeço pelo grande exemplo de mulher, que demonstrou, durante meus 26 anos de vida, o quanto é necessário acreditar em nossos sonhos, bancar as nossas lutas e retribuir com alegria, bondade, fé e gratidão cada obstáculo e desafio que chegue até nós. Sua força me inspira diariamente, e com certeza, foi o grande motivador que norteou minha decisão em dedicar esta pesquisa à mulheres e mães.

Aos colegas de turma, agradeço pela companhia, pelo afeto compartilhado e ao incentivo. Em especial à Kreicy, pelas palavras de conforto e seu sempre gesto amigo, além da confiança e presença, sua compreensão, paciência e a amizade que construímos juntas.

Aos mestres e professores, pela generosidade do compartilhar. À extensão, por permitir meu encontro com o ensino no qual acredito e almejo para todos e todas.

Ao PPGDE, por me acolher, arquiteta urbanista, em um mestrado interdisciplinar e confiar em minha pesquisa. Ao meu orientador Bené, agradeço por confiar em meu olhar multidisciplinar e pela positividade em acreditar que tudo daria certo. À Dani, com toda sua generosidade e calma, por ter sido uma base sólida nessa trajetória e ter contribuído de forma tão significativa nesta pesquisa. À Maroca, obrigada pela delicadeza de nos fazer viver e esperar Paulo Freire em cada palavra compartilhada e sorriso distribuído.

À professora Luciana, que hoje considero também uma amiga. Obrigada pela relação tão leve e próxima na sala de aula, por acreditar tanto em mim, pelas oportunidades e por vibrar em cada passo dado nessa trajetória na pós-graduação. Guardo, com muito carinho, cada palavra de incentivo e gesto de apoio.

Às amigas Pâmela, Valesca, Thalita e Roberta, que desde o meu primeiro dia em Lavras me acolheram, de coração aberto, na nossa Autominas, e permitiram que nossa casa de esquina se tornasse um lar para mim. Obrigada pela companhia, pelas horas e horas de conversas sentadas à mesa da sala, pelas receitas compartilhadas na cozinha e momentos de tanto amadurecimento, diversão e leveza.

Ao Titi, nosso mascote da Autominas, agradeço pela companhia silenciosa ao pé da cadeira enquanto estudava por horas, e pelo carinho de também ter me aceitado como sua tutora, em seu último ano de vida.

Ao Lion, meu primeiro cachorro e grande amigo de longos 18 anos, e que também partiu no início de 2020, agradeço pela força de ter ficado aqui entre nós, mesmo com a idade já avançada e saúde comprometida, ao longo de todo o ano em que estive fora, fazendo companhia à minha mãe. Sei que você esperou meu retorno para São João del-Rei, para finalmente poder descansar, meu amigo. Obrigada!

À Nina, nosso raio de sol traduzido em *pet*, que chegou em 2021, e trouxe alegria para a casa, ânimo ao coração e a energia do recomeço, tão simbólico e necessário neste ano.

Às mulheres do Projeto Solar na Praça – Feira Livre, que de forma tão generosa me aproximaram ainda mais do projeto e me permitiram compartilhar, por meio desta pesquisa, um breve recorte dessa história.

À Anna Beatriz que me ajudou, neste último ano, a olhar para dentro e identificar o que de fato, cabia a mim, dentro das minhas possibilidades, aceitar minhas imperfeições de forma gentil e vibrar também, com orgulho e carinho, pelo meu caminho percorrido até aqui.

E a todos que, de certa forma, contribuíram, em algum momento, nestes anos de pesquisa, seja com informações, textos frutíferos, conversas fraternas, cafés no intervalo, desabafos sinceros, palavras amigas e inúmeros detalhes cotidianos, tão importantes para minha evolução como ser humano e também, para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa parte do interesse em refletir sobre as relações entre os sujeitos e o espaço público, a partir de uma perspectiva do cuidado. A necessidade de incorporar um enfoque feminista nas análises sobre o *direito à cidade* reforça a urgência de estudos na área para que tragam alternativas e debates em prol de uma reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana, e conseqüentemente desafie a premissa de que o planejamento é neutro. Portanto, trata-se de uma pesquisa social qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso: o Projeto “Solar na Praça - Feira Livre” idealizado, realizado e mantido no bairro Solar da Serra, em São João del-Rei, por mulheres que acreditam que, através do ofício com trabalhos manuais, podem desbravar caminhos de forma coletiva e solidária. Busca-se compreender, com essa investigação, como o projeto da feira livre e a ocupação da Praça contribuem para o resgate do uso do espaço público, por meio da ressignificação local do espaço da praça, a partir de intervenções solidárias no espaço público, promovidas por mulheres. Acredita-se que o projeto abarca uma experiência que possibilita a associação não somente dos princípios da Economia Solidária nas discussões das esferas da vida cotidiana e das demandas em relação à cidade, mas incorpora também a ética do cuidado, permitindo, às pessoas sentirem e vivenciarem, de fato, o direito à cidade.

Palavras-chave: Relações sociais no espaço público; mulheres, cuidado e cotidiano; Economia Solidária; feira urbana; direito à cidade; São João del-Rei.

ABSTRACT

This article aims at reflecting upon the relationships between people and public spaces, from a care perspective. The need to incorporate a feminist approach in the analysis of the right to the city reinforces the urgency of studies in the field that bring alternatives and debates in favor of the reorganization of public spaces from the everyday life perspective, and consequently challenges the premise that planning is neutral. Thus, this work is a qualitative social research, conducted through a case study – the "Solar na Praça – Craft Fair" project – conceived, accomplished, and held in the Solar da Serra neighbourhood, in São João del-Rei, by women who believe that through their handwork, they can open paths in a collective and solidary way. The aim of this investigation is to understand how the craft fair project and the square occupation contribute to reclaim the public space usage, through the local resignification of the square space, from solidary interventions in the public space, promoted by women. It is believed that the project encompasses an experience that enables the association not only of the principles of solidarity economy in discussions related to daily life domains and demands related to the city, but also incorporates the ethics of care, allowing people to feel and actually experience the right to the city.

Keywords: Social relations in public spaces; women, care and daily life; solidarity economy; urban craft fair; right to the city, São João del-Rei.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 01. Diagrama do cotidiano feminino x masculino.....	53
Figura 02. Deslocamento diário entre casa e trabalho.....	61
Figura 03. Diagrama da evolução da ocupação e da mancha urbana de São João del-Rei – Minas Gerais.....	66
Figura 04. Perímetro urbano e bairros do município de São João del-Rei – MG, com destaque para o Bairro Colônia do Marçal.....	68
Figura 05. Vista área do Bairro Colônia do Marçal e Loteamento Solar da Serra.....	70
Figura 06. Localização da moradia das feirantes entrevistadas.....	75
Figura 07. Diagrama tipologias do espaço para a vida cotidiana.....	76
Figura 08. Praça Dr. Ovídio Vicentini.....	80
Figura 09. Praça Dr. Ovídio Vicentini.....	80
Figura 10. Mensagem encaminhada ao grupo de bairro do Solar da Serra para consulta à comunidade sobre a realização da feira na praça do bairro	83
Figura 11. Participantes do Solar na Praça em dia de reunião.....	84
Figura 12. Arte de divulgação da feira com registro da ocupação da praça.....	86
Figura 13. Arte de divulgação da feira com registro da ocupação da praça.....	87
Figura 14. Segunda edição “Solar na Praça - Feira Livre” em maio de 2019.....	91
Figura 15. Atividades de recreação para crianças e apresentações culturais de artistas locais.....	94
Figura 16. Mapa mental resultante da atividade proposta às mulheres entrevistadas baseada na metodologia Poema dos Desejos.	94
Figura 17. Exposição e venda de produtos artesanais.....	97
Figura 18. Comercialização e exposição em brechós.....	98
Figura 19. Comercialização de hortaliças e alimentos produzidos artesanalmente.....	99
Figura 20. Shows e apresentações culturais de músicos locais.....	100
Figura 21. Prática de terapias holísticas e atividades físicas realizadas na parte do “bosque”, localizado em uma das extremidades da praça.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Relação entre número total de entrevistadas e faixa etária.....	57
Tabela 02. Segmento de trabalho das artesãs.....	57
Tabela 03. Dados das participantes que compõem a amostra da pesquisa.....	59
Tabela 04. Distribuição de expositores cadastrados no primeiro ano de feira	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Justificativa.....	20
1.2	Questões da pesquisa	22
1.3	Objetivos	23
1.3.1	Objetivo geral	23
1.3.2	Objetivos específicos	23
1.4	Delineamento e etapas da pesquisa.....	24
1.5	Universo e amostras de pesquisa para entrevistas semiestruturadas.....	29
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1	Ações coletivas femininas na Economia Solidária	31
2.1.1	A Economia Solidária no contexto Brasileiro	34
2.1.2	Atuação das mulheres na Economia Solidária	37
2.1.3	As feiras de Economia Solidária	39
2.2	Relações sociais no espaço público	43
2.3	Mulheres, cotidiano e direito à cidade.....	45
2.3.1	A divisão sexual do trabalho e a produção da cidade contemporânea	54
3	SOLAR NA PRAÇA - FEIRA LIVRE E A REIVINDICAÇÃO PELO DIREITO À CIDADE.....	57
3.1	Mulheres e relações solidárias no espaço público do Solar da Serra: A feira ocupação.....	62
3.1.1	Do macro ao micro: percepções locais em um cenário municipal	64
3.1.2	Ocupar para “re”nascer usos	74
3.1.3	Criar raízes para fazer crescer: atuação coletiva e a construção do projeto	81
3.1.4	“A feira na praça como retomada de acesso ao um lugar seguro”	90
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
5	ANEXOS.	

1. INTRODUÇÃO

A consciência e valorização por parte da população sobre a importância da cidade e suas relações territoriais são essenciais no processo de desenvolvimento e transformação das próprias cidades. Para Harvey (2014), o tipo de cidade que se almeja está diretamente relacionado “ao tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos” (HARVEY, 2014, p.28). Sendo assim, ao explorar suas potencialidades e possibilidades de apropriação por meio de uma participação popular efetiva, a sociedade acaba por colaborar positivamente na construção de ambientes urbanos mais vivos e no próprio desenvolvimento local, seja da comunidade, do bairro ou da própria cidade.

Também aliado à temática urbana, o “direito à cidade”, (LEFEBVRE, 1968), é colocado em pauta como um direito coletivo em prol dos direitos fundamentais à vida como moradia, segurança, igualdade, liberdade, lazer, além da própria cidadania e do bem estar de todos. Segundo Harvey (2014) o direito à cidade reivindica o exercício de um poder coletivo sobre a urbanização, e “é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28).

O espaço da cidade quando apropriado de forma efetiva e coletivamente por seus usuários, traz vida, movimento e estimula relações. As necessidades de vida, individuais e coletivas, sejam de trabalho, educação ou lazer, junto ao olhar de mundo e tipos de relações que se almeja, moldam as relações de apropriação e uso do espaço urbano, em especial o espaço público, tido como um lugar de liberdade, do discurso e da ação. Portanto, “a sociedade é o elemento indiscutível do espaço público, seu aspecto essencial, pois determina o uso e função do espaço a partir de sua apropriação” (MAIA e SANTOS, 2019, p.1).

Quando tratamos de necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, passamos a falar também de *cotidiano*. As atividades desenvolvidas pelas pessoas, ao longo do dia, refletem em uma série de questões diretamente relacionadas à cidade, sendo elas relacionadas desde os percursos diários entre moradia e trabalho, aos equipamentos públicos que utiliza, até as condições das calçadas, qualidade do trânsito e acesso a serviços básicos, de saúde e educação. Também ao pensar sobre o cotidiano é necessário

considerar as diferenças existentes no modo de vida de cada pessoa, diferenças essas condicionadas pelo gênero, idade, classe social e por necessidades especiais devido a limitações físicas. Sendo assim, o conceito de *cotidiano*¹ permite uma reflexão sobre a importância do suporte físico e da qualificação dos espaços para usos sociais diversos, uma vez que as atividades e necessidades individuais dependem de experiências de vida tanto coletivas quanto individuais, e por isso, torna-se essencial uma análise sobre a função das tarefas realizadas pelas diferentes pessoas no dia a dia.

Meu interesse em pesquisar sobre a profundidade e riqueza das relações cotidianas entre as pessoas e a cidade, e o papel das pessoas como principais agentes transformadores do espaço, iniciou-se no período de graduação, na Universidade Federal de São João del-Rei, através da oportunidade de desenvolver trabalhos e pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo, cujo objeto de estudo e campo de atuação foi minha cidade natal, São João del-Rei-MG. Como urbanista apaixonada pela cidade e suas configurações, aprofundar sobre o contexto que eu estava inserida desde a infância, foi de extrema importância e influência no interesse pela descoberta constante das potencialidades tão singulares de cada bairro da cidade. Além disso, por meio de toda sensibilidade que envolve o trabalho com os diversos agentes que compõem e transformam o espaço urbano, foi inevitável que meus propósitos alcançassem também as carências e problemáticas que abarcam a realidade das cidades brasileiras, e que não diferentemente, estão presentes no município de São João del-Rei.

Tratando-se de uma cidade intermediária², pois reflete situações locais muito distintas, “dependendo de sua localização, integração espacial, de suas estruturas sociais e econômicas e relações com outras cidades, e também das características específicas de seu processo de urbanização” (COTA e DIÓRIO, 2014, p.68) e, portanto, em sua

1 Considera-se aquilo que é habitual ao ser humano, ou seja, está presente na vivência do dia a dia.

2 Segundo COTA e DIÓRIO, o município de São João del-Rei, embora não tenha alcançado a população de 100.000 habitantes e por isso enquadra-se na categoria de município de pequeno porte, qualitativamente o mesmo vem apresentando características de cidades de médio porte: 1) crescimento demográfico significativo nos últimos anos, atraindo pessoas em busca de emprego e renda; 2) vem assumindo a função de centro polarizador de atividades e articulador de território, tornando-se polo das cidades de seu entorno, chegando a estabelecer com alguns deles certa conturbação, adquirindo relevância crescente na rede urbana brasileira (COTA e DIÓRIO, 2014). Sendo assim, uma vez que atua como polo articulador de atividades entre as cidades de seu entorno, o município também incorpora uma população flutuante densa que mantém relações cotidianas. Como exemplo pode-se citar a Cidade de Santa Cruz de Minas que possui uma população de 7.865 pessoas (IBGE, 2010).

classificação, também estão implícitos fatores de natureza qualitativa. No caso de São João del-Rei, isso pode ser observado, na presença de bairros em diferentes escalas e realidades, tanto dotados de infraestrutura e dinamicidade econômica quanto em processo de consolidação. Alguns bairros são marcados por diferentes configurações e realidades que dão a eles características singulares, como a aproximação com a natureza e o campo, por exemplo. Além disso, a expansão territorial da cidade de forma fragmentada e dispersa, a partir do final do século XX, reforça a consolidação de bairros periféricos e carentes de infraestrutura e diversidade de usos.

A diversidade de fatores que contemplam as situações citadas acima, caracterizam o território do bairro Colônia do Marçal. As potencialidades locais em paralelo aos desafios e carências em termos de planejamento urbano, despertaram meu interesse como pesquisadora em aprofundar os estudos sobre a dinamicidade das relações sociais e territoriais ali existentes, e motivaram a escolha do bairro, seus moradores e suas relações com os espaços livres que compõem o seu território, como objeto de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho final de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del-Rei³, no ano de 2018.

Na pesquisa teórica e prática desenvolvida, busquei reforçar a relevância da dimensão humana no planejamento e projeto urbano e por meio da elaboração de uma proposta conjunta de centralidade, mobilidade e sustentabilidade. Foram sugeridas ferramentas e soluções que comprovam as inúmeras possibilidades de qualificação dos espaços livres e da própria cidade como espaço para convívio, apropriação, contato com a natureza, compartilhamento de saberes, e que principalmente, supram, de forma digna, às necessidades e relações cotidianas de trabalho, educação e lazer e, portanto, atendam ao modo mais humano e sustentável de fazer urbanismo.

No trabalho, procurei me apoiar em autores, que desde os anos 60, dedicaram-se em discussões e métodos que abrangem a necessidade de se pensar e projetar cidades e espaços urbanos mais humanos, como o arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, que defende a reorientação do planejamento urbano a partir de uma efetiva ocupação dos espaços públicos e da priorização de pedestres e ciclistas em prol de mais qualidade de vida urbana (GEHL, 2015), e Jane Jacobs, urbanista social e ativista americana que

3 CAMPOS, A. A. **Sistema de espaços livres como instrumento para reabilitação urbana do bairro Colônia do Marçal-SJDR, MG**. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2018.

dedicou sua luta à crítica ao que se produzia por urbanismo até então (baseado em preceitos modernos e segregacionistas), em prol de uma cidade viva, que resgata suas preexistências e possibilita relações a partir de espaços diversos que consideram as dinâmicas urbanas a partir do cotidiano (JACOBS, 1961 apud COTA, 2020, p. 26). O legado de Jacobs refletiu em debates, dentro e fora do meio acadêmico, sobre as relações entre as pessoas e a cidade, e sua visão como mulher e mãe, foi decisiva e fundamental em suas contribuições.

Com isso, foi possível, em um período de aproximadamente um ano (entre 2017 e 2018), ter uma aproximação com o bairro por meio do trabalho de campo, com enfoque nas observações voltadas para as relações entre a comunidade e o espaço público e as práticas cotidianas ligadas aos espaços livres de uso coletivo. Sendo assim, a partir da experiência e do contato com o bairro por meio do trabalho final de graduação, surgiu à motivação de dar continuidade aos estudos sobre as dinâmicas territoriais do bairro no mestrado.

As disciplinas, cursadas no Mestrado vinculado ao PPGDE, sobre Economia Solidária em Diálogo com o Desenvolvimento Sustentável e Relações de Gênero e Empoderamento permitiram o contato com temas ainda não estudados em minha trajetória acadêmica e formação em Arquitetura e Urbanismo, como a Economia Solidária e relações de gênero. Esses temas auxiliaram no aprofundamento de outras temáticas como: as construções sociais coletivas; relações de cooperação; ajuda; diálogo e compartilhamento de saberes e informações; e a questionamentos sobre a importância do espaço urbano ser refletido e adaptado a partir de uma perspectiva de gênero.

Destaco neste momento, o quanto a oportunidade de me aprofundar em discussões e leituras relacionadas às questões de gênero, em suas diversas esferas, ampliou também o meu olhar não só como arquiteta urbanista, mas também como sujeito mulher. Mulher essa que vive a cidade, se apropria de seus espaços e, assim como todas as outras, independente de faixa etária, depende e necessita urgentemente não só de segurança, mas de uma infraestrutura e de um desenho urbano que nos possibilite mais autonomia. Enfim, uma cidade que atenda às nossas necessidades cotidianas e que nos permita dela se apropriar de acordo com nossos anseios.

Levantar as questões abordadas neste trabalho é falar a partir do meu lugar de fala, como mulher, filha, estudante e profissional que passa, por exemplo, por situações de insegurança e assédio no espaço público; que depende do transporte público; que transita

pela cidade; e, que sente, ao vivenciar os espaços sob a esfera privada e pública, individual e coletiva, as consequências da ausência de reflexões sobre o modo como nós mulheres experimentamos e percebemos as cidades, que é tão naturalizado de forma autoritária pela ótica masculina, produtiva e não plural.

Dessa forma, as reflexões sobre a perspectiva de gênero, em um mestrado interdisciplinar, serviram de referencial para questionamentos e reflexões sobre o papel da mulher e das dinâmicas coletivas na produção do espaço, uma vez que a cidade é o cenário em que a vida cotidiana se desenvolve, com base em uma estrutura urbana definida por valores capitalistas e patriarcais (VALDÍVIA, 2017), que inibem a mulher do usufruto da cidade.

A partir de uma reflexão sobre o princípio da dialética encontrado, por exemplo, nas teses marxistas, constata-se que o dualismo de ideias, posicionamentos e concepções marcam as diversas esferas da sociedade no cotidiano feminino. Isso pode ser identificado também nas relações trabalhistas. Além dos sinais de desigualdade entre homens e mulheres presentes no ambiente de trabalho, as atividades relacionadas ao cuidado da casa, dos filhos e outros dependentes, fazem da mulher responsável por trabalhos produtivos e reprodutivos, esses últimos não remunerados, em esfera privada e/ou pública, o que resulta em condições de sobrecarga, dependência e opressão.

Por outro lado, dentro de um contexto marcado pela hegemonia do sistema capitalista e políticas neoliberais que favorecem o crescimento econômico sem desenvolvimento social, sem alternativas sociais mais emancipatórias (como a Economia Solidária que é baseada em princípios de colaboração e coletividade) surgem, como estratégias de geração de trabalho, renda, e principalmente, autonomia, grupos “invisibilizados”, compostos, em boa medida, por mulheres.

Dentro deste contexto, em abril de 2019, surgiu um novo projeto de feira livre na cidade de São João del-Rei, realizado no “bairro” Solar da Serra⁴, e idealizado por mulheres. Devido ao contato com alguns moradores do bairro, o convite para conhecer a

4 O “bairro” Solar da Serra trata-se de um loteamento aprovado e executado na década de 80 em área localizada no Bairro Colônia do Marçal, que surgiu com a chegada de aproximadamente 22 famílias italianas em São João del-Rei em 1888, e está localizado na parte leste da cidade de São João del-Rei, à margem direita do Rio das Mortes, e cortado pela BR 383 com saída para Belo Horizonte-MG. Por se constituir em parte de um bairro oficial (Colônia do Marçal) não há dados específicos disponíveis sobre o perfil dos moradores e moradoras do Solar da Serra (COTA, 2020, p.39).

feira veio por meio de uma das moradoras e também expositora. A partir do contato prévio realizado, devido aos trabalhos desenvolvidos na disciplina de Economia Solidária em diálogo com o Desenvolvimento Sustentável (no PPGDE), o interesse em pesquisar a natureza da iniciativa e suas particularidades foi consolidado. Essa inquietação deu origem a esta pesquisa.

O projeto, idealizado, realizado e mantido no “bairro” Solar da Serra em São João del-Rei e que é objeto desta pesquisa, se intitula: “Solar na Praça - Feira Livre”. Foi idealizado por cinco mulheres artesãs que acreditam no potencial dos trabalhos manuais e nas iniciativas coletivas, para despertar o interesse da comunidade por ações voltadas ao consumo consciente, à prática da Economia Solidária e do desenvolvimento local do bairro. Além disso, o cotidiano feminino, relacionado ao cuidado dos filhos e da casa e às múltiplas atividades desenvolvidas ao longo do dia, principalmente nos espaços públicos e de uso coletivo, reforça a necessidade de se pensar a Praça como um território que apresenta relações com as atividades ali propostas, realizadas e mantidas pelas mulheres artesãs.

Desta forma, esta iniciativa coletiva e feminista que se materializou na apropriação do espaço urbano, por meio da ocupação de uma praça para a realização de uma feira, aponta a problemática que norteia este Projeto de Pesquisa. A problematização surge ao refletir sobre: a ausência de espaços públicos em escala urbana que contemplem demandas cotidianas femininas, produtivas e reprodutivas, individuais e coletivas.

Por isso, esta pesquisa parte do interesse em refletir sobre os sujeitos e suas relações com o espaço, a partir de uma perspectiva feminista e de suas demandas no espaço urbano. Busca-se compreender, com essa investigação, se o “Solar na Praça - Feira Livre”, ao se constituir de intervenções solidárias no espaço público e de ações protagonizadas por mulheres, está contribuindo para a resignificação do espaço da Praça Ovídeo Vicentini. Acredita-se que o projeto trata-se de uma experiência que possibilita a associação não somente dos princípios da Economia Solidária nas discussões das esferas da vida cotidiana e das demandas em relação à cidade, mas incorpora também a ética do cuidado, permitindo, as pessoas sentirem e vivenciarem, de fato, o direito à cidade.

Para facilitar a leitura e acompanhamento deste trabalho, ele está estruturado da seguinte forma:

No presente capítulo introdutório, foram apresentadas justificativas que levaram à escolha do tema, com reflexões sobre as relações socioespaciais entre mulheres e cidade, e sobre dinâmicas de ocupação urbana com base nas atividades reprodutivas que norteiam o cotidiano feminino, juntamente das questões de pesquisa e os objetivos, geral e específicos, deste trabalho.

Os procedimentos metodológicos adotados serão explícitos posteriormente, onde será apresentado o delineamento da pesquisa, assim como o universo e tipo de amostragem, finalizando com apresentação das etapas da pesquisa e procedimentos para coleta de dados. As informações elucidadas neste capítulo são fundamentais para justificar as escolhas dos procedimentos que foram adotados, para alcance de cada objetivo específico traçado e para o delineamento desta pesquisa no campo das ciências sociais. Neste tópico, também foram pontuadas na pesquisa, modificações decorrentes da necessidade de dar segmento ao seu desenvolvimento, durante a Pandemia da Covid-19, assim como alguns dos desafios que surgiram ao realizar uma pesquisa com um objeto empírico novo, atravessado por uma pandemia em escala global, que afetou a realidade de todos os sujeitos envolvidos.

Em seguida, desdobra-se, no terceiro capítulo, o referencial teórico apoiado em autoras e autores com suas respectivas obras, assim como suas contribuições no desenvolvimento do embasamento teórico da pesquisa. Neste momento, serão esmiuçados os três eixos que nortearam as pesquisas bibliográficas, sendo eles: I. Ações coletivas femininas na Economia Solidária; II. Relações sociais no espaço público; III. Mulheres, cotidiano e direito à cidade.

No quarto capítulo, serão apresentados as discussões e os resultados do estudo com base na análise dos dados coletados. Para finalizar, o quinto capítulo foi destinado para as considerações finais do estudo e, para se fazer sugestões possíveis, para desdobramentos ou encaminhamentos acerca da pesquisa. Além disso, neste último capítulo, se faz uma sinalização de como esta pesquisa pode contribuir para os debates e práticas sobre inserção social.

1.1 Justificativa

O ponto de partida para a realização dessa pesquisa foi meu interesse em compreender melhor as demandas das mulheres em relação à cidade, em especial em relação aos espaços públicos.

O “Solar na Praça - Feira Livre” é um Projeto de iniciativa coletiva feminista, ao que parece, fundamentado com base nos princípios da Economia Solidária, e que desde abril de 2019 vem ocupando uma das praças do bairro Solar da Serra, em São João del-Rei-MG, a fim de despertar o interesse da comunidade pela prática de atividades voltadas ao consumo consciente, além de oferecer às feirantes oportunidade de autonomia e geração de renda por meio de trabalhos manuais, e também associar o trabalho produtivo – a venda na feira – com o reprodutivo – as tarefas de cuidado.

Primeiramente, acredita-se que, o modo que a Feira vem se desenvolvendo e os possíveis impactos na realidade urbana da cidade de São João del-Rei se alinham, e podem também contribuir para as discussões presentes no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão – PPGDE. Além de que, possibilita abordagens mais amplas e interdisciplinares nesta e em futuras pesquisas, uma vez que pensar a cidade e compreender as dinâmicas cotidianas entre as pessoas e o espaço urbano é de suma importância para o desenvolvimento de uma dinâmica urbana sustentável.

De acordo com Cicolleto (2014 apud COTA, 2020, p.32) é fundamental que abordagens sobre o espaço urbano sejam feitas de forma integral e, portanto, além de *multiescalar* e *participativa*, também deva ser *interdisciplinar*, contando com a colaboração de profissionais não só da área da Arquitetura e Urbanismo, mas também ligadas à administração municipal que incorporem o conhecimento do urbano.

Portanto, diante da problematização desta pesquisa apresentada anteriormente, acredita-se que o Projeto “Solar na Praça – Feira Livre” possui potencial de transformação tanto no cotidiano quanto no trabalho e renda de mulheres da cidade de São João del-Rei, por meio da possibilidade de conciliar, através de relações entre a comunidade e espaço público, trabalho produtivo e reprodutivo. Desta forma, a escolha do “Solar na Praça – Feira Livre” como objeto de pesquisa se justifica uma vez que a ocupação da praça e a criação da feira podem significar uma possibilidade de reflexão sobre a forma como atualmente os espaços públicos são produzidos, reproduzidos – dentro de uma lógica excludente – e apropriados, além de apontar possibilidades de mudanças quando

analisados por uma perspectiva de gênero e por meio de práticas sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária.

De acordo com Falú (2017, p. 163 apud COTA, 2020, p. 26), é, principalmente, “no entorno próximo e na escala de bairro, que a vida cotidiana das mulheres se desenvolve”. Portanto, é importante destacar que abordar as relações sociais e econômicas com o espaço da praça é atuar também em escala de bairro, é entender onde está sua vitalidade (JACOBS, 1961), quais atividades são realizadas ali, os porquês que justificam sua ocupação, quais as percepções dessas mulheres em relação ao local e quais os vínculos e contatos que uma feira realizada em uma praça pode criar entre seus usuários, a partir de relações baseadas em princípios de solidariedade.

Além disso, assim como em diferentes outras áreas do conhecimento, no campo da Arquitetura e Urbanismo, debates e trabalhos que contemplam questões de gênero e o papel da mulher no campo da produção do espaço e do direito à cidade vêm emergindo nas últimas duas décadas, onde se percebe que a produção acadêmica na área é majoritariamente estrangeira, com destaque para as produções catalãs. Porém, é notória a ascensão de pesquisas na América Latina e especificamente, no Brasil, na área, nos últimos anos: Sônia Alves Calió (2004), Gabriela Leandro Pereira (2015), Diana Helene (2015), Paula Soto Villagrán (2016), Ana Falú (2017), Renata Adriana Rosa (2017), Marcela Abla (2017), Daniela Abritta Cota (2019, 2020).

Destacam-se também, no contexto brasileiro, significativas iniciativas e relevantes obras sobre o tema como o Coletivo Arquitetas Invisíveis⁵ que busca promover a igualdade de gênero por meio do reconhecimento da vida e obras de arquitetas, ampliando o repertório dos estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo, e também as discussões sobre gênero no meio acadêmico e profissional (ARQUITETAS INVISÍVEIS, 2015); a publicação pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), em 2017, de materiais destinados ao debate de temas e abordagens múltiplas que envolvem o espaço urbano e gênero e o Laboratório de Pesquisa e Extensão Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUSP), atualmente coordenado pelas professoras Paula Freire Santoro e Raquel Rolnik, e que conta com a participação de mais de 20

⁵ Coletivo criado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília em 2014.

pesquisadores de áreas interdisciplinares, que além de produções científicas e acadêmicas, dedicam-se à difusão do conteúdo desenvolvido nos projetos de pesquisa e extensão em andamento, com produção de *posts* para *blogs* e redes sociais, vídeos, *podcasts*, participação e promoção de eventos públicos e entrevistas para a imprensa, incluindo debates a partir da incorporação de gênero à produção do espaço urbano (LABCIDADE, 2020).

A necessidade de incorporar um enfoque feminista nas análises sobre o *direito à cidade* reforça a urgência de estudos na área que tragam alternativas e debates em prol de uma reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana. Este estudo de caso reforça hoje, em 2021, o que Sônia Alves Calió alertava, em 1992, sobre a urgência da sociedade “se preocupar com perspectivas não sexistas e não patriarcais, estimulando a igualdade e a diversidade, tanto para o homem como para a mulher, e que procure integrar campos de conhecimento que no dia a dia não se separam, contribuindo para a construção de uma visão mais abrangente de mundo”. Sendo assim, acredita-se que o tema, ao fazer uma análise interdisciplinar de uma experiência de mulheres no espaço público, vinculada aos princípios de solidariedade, estimula reflexões sobre o modo de pensar as cidades e sobre o papel desempenhado pelos espaços públicos para viabilizar o direito à cidade (LEFEBVRE, 1968).

Por fim, apoiada nas discussões levantadas por COTA (2020), em estudos recentes realizados com mulheres moradoras do loteamento Solar da Serra e, portanto, local em que se encontra o objeto de estudo, reforço a importância do tema dentro de um contexto municipal, uma vez que em uma cidade pensada sem a perspectiva de gênero, as mulheres continuam fora das decisões urbanas. Decisões que poderiam de fato atender a todas as pessoas, com as mesmas oportunidades e condições, independente de sexo, idade, origem ou *status* socioeconômico e que, para isso:

[...] é necessário dar ênfase à vida cotidiana das mulheres nas ações de planejamento urbano bem como atentar-se para as formas e condições de participação da mulher permitindo-lhes atuar, de fato, nas decisões sobre sua própria vida e em sua relação com a cidade. (COTA, 2020, p.26).

1.2 Questões da pesquisa

Para tanto, diante do contexto exposto anteriormente, o conhecimento prévio do

projeto e o aprofundamento em temas correlacionados aos princípios da iniciativa, presentes nas disciplinas cursadas no mestrado, enxerga-se a possibilidade, por meio da pesquisa, de melhor compreender as potencialidades do “Solar na Praça - Feira Livre”, a partir das seguintes questões:

- Quais demandas feministas estão contidas no ideário do “Solar na Praça - Feira Livre”? Como tais demandas, baseadas na realidade cotidiana e na ótica do *cuidado*, podem influenciar o planejamento e desenho dos espaços públicos e da cidade?

- Esta iniciativa, possui potencial para influenciar novas ações que fortaleçam um movimento em prol de demandas em relação à cidade a partir de uma perspectiva de gênero?

- A proposta do “Solar na Praça”, como é conhecida, pode ser considerado também uma prática de insurgência urbana?

Estes questionamentos deram sustentação para a definição dos objetivos da pesquisa, apresentados a seguir.

1.3 Objetivos

Os objetivos possuem a característica de buscar respostas para as questões previamente construídas. E são divididos entre objetivo geral e objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Compreender como o “Solar na Praça - Feira Livre” ao se constituir de intervenções solidárias no espaço público e de ações protagonizadas por mulheres está contribuindo para a ressignificação do espaço da Praça Ovídeo Vicentini e para viabilizar o direito à cidade (LEFEBVRE, 1968).

Para isso, o objetivo geral desdobra-se em quatro objetivos específicos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender como surgiu a iniciativa de ocupação da Praça Ovídeo Vicentini para a realização do projeto “Solar na Praça - Feira Livre”;

- Identificar as demandas feministas que estão contidas no ideário do “Solar na Praça - Feira Livre” e como tais demandas, baseadas na realidade cotidiana e na ótica do cuidado, podem influenciar o planejamento dos espaços públicos e da cidade;
- Compreender os significados da ocupação desse espaço público – a Praça Ovídeo Vicentini – a partir da percepção das mulheres que participam ativamente da feira e de suas interfaces com a Economia Solidária;
- Promover reflexões a partir das características identificadas no “Solar na Praça - Feira Livre” com foco na possibilidade dessa iniciativa ser considerada também uma prática de insurgência urbana.

A busca por esses objetivos deve ser feita com base em determinados procedimentos metodológicos, os quais são considerados os mais apropriados para o desenvolvimento de uma pesquisa como esta. Para isso, serão apresentados, na próxima sessão, o delineamento e as etapas da pesquisa e, a seguir, a amostragem e os procedimentos para coleta de dados, considerando inclusive o período da pandemia em que este trabalho foi desenvolvido.

1.4 Delineamento e etapas da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa social qualitativa, fundamentada em três etapas, que ocorreram sequencialmente, e também de forma simultânea, conforme julgou-se necessário.

Na primeira etapa, foi realizado um aprofundamento nos temas levantados para a construção da problematização da pesquisa e um levantamento de informações dos sujeitos. Portanto, para a compreensão dos conceitos abordados e sua relação com o objeto desta pesquisa, utilizamos da revisão bibliográfica e a pesquisa documental em fontes primárias e secundárias – como livros, artigos em periódicos, produções acadêmicas, legislações, dados estatísticos, entre outros – como procedimentos metodológicos para a fundamentação teórica da pesquisa e compreensão da realidade em que se insere o “Solar na Praça - Feira Livre”.

Caracteriza-se, então, a primeira fase desta pesquisa como exploratória, uma vez que se fez necessário adotar técnicas de aproximação com os sujeitos e com realidade do

objeto de estudo para, segundo Gil (2008), esclarecer e desenvolver conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Este tipo de pesquisa possui caráter de aproximação, e por isso constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Para isso, optou-se também pela técnica de observação simples (GIL, 2008) e visita de campo em algumas das feiras realizadas mensalmente no ano de 2019 e início de 2020; conversas informais com as idealizadoras e feirantes participantes, objetivando uma aproximação e maior abertura para compreensão da realidade dos sujeitos e da proposta do “Solar na Praça - Feira Livre”, além de um reconhecimento da área e de seu entorno.

Para Gil (2008), entende-se por observação simples “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. Sendo assim, essa técnica de aproximação em fase exploratória, segundo o autor, cumpre um papel imprescindível no processo de pesquisa, uma vez que se utiliza dos sentidos para adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano, além de que, por meio da subjetividade, auxilia na percepção dos fatos e conseqüentemente na formulação do problema e construção das possíveis hipóteses e questões de pesquisa. Dessa forma, com base nos estudos do autor citado, foram considerados os seguintes itens pela pesquisadora no processo de observação:

- a) Os sujeitos: as feirantes;
- b) O cenário: a praça Dr. Ovídio Vicentini;
- c) O comportamento social: as relações entre comunidade e feirantes, assim como deles com o espaço público durante a feira.

Como a pesquisa visa caracterizar o objeto de estudo e seus sujeitos e preocupa-se em observar os fatos para analisar e interpretar os fenômenos decorrentes da iniciativa coletiva com a criação da feira no espaço da praça, a pesquisa passa também a adotar um caráter descritivo, uma vez que busca descobrir a natureza e os reflexos dessas relações.

Uma vez que a pesquisa concentra a atenção em um determinado objeto de estudo, o “Solar na Praça - Feira Livre”, a fim de identificar suas particularidades e possibilitando uma verificação dos fenômenos a serem pesquisados, optou-se pelo estudo de caso, que segundo Yin (2005, p.32) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”.

No segundo momento da pesquisa, inicia-se o processo de coleta de dados. Para Gil (2008), os métodos de coleta de dados, proporcionam os meios técnicos para a investigação, a fim de obter um melhor e mais claro planejamento da pesquisa “em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de dados” (GIL, 2008, p.49).

Nesta pesquisa, como apontado anteriormente, optou-se pelos seguintes métodos de coletas de dados: observação simples, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

A observação simples conforme apontado anteriormente, utilizou para coleta de dados as conversas informais com as idealizadoras e feirantes participantes durante às feiras e reuniões (Anexos I e II), além de anotações pessoais em um diário de campo e registros fotográficos.

Para coletar dados que auxiliaram no reconhecimento da feira desde o início de sua construção até o momento em questão, foi utilizada a técnica de pesquisa documental também em bases secundárias. Para Gil (2008), a pesquisa documental difere-se da pesquisa bibliográfica unicamente no que diz respeito à natureza da fonte. Para o autor, são consideradas fontes de pesquisa documental todo material que não recebeu um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Com efeito, foram consultados documentos desenvolvidos e disponibilizados pela equipe de organização da feira, como atas, relatórios e fichas de cadastro das expositoras. Além disso, a consulta às informações disponíveis nas mídias sociais⁶, em que o Projeto “Solar na Praça - Feira Livre” é divulgado, também foi um dos métodos para análise documental, uma vez que no cenário atual, de acesso às tecnologias e redes de compartilhamentos de informações, por meio da *internet*, a utilização de novas mídias como ferramenta de comunicação também foi adotada para divulgação e compartilhamento de informações sobre a feira.

Também, como método de coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de compreender as motivações para a idealização do projeto e as demandas feministas que estão contidas no ideário do “Solar na Praça - Feira Livre”, assim como os significados da ocupação desse espaço público – a Praça Ovídeo

6 Serão considerados meios digitais como fontes de informações para pesquisa documental a página do *Facebook* e perfil de *Instagram* do “Solar na Praça - Feira Livre”.

Vicentini – a partir da percepção das mulheres que participam do projeto e de suas interfaces com a Economia Solidária.

De acordo com Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. O foco principal seria colocado pelo investigador/entrevistador, e os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para isso, foram elaborados dois modelos de entrevistas semiestruturadas (Anexos III e IV). O roteiro das entrevistas foi construído a partir de perguntas abertas e previamente ordenadas, mas permitindo, caso necessário, uma mudança na ordem das perguntas e o acréscimo de novas questões com caráter de esclarecimento, visando o aprofundamento em determinadas questões, o que de acordo com Laville e Dionne (1999) pode assegurar mais coerência nas trocas entre entrevistador e entrevistado.

Para a elaboração da entrevista semiestruturada, as questões foram dispostas levando em consideração os seguintes grupos de informações: identificação, informações sobre o cotidiano da entrevistada, e informações referentes às percepções e experiências decorrentes das experiências já vividas no “Solar na Praça - Feira Livre”. Para a identificação das participantes e também do material coletado nas entrevistas, optamos pelo uso de nomes fictícios, os quais serão apresentados posteriormente, e transcrição do texto formatado com recuo à esquerda de 4 cm, com espaçamento de 1,5 e em itálico.

Deseja-se também identificar as expectativas em relação ao “Solar na Praça - Feira Livre”, e por isso foram inseridas, nas entrevistas, questões baseadas em metodologias de abordagem experienciais apresentadas por Rheingantz, et. al. (2009) no livro “*Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*”. O uso de instrumentos e ferramentas de abordagens experienciais, de acordo com Rheingantz, et. al. (2009), “modifica o significado e a compreensão da qualidade do lugar ao integrar a bagagem sócio histórica do observador e dos usuários”, e, portanto, “caracteriza a experiência do homem no lugar, ou o modo como a um só tempo cada lugar influencia a ação humana; como a presença humana dá sentido e significado a cada lugar”

(RHEINGANTZ, et. al. 2009, p.12). Optou-se então, pelo *poema de desejos*, com o objetivo de identificar as percepções das feirantes em relação ao espaço e à própria feira, assim como seus anseios e expectativas futuras para o projeto.

O *poema dos desejos* é um instrumento de pesquisa que permite, aos usuários do espaço, no caso desta pesquisa, as feirantes, declararem, de múltiplas formas como escrita, desenhos, diagramas, entre outras, seus desejos, anseios e necessidades relativos ao ambiente e à situação analisada. E, portanto, possibilita uma maior compreensão das expectativas e demandas atuais e futuras sobre o próprio projeto e as relações entre a iniciativa e a ocupação da praça.

É importante destacar que, devido ao contexto no qual boa parte da pesquisa foi realizada, durante a pandemia da Covid-19, toda a metodologia desta pesquisa, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa como Seres Humanos (COEP/UFLA) da Universidade Federal de Lavras, como se pode verificar no anexo V, ao final deste trabalho, passou por adaptações visando a segurança da pesquisadora e também das participantes voluntárias. Dessa forma, as metodologias ativas inseridas no roteiro das entrevistas foram adaptadas. Para isso, utilizamos de plataformas *online* para recolhimento de dados, como o site “mentimeter.com” no qual adaptamos a metodologia do *poema dos desejos* e o “Google Meet”, plataforma de reuniões *online*, para efetuar as entrevistas, todas realizadas remotamente.

Antes da realização de todas as entrevistas, foi apresentado para as entrevistadas, para leitura e aprovação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), através do qual as mesmas foram informadas dos objetivos da pesquisa assim como os riscos e benefícios que suas respectivas participações poderiam trazer. A confirmação do aceite do TCLE foi registrada em forma de vídeo pela pesquisadora, devido às adaptações na coleta de dados para o formato remoto, e um modelo do mesmo também se encontra anexado a este trabalho (Anexo VI).

O terceiro e último momento da pesquisa, contempla a análise dos dados levantados nas etapas anteriores. Para tanto, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, um “conjunto de técnicas de análise de comunicações” (BARDIN, 2005, p.31) “cujos princípios se originam na Linguística e na Psicologia social. O método visa obter indicadores quantitativos ou qualitativos, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, para a inferência dos conhecimentos relativos às condições de sua produção/recepção” (ALCANTARA, 2008, p.71).

A partir da leitura de todo material coletado, foi efetuada a organização e separação do material em categorias de análise que podem ser estabelecidas *a priori* ou *a posteriori*, em função das respostas (BRASILEIRO; 2003 apud RHEINGANTZ, et. al. 2009, p.62). Sendo assim, foram definidas como categorias para a análise das entrevistas: 1) percepções locais das mulheres sobre o bairro e a praça; 2) motivações para participação no projeto e idealização da feira; 3) demandas feministas contidas no ideário do projeto; 4) compreensão pessoal e coletiva sobre a Economia Solidária.

1.5 Universo e amostras de pesquisa para entrevistas semiestruturadas

De acordo com Gil (2008), nas pesquisas sociais, devido ao grande número de elementos que compõem um universo, é comum que se trabalhe com uma amostra, que se trata de uma parte desses elementos que compõem o universo da pesquisa. O autor traz, como conceito de universo, o conjunto de elementos que possuem determinadas características, e como conceito de amostra, o subconjunto desse universo, que possui suas características essenciais, porém com um recorte menos amplo.

A amostragem trata-se das técnicas utilizadas para definição e seleção de uma amostra. No caso desta pesquisa, optou-se pela técnica de amostragem não probabilística, uma vez que não houve fundamentação estatística e numérica, e os critérios foram definidos pela pesquisadora. Dentro dos tipos de amostragem não probabilística, optou-se pela intencional que consiste na escolha de um subgrupo da população com uma característica específica.

Para que a escolha intencional ou por tipicidade seja considerada viável, torna-se fundamental o conhecimento da população e do subgrupo selecionado (GIL, 2008. p. 94). Sendo assim, a etapa de pesquisa exploratória por meio de observação simples e a consulta aos documentos, fizeram-se fundamentais para o conhecimento prévio e construção das questões de pesquisa de acordo com a realidade da amostra escolhida.

Sendo assim, para definição da amostra optou-se: 1) pela escolha intencional das cinco idealizadoras do projeto da feira e; 2) com base na técnica de amostragem, por agrupamento (FLICK, 2013), pela própria organização da feira, isto é, artesanato, comidas e bebidas, brechós, terapias e “outros”, totalizando o número de 15 entrevistas a serem realizadas.

Nesta etapa, a análise documental das fichas/cadastro das expositoras e do controle de frequência de participação das mesmas nos últimos 6 meses em que houve a

realização da feira no espaço da Praça⁷, também serviu de ferramenta para a definição da amostra, uma vez que, a princípio, foi definido como critério a participação mínima nos últimos 4 meses de feira presencial. Porém, a partir da triagem nas fichas/cadastro e, de acordo com disponibilidade das participantes para a realização das entrevistas de forma remota, chegou-se ao total de 16 entrevistadas, sendo que 7 são expositoras de artesanato, 3 são do segmento de brechós, 3 do ramo alimentício e 3 participam da feira com práticas terapêuticas.

Foi utilizado o mesmo roteiro de entrevista (ANEXO III) entre todas as entrevistadas, porém, para as cinco idealizadoras, foram acrescentadas questões relacionadas ao histórico e motivações para a idealização e efetivação da feira (ANEXO IV).

⁷ Levantamento realizado pelo grupo de trabalho de “Relacionamento pessoal” (que contempla um dos cinco grupos criados pelas próprias feirantes para organização da feira), e é responsável pelo cadastro de todas as feirantes, assim como pelo levantamento da presença das participantes em cada edição, que é feito por meio da manifestação de interesse no grupo de *whatsapp* das próprias expositoras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Ações coletivas femininas na Economia Solidária

A dinâmica dominante do capitalismo, que emergiu a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, na Inglaterra, trouxe à tona, ao longo dos séculos, um contexto crescente de desigualdades e uma verdadeira polarização entre ganhadores(as) e perdedores(as), que produziu sociedades profundamente desiguais (SINGER, 2002) e marcou o cenário global contemporâneo, fazendo surgir a chamada Economia Solidária.

De acordo com Singer (2002), o surgimento da Economia Solidária veio logo após o capitalismo industrial como reação ao empobrecimento dos artesãos(as) e a exploração da mão de obra proletária nas fábricas, inclusive infantil. As primeiras cooperativas de trabalhadores surgiram com operários, a partir de 1823, na França, e de 1926, na Inglaterra, e tinham como referência os valores básicos de igualdade, luta contra a miséria e condições desumanas de trabalho nas fábricas (SANTOS B., 2002).

De acordo com Boaventura de Souza Santos,

Estas primeiras experiências cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na Inglaterra, o pensamento de Robert Owen⁸, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas, constituiu a contribuição fundadora para a tradição intelectual cooperativa. (SANTOS, 2002, p.33).

A partir de uma breve abordagem histórica, sabe-se que, com o advento da Revolução Industrial, prevaleceu-se como fator indutor do crescimento econômico a própria produção industrial. Nesse período, predominava a influência da teoria da Escola Clássica – o modelo Taylor-Fordista de produção – que colocava o trabalho como a fonte de riqueza. Por outro lado, o aumento populacional urbano, em consequência da saída dos trabalhadores do campo em direção às cidades em busca de emprego, acabou por reforçar a produção em larga escala baseada no lucro e na exploração da mão de obra.

Esse meio de organização das atividades econômicas baseado no modo de produção e no acúmulo de riquezas pela lógica do lucro e da exploração da mão de obra

⁸ Termo referente à corrente filosófica socialista do industrial inglês Robert Owen. O Owenismo visava uma reforma radical da sociedade e, por isso, Owen é considerado como um dos precursores do movimento cooperativo.

é denominado capitalismo. De acordo com Paul Singer, professor e principal difusor da Economia Solidária no Brasil, “o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e ao direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Para o autor, em consequência da aplicação desses princípios, a sociedade acaba se dividindo em dois grupos distintos ou classes básicas, que se diferem pelo poder de propriedade desse capital, e a necessidade de venda da força de trabalho, para assim, conseguir sobreviver.

Tudo isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *não empregáveis*(...) Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descontentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc., entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais. (SINGER, 2002, p.8,9).

Ao mesmo tempo, ainda no advento da Revolução Industrial, as máquinas e o motor a vapor são difundidos e acabam substituindo grande parte da mão de obra braçal. Dessa forma, naturalmente o resultado é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002) e conseqüentemente, a pobreza e o desemprego, realidade apresentada por Genauto C. França Filho, como “intrinsecamente excludente na dinâmica da própria economia de mercado via acumulação capitalista e, assim, não consegue enxergar soluções para além de um paradigma de mercado, cujo corolário é o crescimento econômico” (FRANÇA FILHO, 2008, p.222).

Diante desse cenário, Singer (2002), em sua obra⁹ que é referência nos estudos sobre Economia Solidária, tanto no Brasil quanto no exterior, aponta a urgência por uma sociedade mais igual e menos competitiva. Um mundo em que a economia fosse então solidária, isto é, organizada de forma igualitária e baseada na cooperação entre aqueles que se associam para realizar atividades que compõem um sistema econômico que

9 Na obra “Introdução à Economia Solidária”, lançada em 2002, Paul Singer traz as origens históricas e os princípios da Economia Solidária, princípios estes baseados na sobreposição da solidariedade à competição, defendendo-a como uma alternativa superior ao capitalismo e capaz de proporcionar às pessoas uma vida melhor e mais justa, por meio da solidariedade e igualdade.

envolve o produzir, o comercializar, o consumir e o poupar. Trata-se de uma prática que conduz a associação entre iguais e não um contrato entre desiguais (SINGER, 2002).

A concepção, denominada por Genauto C. França Filho como “sustentável/solidária”, parte, segundo o autor, da premissa de que o combate à pobreza só será efetivo a partir de soluções e saídas coletivas e não individuais, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais (FRANÇA FILHO, 2008).

Sendo assim, Economia Solidária é, segundo Singer (2000, p. 13), “um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo”, que só será perceptível através de sua utilização tanto na esfera política quanto econômica.

Complementando essa alegação, Singer (2000, p.138) entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, afirmando que:

A construção da Economia Solidária é uma destas estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000, p.138).

Por meio da Economia Solidária, de acordo com os autores citados, pode-se ter outra forma de organizar a produção, e também a comercialização, de maneira que o objetivo não está centralizado na renda, mas na importância do trabalho coletivo e dos impactos e mudanças que isso pode gerar a partir de pessoas trabalhando juntas. Simultaneamente, pode-se vislumbrar a maneira de como isso deve estar vinculado a uma relação com a comunidade e com espaço em que elas vivem, buscando sempre transformar outros aspectos da sua realidade, como as formas de consumo, conscientização sobre desperdícios e esgotamento de recursos, entre outros.

Entretanto, para se construir essa “outra economia” proposta, por exemplo, por Singer, deve-se contar com a disposição de aprender e experimentar, da adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e de uma democracia, depende também da disposição das pessoas em seguir os seus princípios (SINGER, 2002).

Para Godoy, a Economia Solidária possui uma “herança histórica comum com a economia social europeia, com ênfase especial sobre o aspecto democrático da organização do trabalho” (GODOY, 2009, p.23), que podem ser identificadas na criação

das primeiras sociedades cooperativas na Europa, ascendendo o cooperativismo juntamente a um crescente movimento sindical da classe trabalhadora que também lutava por melhores salários e condições de trabalho. Portanto, “articulam a dimensão econômica, social e política em uma ação coletiva, em experiências que potencializam transformações sociais mais amplas” (GODOY, 2009, p.23).

Porém, a prática da Economia Solidária como é tratada atualmente começou a ser amplamente difundida nos anos 90, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, uma vez que o crescimento econômico vertiginoso não correspondeu a um aumento generalizado do bem-estar dos homens e mulheres e sim, refletiu em um aumento do desemprego e da exclusão social (NUNES, 2002, p. 59, apud GODOY, 2009, p.17).

Portanto, a Economia Solidária, a partir de críticas ao sistema capitalista vem se constituindo, nas últimas três décadas, como uma alternativa de organização de trabalhadores e trabalhadoras na esfera econômica de produção dos seus meios de vida, a partir de inúmeras formas de organizações e iniciativas coletivas (UCHÔA, et. al. 2012) e não individuais.

Cabe ressaltar que se por um lado a Economia Solidária apresenta:

diferentes definições que têm sido dadas ao movimento, e que refletem, inclusive, as diferentes perspectivas que coexistem sobre o tema, alguns elementos são considerados fundamentais, como a cooperação, a igualdade e a solidariedade. Independentemente do ponto de vista, é fato que a Economia Solidária constitui um caminho alternativo, capaz de possibilitar aos envolvidos a vivência da imersão de dimensões sociais, e aqui, leiam-se laços sociais, solidariedade, ajuda mútua no campo econômico. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, apud ALVES, et. all, 2016).

Por outro, também pode ultrapassar para dimensões e relações sociais mais amplas, como do ponto de vista do espaço social e territorial, fora da esfera restrita da produção (GODOY, 2009).

2.1.1 A Economia Solidária no contexto Brasileiro

Na América Latina, o conceito de Economia Solidária também surgiu a partir da constituição de empreendimentos de iniciativas informais e individuais, organizadas por famílias ou pequenos grupos (ALVES, et. all, 2016), iniciativas essas, “criadas pelos próprios trabalhadores que não possuíam os meios de produção diante das transformações

que ocorrem no processo de trabalho” (LEBOUTTE, 2003 apud ALVES, et. all, 2016). Nesse caso, essas experiências são portadoras de aspectos e elementos que constituem a chamada Economia Popular. Neste sentido, em algumas regiões do Brasil, também é atribuída à Economia Solidária as práticas de formas populares de organização econômica, por exemplo, os pequenos negócios familiares, conforme argumentam alguns autores brasileiros e argentinos, principalmente.

No Brasil, as origens da Economia Solidária, segundo Lechat (2002), são encontradas a partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas. Quadro que apresenta um panorama da crise neoliberal e do desemprego.

Também é importante considerar a diversidade e a riqueza de experiências com trabalhos autogestionários, presentes na história e na cultura dos povos tradicionais brasileiros, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, além da existência, por exemplo, de Colônias, Ligas Camponesas e uma rica experiência associativista, principalmente no setor agrícola (BONUMÁ, 2015).

No final do século XX, com início na década de 80 e intensificando-se na década de 90, sustentados pelo movimento sindical e “luta pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade” (GODOY, 2009), surgiram, significativamente, iniciativas e experiências de geração de trabalho e renda de forma associativa e solidária, como uma estratégia dos trabalhadores para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. O debate sobre esse assunto conforme Culti (2006) está ligado ao contexto da crise econômica e da exclusão social.

Por isso, no Brasil, a Economia Solidária se ampliou e tenta se fortalecer, em um cenário de tensão, pós um período de mais de 20 anos de ditadura, a partir da prática social de resistência e de busca de novas alternativas, em meio à tradição histórica de luta pelo trabalho autogestionário no Brasil e no mundo.

Sintetizando, a partir da classificação de Bonumá (2015) sobre o processo de desenvolvimento do trabalho autogestionário no Brasil, o mesmo pode ser compreendido em três ondas, sendo elas:

A primeira ligada a experiências de resistência e organização comunitária e às lutas de auto-organização do trabalho, com vários exemplos ao longo da história do país - quilombos, ligas camponesas, cooperativas coloniais, dentre outras, que acontecem até meados do século XX. A segunda, centralmente nos anos 80 e 90, como estratégia sindical para manter o trabalho dos demitidos, na recuperação de

empresas falidas, e também como alternativa popular de geração de renda para setores excluídos do mercado pelo desemprego crescente desse período. A terceira onda, por fim, nos anos 2000, com o advento das políticas públicas de fomento à Economia Solidária de iniciativa de governos populares.” (BONUMÁ, 2015, p.38).

O período denominado por Bonumá como terceira onda destaca-se pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SANAES criada no Governo Lula no ano de 2003 e ligada ao MTE/Ministério do Trabalho e do Emprego, e articulação do movimento da Economia Solidária com empreendimentos, entidades de apoio e gestores por meio da criação do FBES/Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no mesmo ano. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), as ações de apoio à Economia Solidária ganharam maior institucionalização por meio do incentivo às políticas voltadas ao apoio de bancos e fundos comunitários, incubadoras de cooperativas populares, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outras (BRASIL, 2013).

Em um cenário mais recente, de acordo com o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), nos últimos anos, a Economia Solidária expandiu-se, especialmente, dentre os seguimentos populacionais mais vulneráveis, destacando-se vários tipos de iniciativas, atividades e organizações solidárias, como cooperativas, associações, grupos solidários informais, além de redes de cooperação em cadeias produtivas, bancos comunitários de desenvolvimento, entre outros, que atuam como organizações de apoio e fomento (FRANÇA FILHO, 2013). Além disso, as iniciativas econômicas solidárias são fomentadas “como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável” (BRASIL, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Economia Solidária/PNES (2013), a Economia Solidária expressa um novo modo de organização de um conjunto de atividades econômicas, sendo elas: a produção, comercialização, finanças e consumo. Essas atividades privilegiam a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos organizados e realizados de forma coletiva e autogestionária (BRASIL, 2013). Além disso, ao considerar o ser humano em sua integralidade, desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras e dá visibilidade a setores excluídos da sociedade, como é o caso das mulheres, e, portanto, expressa-se como um novo movimento de desenvolvimento sustentável e solidário.

Por fim, considera-se importante trazer os princípios da Economia Solidária, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES (2003):

1. Valorização social do trabalho humano;
2. Satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
3. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade;
4. Busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e,
5. Uso dos valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2005).

Acredita-se que esses são valores intrínsecos ao “Solar da Praça - Feira Livre”, objeto desta pesquisa.

2.1.2 Atuação das mulheres na Economia Solidária

A integração da mulher à Economia Solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento da emancipação das mulheres (NOBRE, 2003) diante do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, que é socialmente marcado por desigualdades de gênero. O que se percebe é que, apesar da incorporação da mulher ao mercado de trabalho, não há ainda uma presença paritária nas organizações de maneira geral. Em se tratando de tomada de decisão, a participação feminina é ainda mais reduzida, afirmam León, Lario e Hernandez (2011) o que dificulta ainda mais na melhoria da qualidade de vida, na luta contra padrões sociais dominantes em busca de respeito aos seus direitos.

Na Economia Solidária, que se constitui num espaço de construção dialógica e de vivência de produção, distribuição, poupança, crédito e consumo organizada a partir de valores de solidariedade e cooperação, e gerida por princípios ético humanitários de primazia do ser humano, enquanto sujeito coletivo, as mulheres têm, pois, um campo fecundo para o enfrentamento da exclusão e do trabalho precarizado, para a possibilidade de rompimento da lógica da divisão sexual do trabalho, do machismo, da exploração e da dominação de gênero. (NUNES, K; COELHO, M, 2007).

Neste contexto, os empreendimentos solidários assumem um papel importante na diminuição das “desigualdades, dando origem a processos de interações sociais vinculando solidariedade, participação democrática e emancipação social” (OLIVEIRA,

2006, p.326), pois propiciam a geração de renda e trabalho para mulheres, e consequentemente, aumento da autoestima, segurança e autonomia financeira, principalmente dentro do contexto familiar, no qual muitas, também são responsáveis por tarefas reprodutivas relacionadas ao cuidado de filhos e dependentes.

Consequentemente, as diferentes iniciativas de empreendimentos solidários, significam, também, uma resposta às necessidades cotidianas da maioria das mulheres, que cada vez mais se tornam responsáveis por subsidiar financeiramente suas famílias, ao mesmo tempo em que também são as que mais sofrem as consequências do desemprego ou do subemprego e, portanto, uma oportunidade de romperem com essa realidade (OLIVEIRA, 2006). Gaiger (2007) delinea os empreendimentos solidários:

não só como fonte de geração de renda e trabalho, mas destaca também o quanto eles são importantes no fortalecimento de indivíduos ou grupos com capacidade de ação, ou seja, uma participação efetiva e democrática. A união em torno de objetivos comuns, junto ao espírito da solidariedade, coragem e vontade de mudar a própria vida, são instrumentos de transformação social e tornam a luta pela dignidade e emancipação social mais eficaz e abrangente. (GAIGER, 2007, apud OLIVEIRA, 2006, p.329).

Diante disso, é importante destacar que a presença das mulheres em empreendimentos solidários resulta também de uma realidade de desigualdade presente na divisão sexual do trabalho, que se materializa nas relações cotidianas de trabalho reprodutivo ligado às tarefas domésticas, ao papel de mãe, esposa e dona de casa. São a partir das relações sociais presentes no cotidiano dessas mulheres, que se iniciam aproximações e relações de cooperação e redes de apoio que permitem uma compatibilização das responsabilidades familiares e domésticas às quais a maioria das mulheres responde, com as atividades produtivas no trabalho com a Economia Solidária, devido a sua forma de organização que possui um caráter autogestionário.

As mulheres vão para a Economia Solidária a partir do lugar onde estão na divisão sexual do trabalho, se dedicando às atividades nas quais têm conhecimento e experiência e que, portanto, são atividades factíveis nas condições de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Este trabalho pode ser considerado, assim, quase que extensão do trabalho doméstico e, em boa parte das vezes, é feito na própria casa, com instrumentos e equipamentos pessoais e domésticos, com materiais reciclados por elas próprias, com doações ou extração da natureza(...) como é principalmente o caso do artesanato. (BONUMÁ, 2015, p.48).

Em acordo com esses argumentos, Guérin (2005) afirma que nos empreendimentos é possível converter as desigualdades de direitos das mulheres em direitos efetivos, por meio da consolidação dos espaços coletivos de diálogo, reflexão e

deliberação. Segundo ela, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas às mulheres. É importante destacar, que tais experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de emancipação, uma vez que se tornam proprietárias dos meios de produção, são remuneradas e, principalmente, significa uma oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática (NOBRE, 2003), fazendo com que o retorno financeiro e a geração de renda se tornem elementos secundários em relação aos laços, vínculos e redes de apoio. Ao que parece, isso também acontece no “Solar da Praça - Feira Livre”, conforme buscamos verificar neste trabalho.

Com efeito, a participação feminina se destaca nos espaços da Economia Solidária, cria oportunidades de geração de trabalho e renda dentro de uma perspectiva de trabalho com autogestão, cooperação, solidariedade num espaço que permite a participação efetiva (MENDONÇA; FILIPE; LIRA, 2010), uma vez que conseguem conciliar a vida familiar e profissional, têm maior facilidade de crédito, de acesso à propriedade e, por isso, normalmente, as mulheres são as primeiras a se organizarem enquanto empreendimento solidário (GUÉRIN, 2005).

Sendo assim, a nítida vivência das mulheres nesses empreendimentos produz indicadores positivos, fortalecendo-as enquanto pessoas, o que contribui para articulação e consolidação de iniciativas de Economia Solidária numa perspectiva de gênero.

2.1.3 As feiras de Economia Solidária

No plano da vida cotidiana, a cidade é composta por uma diversidade de usos que materializados nos espaços urbanizados multiplicam-se em formas diversas de produção e de apropriação dos espaços (MASCARENHAS, 2008). Nesta pesquisa que trata das relações cotidianas no espaço urbano, parte-se do pressuposto de que a feira livre representa uma experiência dinâmica de sociabilidade e de uso de espaços públicos urbanos.

Acredita-se também nas potencialidades e funções das feiras livres que ultrapassam a esfera econômica e contemplam relações sociais de uso e ocupação do espaço de forma coletiva para finalidades diversas. Com isso, ressignifica, então, as relações com o espaço público, tornadas obsoletas ao longo do tempo, devido ao acelerado processo de expansão das cidades nas últimas décadas e ao modelo de cidade

difundido por princípios modernistas. Princípios que exaltam a “cidade funcional” que força a passagem da vida na escala do usuário para fora do espaço da cidade e de seus espaços públicos. Contudo, esses espaços são “incapazes de se adaptar as novas demandas da contemporaneidade, e a segregação de funções se converteu rapidamente em obsolescência e disfuncionalidade” (ALVES, 2018, p;15).

Enquanto lugar do vivido, enquanto campo do possível, a feira livre tem origem no contexto da modernidade urbana da virada do século XIX para o século XX, durante a Reforma Passos. Progressivamente, as feiras se tornaram territorialidades populares (Mascarenhas, 1997). Territórios formatados pelos setores hegemônicos para a realização da mercadoria, mas que por aglomerar multidões resultaram em expressivos espaços de sociabilidade. Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios “econômicos”, como uma luta criativa contra a norma. (MASCARENHAS, 2008, p.74).

As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias (MINNAERT, 2008, p.130) e seu estudo por meio da crítica urbanista, representa, de acordo com ALVES, a possibilidade de “abertura para interpretações e apropriações individuais em virtude da sua capacidade de acomodar, absorver e também induzir a alterações” (2018, p.15), uma vez que se trata de um local de troca, aprendizado e convivência, de acesso ao lazer e cultura e de educação alimentar, um “centro de vida urbana que sobrevive aos moldes da era digital” (ALVES, 2019, p.16) que dialoga com a economia e, ao ser apropriado pela população, passa a fazer parte do cotidiano comum.

Mais do que espaços de comercialização, as feiras livres são locais que representam a dinâmica de uma sociedade e proporcionam um universo de proximidade, de conversa e encontro, participação e vizinhança (MINNAERT, 2008, p.130). A palavra feira é originária do latim, *feria*¹⁰ e significa “dia de festa”. Trata-se de um espaço público, onde há exposição de mercadorias e produtos com fins comerciais, mas também é lugar de encontro, diálogo, interação, e, portanto, trocas sociais.

Polanyi (1980) observou que as feiras da Idade Média europeia conservaram, por séculos, um caráter fechado; porém as transformações na economia pós-revolução industrial e a grande circulação mercantil não as afetaram. Sendo assim, as feiras

10 Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

sobreviveram como facetas específicas, econômicas e culturais, dessas sociedades; como espaços do pequeno comércio, mais ou menos impermeáveis às mudanças econômicas. As feiras não são reguladas somente pelas normas que vigoram nos grandes mercados, mas pautadas também pela particularidade, pela solidariedade, pela complementaridade, pela informalidade, que resultam da sedimentação histórica das relações locais.

As feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; rodas de negócios; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem como espaços de integração e articulação de EES (Empreendimentos de Economia Solidária), instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à Economia Solidária. Os EES participantes das feiras são, sobretudo, associações, cooperativas, grupos de produção, empresas autogestionárias, clubes de trocas, iniciativas de entidades de apoio, assessoria e fomento, tecnologias sociais, entre outros. (AMORIM, 2014, p.9).

De acordo com Amorim, no Brasil, o universo de feiras de Economia Solidária ganhou ênfase a partir de 2005, quando quase todas as unidades da federação iniciaram a realização das feiras estaduais de Economia Solidária em seus respectivos territórios, de forma articulada e estruturada (AMORIM, 2014, p.3). A autora destaca, também, a contribuição e apoio às feiras pelo Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, também implantado em 2005, e que compunha o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2004/2007), da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/ MTE), uma parceria estabelecida entre o Departamento de Fomento da SENAES/MTE, o FBES e o Instituto Marista de Solidariedade/IMS, cujo objetivo seria contribuir para a visibilidade e promoção da comercialização direta dos produtos, ampliação da produção, fomento às redes de apoio à Economia Solidária, além de estimular o consumo consciente (AMORIM e SILVA, 2009, p.11), por meio da elaboração de instrumentos e mecanismo de controle avaliação para execução das propostas, sendo eles:

- Termo de Referência para servir de subsídio para apresentação das propostas dos Estados;
- Modelo único de plano de trabalho e cronograma físico-financeiro para os Estados enviarem suas propostas;
- Produção de materiais didáticos e orientadores sobre feiras de Economia Solidária (cartilhas, folders, apostilas, entre outros);
- Identidade Nacional para dialogar com as especificidades locais, no intuito de integrar e identificar as ações em todo país, com produção de materiais promocionais e calendário nacional integrado e publicado;
- Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária -PAFES, composto por ficha de inscrição de EES participante; formulários avaliativos para aplicação junto aos EES expositores; entidades de

assessoria e fomento e público consumidor, bem como relatório consolidado do evento, ou seja, um formulário para sistematização das feiras em cada localidade. Este último para ser preenchido pelas coordenações de cada evento. (AMORIM e SILVA, 2011, p.10).

Na investigação deste estudo de caso, buscou-se identificar as formas de interação na feira com o espaço da cidade, mais especificamente, a praça, a partir da apropriação desse espaço comum para a realização de atividades diversas, nas quais também estão inseridas a comercialização de produtos, a visibilidade do trabalho artesanal feminino e o fomento aos princípios da Economia Solidária.

Tem-se a concepção das feiras de rua, local de troca e aprendizado, espaço de convivência, educação alimentar, lazer e cultura, um centro de vida urbana (...) A feira urbana tem potencial para ser local de interação, que dá, suporte para além de um espaço de compra, um espaço de convívio e aprendizado que dispõe de produtos de agricultura limpa. Ao ser apropriado, esse espaço passa a fazer parte do cotidiano comum, criando relações de convívio, incentivando bons hábitos, insistindo na conscientização coletiva sobre alimentação saudável e sustentável. (OLIVEIRA, 2018, p.19).

Segundo uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, “o acolhimento, os princípios da feira, a solidariedade, respeito a diversidade são os diferenciais” do projeto da Feira no Solar. Será exposto, nos próximos capítulos, análises que vão ao encontro do que acredita-se ser um dos pontos fortes do projeto “Solar na Praça - Feira Livre”, ou seja, relações sociais e as demandas cotidianas femininas que partiram coletivamente, do grupo de mulheres que a colocaram em prática, em detrimento dos objetivos econômicos, como pode ser observado na fala de outra entrevistada:

“A convivência, como se dá ali, é uma relação além do comercial, é o local, as pessoas, o carinho e o afeto nas relações. É o encontro de afeto. É como se o comercial acabasse sendo uma consequência. Local de família, de crianças, de sentir que somos capazes de produzir e fazer algo diferente” (Wanda).

2.2 Relações sociais no espaço público

Os espaços públicos das cidades são áreas urbanas que oferecem aos usuários, ou ao menos deveriam oferecer, maiores possibilidades de interação com o próprio meio urbano e com as demais pessoas e suas relações entre si e com o entorno, considerando

que “o espaço não é uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, p. 10).

É o lugar onde a vida acontece através das trocas cotidianas de seus usuários e os usos. As funções do espaço são determinadas pela apropriação da sociedade (MAIA; SANTOS, 2019), assim como, só é possível transformá-los em lugares de apropriação vivenciando a dinâmica destes espaços e a partir do entendimento sobre seu valor para a cidade e para a vida urbana. Assim é que se permite relacioná-lo à qualidade de vida dos cidadãos (BEZERRA e JÚNIOR, 2020).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o espaço público aparece como o lugar da realização concreta da história individual como história coletiva, pela mediação dos lugares de realização da vida. O conceito de espaço público, portanto, liga-se a uma práxis determinada, ela própria invadida por conteúdos simbólicos. O espaço público revela o uso e este se liga às determinações da troca social em sua objetividade subjetividade, material e simbólica. (CARLOS, 2015, p. 132).

Jan Gehl, ao abordar a dimensão humana e o esquecimento de suas relações com o espaço público e a cidade, faz uma crítica e apelo por um planejamento e política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, reforçando a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta (GEHL, 2015). Para o autor, “o espaço público da cidade democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas” (GEHL, 2015), nesse sentido, os espaços públicos tornam-se elementos “imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde deveriam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade” (ABRAHÃO, 2008, p.16) além do direito à segurança, informação, circulação e acesso à estrutura urbana.

Se no espaço público, tanto atividades e atores reforçam relações sociais entre sociedade e cidade, entende-se que “ele acaba por estimular as ações coletivas e atuar de forma preponderante na construção da cidadania” (GONÇALVES, et. all. 2019) e também ocasiona, como são ressaltadas por Gehl, as oportunidades de reforçar a sustentabilidade social.

Se a vida na cidade é reforçada, criam-se as pré-condições para fortalecer todas as formas de atividade social no espaço urbano. Atividades sociais exigem a presença de outras pessoas e incluem todas as formas de comunicação entre as pessoas no espaço público. Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem muitas trocas

sociais. Se o espaço da cidade for desolado e vazio, nada acontece. (GEHL, 2015, p. 22).

Discussões e debates acerca do conceito dos espaços públicos, assim como sua importância na proposição de configurações espaciais mais humanizadas, vêm sendo realizados com frequência nas últimas décadas. Com intuito de tratar as relações sociais, na esfera urbana, como oportunidade de encontro, troca e contato com o outro e com o próprio ambiente urbano. Além do mais, objetivam reforçar a necessidade de que esses espaços sejam, de fato, vivos, seguros, sustentáveis e saudáveis, como apontado por Gehl (2015) e vivenciados de forma coletiva e diversa, portanto, pautados no real conhecimento sobre o funcionamento das coisas (JACOBS, 2011), extraído de comportamentos, relações sociais e experiências cotidianas ali presentes no dia a dia.

Jane Jacobs defende o planejamento e desenho urbano fundamentado em princípios que se baseiam no funcionamento das cidades, tanto na prática como na observação da vida ordinária e suas coisas “comuns e cotidianas”, pois são elas que ditam a eficácia de iniciativas que promovem a vitalidade socioeconômica das cidades e assim, apontam as práticas e princípios que a inviabilizam (JACOBS, 2011).

Mulher, mãe de três filhos, jornalista, ativista americana e moradora da cidade de Nova York, Jane Jacobs, com base na sua própria experiência cotidiana, ainda da década de 60, tornou-se uma das principais referências do Urbanismo e foi pioneira na defesa, do que segundo ela, “são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano” – as cidades.

Para ela, é nesse laboratório complexo que o ‘planejamento’ deveria aprender, elaborar e testar suas teorias (JACOBS, 2011, p.5), identificando possíveis erros e a partir deles propor melhorias com base nas percepções humanas de segurança e vitalidade das pessoas. É diante da análise desse cenário, que a autora e ativista apontou em suas obras e protestos o fato de que as cidades não são preparadas para mulheres, crianças, idosos e grupos que de fato vivenciam a cidade em seus diversos horários, usos e contextos.

a cidade é um grande cenário de vivências, das relações de poder, diferenças sociais, arquitetônicas, de paisagens e da falta de respeito com o principal personagem, o indivíduo enquanto cidadão. No relato de Jane Jacobs, há uma crítica evidente em relação à função, uso e ocupação das construções, atrelado a infraestrutura, que não valoriza a escala humana, com um crescimento urbano indiferente às necessidades de cunho social. (GAVAZZA, 2013).

Jane Jacobs valoriza a ação social sobre a realidade e parte do cotidiano para identificar problemas e pontuar soluções em prol de diretrizes coerentes para o

planejamento urbano. Diretrizes estas, embasadas em múltiplas vivências e observações coletivas, pois “as relações devem ser muito maiores e ter compromisso com as causas e representar bem àquela comunidade, para quando necessário, derrubarem as barreiras invisíveis criadas pela própria sociedade” (GAVAZZA, 2013).

Acredita-se que, para que haja apropriação e troca social no espaço público, é fundamental a compreensão sobre a importância da comunidade e do próprio território no seu processo de desenvolvimento e transformação. Um espaço público, pouco utilizado pela comunidade local, pode ser reflexo de uma precária infraestrutura do entorno ou da escassez de oportunidade e iniciativa de apropriação pela comunidade. Além de que a não permanência em áreas que podem favorecer o encontro e a troca, como as praças e parques, condiciona esses lugares, por exemplo, apenas à função de trajeto, via de passagem.

Vale destacar que, a atribuição de uso e desenho desses espaços públicos, ainda hoje, é fruto de grande influência do ideal modernista, propagado ao longo do século XX, pelo Urbanismo brasileiro, e reflete também na forma como aprendemos a construir, planejar e gerir cidades (SÁ VALE, 2020). Além do mais, conduz as cidades urbanas brasileiras a se distanciarem da preocupação com os espaços públicos, e voltarem a atenção ao espaço do automóvel (BEZERRA E JÚNIOR, 2020), além de atribuir preceitos de funcionalismo e racionalismo, o que ao decorrer do tempo, influenciou também na forma como as cidades são construídas e ocupadas.

Em congruência, aceita-se nesta pesquisa o desejo de reflexão sobre a vida na cidade, e como direcionar a condução das cidades para o cotidiano, sobretudo para os lugares da cidade, o microcosmos onde a vida e as formas de apropriação se revelam (MASCARENHAS, 2008, p.74). Portanto, no próximo tópico será feita uma abordagem de como a produção do espaço constitui impacto nos aspectos da vida cotidiana de seus sujeitos. A mesma traz uma perspectiva de gênero, a fim de levantar questões que reforçam a relevância de práticas sociais e coletivas, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa, tanto na construção, nas ações práticas e na necessidade de espaços mais democráticos e solidários no contexto urbano.

2.3. Mulheres, cotidiano e direito à cidade

O “direito à cidade”, cunhado por Henri Lefebvre em 1968, é, segundo o filósofo e sociólogo francês, um conjunto de direitos fundamentais que são mal reconhecidos

“diante do panorama de uma cidade em que dominam os espaços comerciais, as trocas econômicas, a falta de planejamento territorial e as desigualdades”¹¹ (PÉREZ SANS, 2013, p.93). O direito à cidade também está diretamente relacionado à vivência cotidiana nas cidades, e é representado pelo direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, ao lazer e à vida.

Esses direitos essenciais se materializam na vida urbana, no ritmo de vida e no emprego do tempo. São eles que permitem o uso pleno de espaços com finalidade de proporcionar encontros e trocas – não de valor, mas sim de relações, vivências, experiências – fundamentais para a qualidade de vida, segurança, liberdade, dignidade e bem-estar geral (LEFEBVRE, 1968, p.139).

Para Pérez Sans, Lefebvre com sua visão humanista

formula un derecho a la ciudad que se inscribe en la posibilidad, no sólo de satisfacer necesidades elementales, sino de poder acudir al espacio urbano para disfrutarlo en su totalidad y retomar lazos comunitarios e identitarios, fomentando las relaciones sociales y el intercambio cultural. (PÉREZ SANS, 2013, p.93).

Analisar o Urbanismo a partir da perspectiva do direito à cidade alinhado a uma perspectiva feminista traz a importância social do *cuidado* nas reflexões acerca dos direitos fundamentais acima mencionados, de forma que delimita a dimensão ampla da responsabilidade coletiva, e conseqüentemente, consolida reivindicações coletivas sobre a cidade, uma vez que todos necessitam de espaços adequados que possibilitem autonomia e conciliação das diversas esferas da vida cotidiana.

Os espaços públicos das cidades são áreas urbanas que possuem uma função social voltada a oferecer melhores possibilidades às pessoas que os utiliza, propiciando interação com o meio urbano e com as demais pessoas e suas relações entre si e com o entorno. É o lugar onde a vida acontece através das trocas cotidianas de seus usuários e os usos e funções do espaço são determinados pela apropriação da sociedade (MAIA e SANTOS, 2019).

Daniela Sarmiento (2018) aponta que, para que haja transformação no espaço, é necessário a

ideia de desenvolvimento regional na perspectiva da inclusão dos sujeitos no processo de construção das cidades através de um urbanismo

11 Ante el panorama de una ciudad en la que dominan los espacios mercantiles y de intercambio económico, la falta de planificación territorial y las desigualdades.

que seja capaz de trazer luz à diversidade e valorizar a participação social. Nessa perspectiva, a chave para a transformação do espaço está na abertura às demandas sociais, e ter como objetivo os valores da igualdade, da diversidade e da participação cidadã. (SARMENTO, 2018, p. 67).

Assim, uma vez que, determinadas atividades são socialmente consideradas superiores e mais importantes que outras, devido à dominação patriarcal e à dicotomia, entre meios de trabalhos produtivos e reprodutivos, a configuração urbana acaba se consolidando também de maneira desigual e hierárquica. Isso pode ser percebido, por exemplo, na falta de direcionamento de investimentos em mobilidade e transporte público em horários noturnos, na prioridade dada à construção de equipamentos esportivos voltados a esportes taxados como masculinos, como campos de futebol. Assim como no tempo reduzido para travessia de pedestres em semáforos que impossibilita uma caminhada segura para idosos, ou no planejamento urbano que induz o desenvolvimento de bairros de usos distintos e não mistos, separando áreas residenciais dos equipamentos de uso público e coletivo, e conseqüentemente, aumentando o tempo de deslocamento entre residência e escola, supermercados, bancos, e ao próprio trabalho, por exemplo.

Com efeito, para que haja apropriação, trocas sociais no espaço público, e fluidez nas atividades cotidianas na cidade, é fundamental a compreensão sobre a importância de seus múltiplos agentes e suas características, individuais e coletivas, e também do próprio território no seu processo de desenvolvimento e transformação.

Um espaço público – seja uma praça ou uma rua – que é pouco utilizado pela população local, pode ser reflexo de uma precária infraestrutura do entorno, como ausência de iluminação, acessibilidade e humanização, ou das raras oportunidades de apropriação pela comunidade. Dessa forma, o “direito à cidade”, objetivo perseguido pelo planejamento urbano contemporâneo “surge, basicamente das ruas e dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempo de desespero” (HARVEY, 2015, p.15), desespero esse que pode ser relacionado às diferenças e desigualdades presentes na sociedade contemporânea que refletem em uma conformação desigual do território, como já apontado anteriormente.

Valdívia (2018) propõe uma mudança radical de prioridades na concepção dos espaços urbanos, uma vez que, para a autora, repensar a cidade a partir de uma perspectiva feminista requer romper com o urbanismo que se baseia em uma lógica produtivista,

social e politicamente restrita, e passar a pensar em ambientes que priorizem as pessoas que o utilizarão.

Acredita-se que uma mudança significativa no modo de produção do espaço, só será efetiva quando as necessidades de todos e não só dos grupos que compõem o pensamento dominante – capitalista, hétero e patriarcal – sejam contempladas, uma vez que, de acordo com Montaner e Muxí (2014, apud. Sarmiento, 2018, p.67) “o olhar da experiência da mulher sobre a cidade construída tende a uma adequação do entorno planejado, com intuito de melhorar a igualdade de oportunidades no uso e no aproveitamento”, ampliando seus impactos na segurança e qualidade de vida por meio da possibilidade de criação ou adequação de espaços mais conectados, seguros, acessíveis e com múltiplos usos. Para Calió (1992) as lutas por um espaço urbano digno para mulheres, antes de qualquer coisa, são lutas pelo direito à cidadania e à cidade.

São formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira releitura indireta do urbano patriarcal. Em todo o mundo mulheres estão tomando consciência dos problemas espaçotemporais impostos pela organização da cidade e ressentidos na sua vida cotidiana, inventando práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência. Desse modo, elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas. (Calió, 1992, p.7).

Outro ponto importante no que diz respeito à participação feminina na construção de cidades mais seguras e no desenho de espaços mais compatíveis com as necessidades de quem os utiliza, é a presença e representatividade da mulher na formulação de políticas públicas.

A história de luta das mulheres por sua inserção no meio urbano e pelo direito à cidadania e à emancipação política é clara e pode ser considerada uma grande conquista no cenário de construção da cidade contemporânea. Porém, essa inserção e representatividade ainda ocorrem de forma desigual, uma vez que a maioria das cidades do mundo se desenvolveu sem a participação feminina no debate de políticas públicas e urbanas (SARMENTO, 2018), e mais uma vez, a exclusão das mulheres no âmbito público, como reforça Valdívía (2018, p. 68) “se apoia na divisão sexual do trabalho e

dos espaços que se materializam em uma configuração que leva em consideração as experiências e necessidades masculinas”¹².

A perspectiva de gênero aplicada de forma eficaz ao Urbanismo requer uma atuação mais próxima do indivíduo que o utiliza, considerando sua experiência e se conectando com sua realidade, de forma que os espaços se adaptem às diferentes necessidades das pessoas, e não o contrário.

Metodologias de diagnósticos participativos que abrem portas para a voz feminina frente a espaços que mais uma vez refletem a divisão sexual do poder, como instâncias públicas e políticas, são fundamentais para que seja reforçado o que Sarmiento denomina de “tríade mulher/cidade/desenvolvimento(...) com a finalidade de contribuir com a reflexão acerca da participação das mulheres e sua relação com as transformações urbanísticas” (SARMENTO, 2018, p.65).

O acesso das mulheres aos espaços de decisão política contribui significativamente com o avanço da teoria política feminista (BIROLI e MIGUEL, 2012), pois, se posiciona diante da (falsa) dicotomia entre “público” e “privado” que atribui aos espaços de poder a voz e participação masculina, e que omite e torna invisíveis as demandas do cotidiano feminino, tão importantes de serem colocadas em pauta nas instâncias públicas e coletivas, isto é, nos grupos de bairro, associações, grupos de pesquisa e extensão, projetos locais e audiências públicas, por exemplo.

De acordo com Saraiva (2017, p.10), a incorporação de ferramentas de auditoria de segurança nos projetos do desenho urbano é um método que demonstra resultados bem-sucedidos, pois permite a coleta de informações mais precisas e ajuda a garantir que as necessidades sejam atendidas. Acredita-se que, a voz dessas mulheres significa uma reivindicação de seu espaço como sujeitos participativos e atuantes no meio público e coletivo.

Portanto, a fim de tratar da produção do espaço urbano, é extremamente necessário um aprofundamento sobre as práticas cotidianas dos diferentes grupos que compõem o espaço bem como das relações de poder que constituem um território (LEFEBVRE, 1974). E ao pensar as cidades, depara-se com um conjunto de fatores, agentes e

12 La exclusión de las mujeres del ámbito público se apoya en la división sexual de los trabajos y de los espacios y se materializa en una configuración de los espacios centrada en las experiencias y necesidades masculinas.

circunstâncias cotidianas, ou não, que se complementam e possuem direta ou indiretamente, relações de conectividade. Para elucidação das questões levantadas, nesta pesquisa, será realizado um aprofundamento no tocante ao cotidiano feminino.

Busca-se uma compreensão, de que no cotidiano feminino, tais relações de poder ocorrem de maneira singular, devido ao contexto de segregação e desigualdade que se materializam na maneira como as cidades são planejadas e questionam o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e nos espaços urbanos das cidades (FERREIRA e SILVA, 2017).

As atividades realizadas diariamente pelas mulheres, junto ao uso dos espaços para exercício de funções diversas, estão diretamente relacionadas à experiência singular de cada pessoa. Da mesma forma como ocorrem com crianças, idosos ou portadores de necessidades especiais. Por isso, as tarefas, funções, trajetórias e deslocamentos diários traduzem um conjunto de atividades que refletem na vida cotidiana e, conseqüentemente, nas demandas de configuração social e espacial das cidades.

O conceito de cotidiano¹³ permite uma reflexão sobre a importância do suporte físico e da qualificação dos espaços para o uso de grupos diversos, uma vez que as atividades e necessidades individuais dependem de experiências de vida tanto coletivas quanto individuais, e por isso, torna-se essencial uma análise sobre o seu papel na realização das várias tarefas realizadas pelas diferentes pessoas no dia a dia.

Sendo assim, a concepção do espaço urbano reflete significativamente na vida de seus sujeitos. Ao considerar que, tanto seu uso quanto as relações sociais são desenvolvidas nesses espaços e se modificam de acordo com a experiência de vida de cada pessoa, torna-se fundamental compreender que, o Urbanismo atua não só no modo de vida, mas também no impacto à organização e ao pertencimento da população em relação à cidade.

Ciocoletto (2014) define a vida cotidiana como “um conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades nas diferentes esferas da vida, que

13 Considera-se aquilo que é habitual ao ser humano, ou seja, está presente na vivência do dia a dia.

incluem as tarefas produtivas, reprodutivas, pessoais, políticas e comunitárias¹⁴” (CIOCOLETTO, 2014, p.14, tradução nossa). Para a autora, em cada esfera, atividades distintas são realizadas, sendo que na esfera **produtiva** realizam-se atividades relacionadas à produção de bens e serviços, e normalmente, há remuneração; na **reprodutiva** as atividades já possuem relação com o cuidado, das próprias pessoas ou de terceiros, como atividades domésticas ou de cuidado às crianças e idosos; na esfera **pessoal**, as atividades voltam-se ao desenvolvimento pessoal e intelectual, o que inclui tempo de ócio, prática de atividades físicas e de recreação, entre outros; e, por fim, na esfera **política**, estão às práticas coletivas e de participação social em movimentos ou associações (CIOCOLETTO, 2014 apud COTA, 2020, p.24). Embora possam ser classificadas em esferas distintas, as atividades são desenvolvidas de forma a conectarem-se umas com as outras, criando relações de interdependência nos fluxos, trajetos e ligações que, ao longo do dia, traduzem percursos também singulares, que variam de acordo com a vivência e com o cotidiano dos múltiplos usuários e usuárias do espaço urbano.

O histórico de desenvolvimento da sociedade e das próprias cidades mostra que a produção do espaço urbano se dá baseada em uma lógica capitalista – que privilegia espaços e atividades relacionadas à produção¹⁵–, e, portanto, é baseada também no cotidiano masculino ao reproduzir relações patriarcais. Assim, o exercício da “vida cotidiana”, conforme aponta a autora, é atravessado por questões físicas e subjetivas que acentuam as desigualdades de gênero.

Partindo de uma contextualização latino-americana, sobre a forma como mulheres e homens vivenciam de forma diferente o espaço urbano, Merli (2018) entende as cidades brasileiras,

como fruto de uma lógica discriminatória e segregadora, traduzida na precariedade da infraestrutura urbana, nos contrastes espaciais e nas

14 “*el conjunto de actividades que las personas realizan para satisfacer sus necesidades en las diferentes esferas de la vida que incluyen lastareas productivas, reproductivas, propias y políticas o comunitarias*”.

15 A partir das contribuições de Danièle Kergoat na perspectiva dos estudos da divisão sexual do trabalho e dentro da problematização das relações sociais de gênero, entende-se por trabalho produtivo aquele relacionado às atividades as quais exigem maior grau de conhecimentos técnicos, assalariado e reconhecido socialmente, e trabalho reprodutivo, aquele feito de forma manual, o trabalho doméstico e também aquele relacionado ao cuidado e à atenção necessária para o sustento da vida e a sobrevivência humana (KERGOAT, 2009).

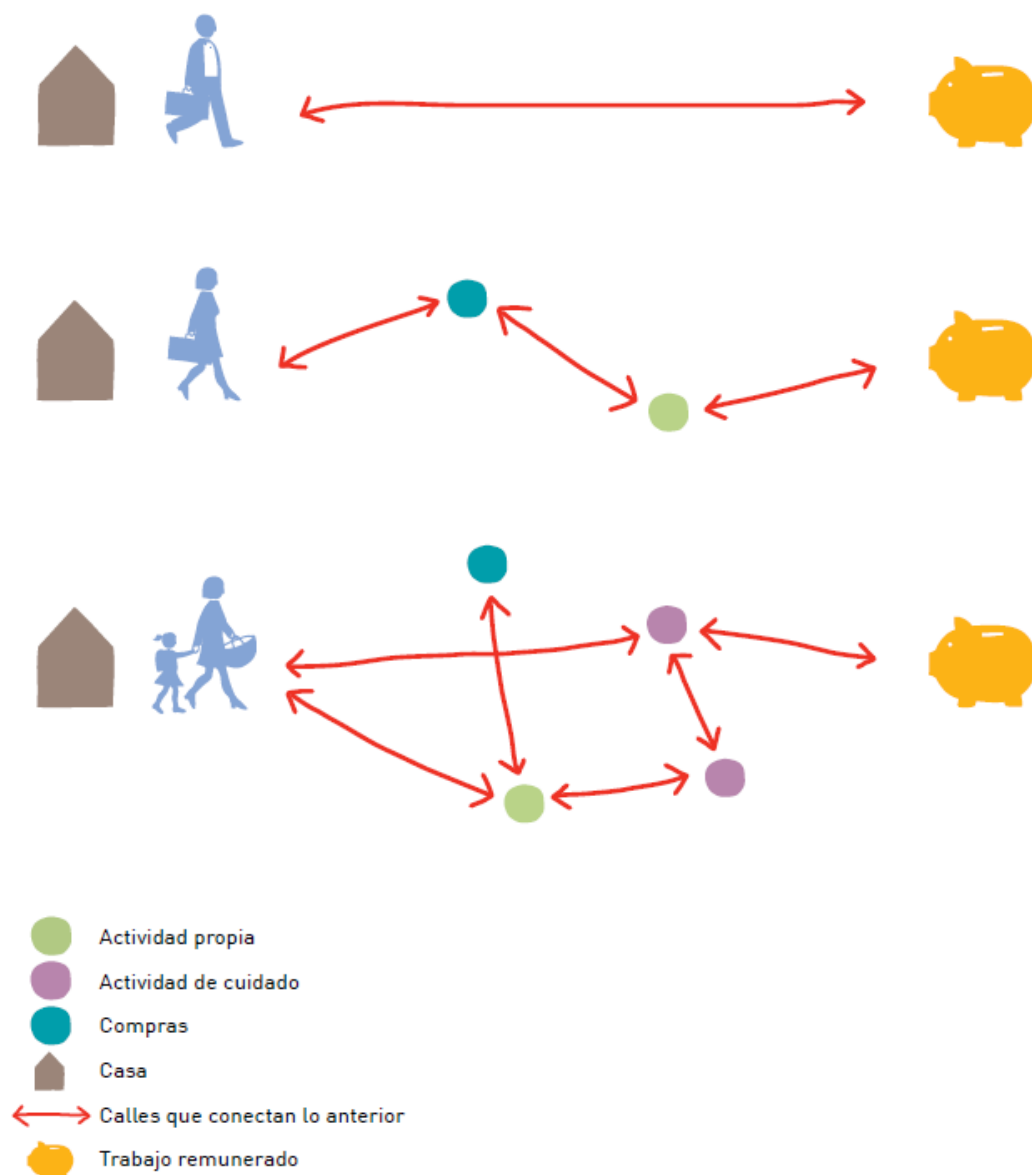
opressões sociais da superestrutura; para as mulheres isso se manifesta em violência, distinção de acesso aos recursos públicos e ao trabalho(...) A entrada das mulheres no mercado de trabalho as inseriu na luta por equipamentos públicos que apoiassem suas responsabilidades com as tarefas de reprodução, manutenção do lar e cuidados com a família. Em um primeiro momento priorizando creches e escolas, e, uma vez inseridas nas lutas e nos movimentos sociais, as reivindicações foram se ampliando e se tornando mais complexas, contemplando direitos ao espaço público e à cidade. (MERLI, 2018, p.45).

Portanto, a luta e o posicionamento político-social, segundo a autora, mostram como a vida doméstica tem influência na vida pública dessas mulheres, que “tanto na esfera do trabalho remunerado quanto nas participações da vida pública, dependem do desenvolvimento de suas vidas domésticas, suas responsabilidades de reprodução” (MERLI, 2018, p.45).

Sendo assim, a ausência de uma abordagem interseccional no urbanismo nos mostra que o território necessita de um suporte físico (infraestrutura, mobilidade, segurança, tempo de deslocamento, entre outros) que é limitado a determinados grupos, sendo outros tantos tratados como invisíveis ao se pensar em planejamento urbano – a exemplo das mulheres, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais, por exemplo.

A forma como a cidade atende às demandas cotidianas de seus usuários e usuárias pode tanto reforçar as tensões diárias acumuladas pela condição da mulher, relacionadas à insegurança, vulnerabilidade e carência no suporte às demandas contemporâneas, quanto possibilitar um novo movimento de desenvolvimento urbano “pautado na experiência e compreensão do espaço urbano por meio da perspectiva das mulheres, ao considerar as suas múltiplas atividades (FIGURA 1) e, assim, promover uma análise da dimensão humana no território” (SARMENTO, 2018, p. 66).

Figura 1 - Diagrama do cotidiano feminino x masculino



Fonte: Livro “Espacios para la vida cotidiana”, CIOCOLETTO, 2014, p.13

Para isso, faz-se necessário uma abordagem da divisão sexual do espaço, uma vez que a configuração espacial do território parte da suposta dicotomia “público x privado” e da divisão sexual do trabalho (VALDÍVIA, 2018, p.65) que se baseia na dicotomia de trabalho “produtivo x reprodutivo”, contribuindo com a disseminação desses dualismos no cenário urbano, que serão discorridos, na sessão seguinte.

2.3.1 A divisão sexual do trabalho e a produção da cidade contemporânea

A partir de uma reflexão sobre o princípio da dialética da teoria Marxista, constata-se que o dualismo de ideias, posicionamentos e concepções marcam as diversas esferas da sociedade, refletindo em suas relações e também nas relações que têm com o território. Certo e errado, quente e frio, preto e branco, amor e ódio, masculino e feminino, público e privado, produção e reprodução são antagonismos que servem de exemplo. Assim como a sociedade, as cidades também se transformam e exprimem conflitos e contradições advindas das formas de produção do espaço (LEFEBVRE, 1974). Dessa forma, a configuração do espaço e a construção das relações cotidianas, abordadas anteriormente, também são marcadas por relações de poder que delimitam e separam em polos opostos, âmbitos sociais e espaciais que propagam e reforçam, no meio urbano, dualismos construídos a partir de uma visão capitalista e patriarcal.

Para Valdívía “a divisão do trabalho dentro da estrutura do sistema social patriarcal foi a base a partir da qual as cidades começaram a se formar¹⁶” e as relações de poder que estabeleceram as normas de construção dos espaços, definindo parâmetros sociais e espaciais são, conseqüentemente, agentes limitantes ou condutores da apropriação e do uso, assim como suas experiências (VALDÍVIA, 2018, p. 69).

Por meio do surgimento da cidade industrial, é possível observar que com o fortalecimento do capitalismo, as relações de poder e desigualdade entre sexos, no âmbito do trabalho, se tornaram mais claras, uma vez que com a nova figura do trabalhador fabril, os homens passaram a se encarregar dos trabalhos remunerados e relacionados ao mercado, e conseqüentemente fora de casa, enquanto as mulheres ficaram direcionadas ao trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, reforçando de acordo com Brullet (2010, *apud* VALDÍVIA, 2018, p.67), a ideia dominante de família liberal burguesa, que tem a figura do pai como o ganha pão e da mãe como a dona de casa¹⁷.

Kergoat (2009) traz a noção de relação social como uma tensão que atravessa o campo social e produz fenômenos sociais que se traduzem em grupos de interesses antagônicos, que podem ser observados na relação patriarcal entre homem x mulher /

16 “*La división del trabajo en el marco del sistema social patriarcal fue la base a partir de la cual comienzan a conformarse las ciudades.*”

17 “*La idea liberal y burguesa de familia que sitúa al padre como sustentador económico y a la madre como ama de casa se fue instituyendo como el modelo en el discurso dominante*”.

trabalhador x dona de casa. De acordo com a autora, uma constante tensão entre trabalho e suas divisões permeia a relação entre os dois grupos, e isso confirma que tais relações “não são provenientes de uma causalidade biológica, mas se baseiam, antes de tudo, em uma relação hierárquica entre os sexos, tratando-se de uma relação de poder, de dominação” (KERGOAT, 2009, p. 71), que aumenta e piora a condição da mulher, que de forma dupla, acumula a segregação de classe social e a segregação por sexo (SARMENTO, 2018).

Sendo assim, ao analisar a lógica dualista que impõe funções prioritárias da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva às mulheres, observa-se que essa lógica se materializa na esfera pública e privada, condicionando o homem à vivência pública, coletiva e ao uso da cidade e de seus equipamentos para realização de suas atividades laborais, ao mesmo tempo em que invisibiliza as necessidades também presentes no cotidiano feminino, que, por se relacionar direta e indiretamente às atividades de cuidado e conectividade¹⁸, também dependem do espaço público e das práticas coletivas, embora essas sejam ocultadas pela construção social baseada na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do espaço.

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades. (KERGOAT, 2009, p.72).

A perspectiva de gênero aplicada ao Urbanismo pode ser exemplificada por meio da abordagem de Kergoat ao tratar da necessidade de articulação de atividades em reflexões que vão além da constatação das desigualdades, sendo neste contexto, atividades provenientes do cotidiano singular dos seus diversos agentes. Significa então, colocar, de forma igualitária, as exigências decorrentes do mundo produtivo e reprodutivo (SARMENTO, 2018) e, conseqüentemente, considerar as atividades e relações cotidianas como eixo fundamental na produção das cidades e dos espaços que compõem o território.

La falta de inclusión en las decisiones urbanas de las personas que habitan los barrios ha provocado que, muchas veces, la realidad no se ajuste a las necesidades diversas de la vida cotidiana de las personas

18 Entende-se por relações de cuidado e conectividade as práticas cotidianas que envolvem responsabilidades para com mais de um sujeito e com notável subjetividade (emoções e sentimentos), como por exemplo, relação entre mães e filhos, ou em profissões como cuidadoras de idosos, babás, professoras e donas de casa.

según sus diferencias de género, sexo, edad, origen y cultura, situación socioeconómica y diversidad funcional. Desajuste que además influye en las políticas y en los presupuestos públicos. (CICOLETTO, 2014, p.07).

O trecho retirado do livro “Espacios Para la Vida Cotidiana” de Adriana Cicoletto (2014) reforça a ideia de que as atividades e o uso dos espaços variam de acordo com as experiências de vida e do cotidiano, experiências essas relacionadas não apenas às diferenças de gênero, mas também de idade (no caso de crianças e idosos), saúde (como portadores de necessidades especiais e gestantes), entre outros. Logo, constata-se que a divisão sexual do trabalho se materializa na divisão sexual do espaço, que ainda no século XXI se desenvolve sem uma análise das funções de cada tarefa realizada pelas mulheres em seu dia a dia, e, conseqüentemente, sem oferecer suporte físico, segurança ambiental e apoio legal por meio de políticas públicas aos seus múltiplos agentes.

Portanto, a necessidade de incorporar um enfoque feminista nas análises sobre o *direito à cidade* reforça a urgência de estudos na área que tragam alternativas e debates em prol de uma reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana, e justifica, mais uma vez, a importância da temática alinhada ao estudo de caso da ocupação da Praça para a realização do projeto da feira livre em um espaço público, a partir de intervenções promovidas por mulheres. Acredita-se que, o projeto abarca uma experiência que possibilita a associação não somente dos princípios da Economia Solidária nas discussões acerca das esferas da vida cotidiana, mas também das demandas em relação à cidade, incorporadas a ética do cuidado, permitindo, às pessoas sentirem e vivenciarem, de fato, o direito à cidade.

3 “SOLAR NA PRAÇA - FEIRA LIVRE” E A REIVINDICAÇÃO PELO DIREITO À CIDADE

Nesta pesquisa, foi proposto analisar, a partir do estudo de caso do “Solar na Praça - Feira Livre”, as principais características do projeto, assim como suas motivações para a implementação de um formato de feira, o qual será denominado aqui como “feira-ocupação”, e será aprofundado na próxima sessão a partir da apresentação do projeto e seus principais aspectos, a partir das entrevistas realizadas com as feirantes que compõem a amostra desta pesquisa, com o intuito de assim compreender os significados da ocupação desse espaço público – a Praça Ovídeo Vicentini – a partir da percepção das mulheres que participam da feira e de suas interfaces com a Economia Solidária.

Para tanto, realizou-se 15 entrevistas com um total de 16 mulheres¹⁹, com idades entre 23 a 59 anos (TABELA 1) representando os seguintes segmentos da feira: artesanato, comidas e bebidas, brechós e terapias (TABELA 2).

Tabela 1. Relação entre número total de entrevistadas e faixa etária

	Faixa etária	
<i>Número de entrevistadas</i>	Entre 18 a 40 anos	Entre 40 a 60
<i>Total: 16</i>	7 (43,75%)	9 (56,25%)

Fonte: Montado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2021

Tabela 2. Segmento de trabalho das artesãs

	Segmento de trabalho			
<i>Número de entrevistadas</i>	Artesanato	Comidas e bebidas	Brechós	Terapias
<i>Total: 16</i>	7 (43,75%)	3 (18,75%)	3 (18,75%)	3 (18,75%)

Fonte: Montado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2021

Observa-se que, dentro do grupo da amostra selecionada, 75% concilia o trabalho

¹⁹ O total de 16 entrevistadas deve-se ao fato de que, um dos empreendimentos selecionados para a composição da amostra é representado por duas artesãs, as quais participaram conjuntamente da entrevista realizada pela pesquisadora.

artesanal com um segundo emprego, que é responsável pela maior parte da renda dessas mulheres. Além disso, 56,25% também trabalham fora de casa, 37,5% demandam de meios de mobilidade alternativa, como bicicleta e ônibus para o deslocamento diário, e 68,75% são mães, o que também significa uma dedicação diária com o cuidado dos filhos

enteados (TABELA 3).

Tabela 3. Identificação das participantes que compõem a amostra da pesquisa

NOME	LOCAL DE TRABALHO DA EXPOSITORA ²⁰	FILHOS	MEIO DE TRANSPORTE	OCUPAÇÃO PROFISSIONAL
Joana	Em casa (Solar da Serra)	Sim	Bicicleta	Artesã
Clarisse	Em casa (bairro Colônia do Marçal) e salão comunitário do bairro	Sim	Bicicleta	Professora de yoga e produtora de granola
Marta	Fórum da Comarca de SJDR (bairro Centro)	Sim	Carro	Funcionária pública e brecholeira
Laura	Em casa (bairro Bela Vista) e consultório (bairro Centro)	Não	A pé	Terapeuta e artesã
Alice	Em casa (Solar da Serra)	Sim	Carro	Arquiteta e artesã
Carolina	Em casa (Solar da Serra)	Não	Motocicleta	Artesã
Carmem	Em casa (bairro Bonfim) e consultório (bairro Centro)	Não	Bicicleta e ônibus	Psicóloga e artesã
Luisa	Em casa (bairro São Pedro – Águas Santas)	Não	Carro e ônibus	Estudante e artesã
Margarida	Em casa (bairro Matosinhos)	Sim	A pé	Artesã (professora aposentada)
Conceição	Em casa (Matosinhos) e escolas estaduais (bairro Pio XII e Fábricas)	Sim	Carro	Professora e brecholeira
Aparecida	UFSJ - Campus Dom Bosco	Sim	Carro	Técnica de laboratório (funcionária Pública) e brecholeira
Lourdes	Em casa (Colônia do Bengo) e na própria loja (bairro Centro)	Sim	Carro	Comerciante e produtora de conservas
Cíntia	Em casa (bairro Fábricas) e centro cultural (bairro Dom Bosco)	Não	Bicicleta	Psicóloga (dança terapia)
Wanda	Em casa (bairro Guarda Mor), em uma escolinha infantil (Solar da Serra) e na própria loja (Tiradentes)	Sim	Carro	Professora de geografia, de yoga e terapeuta
Ângela	Em casa (bairro Colônia do Giarola)	Sim	Motocicleta	Produtora de comidas artesanais
Adriana	Em casa (bairro Fábricas)	Sim	Motocicleta	Professora de inglês e artesã

Fonte: Montado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2021

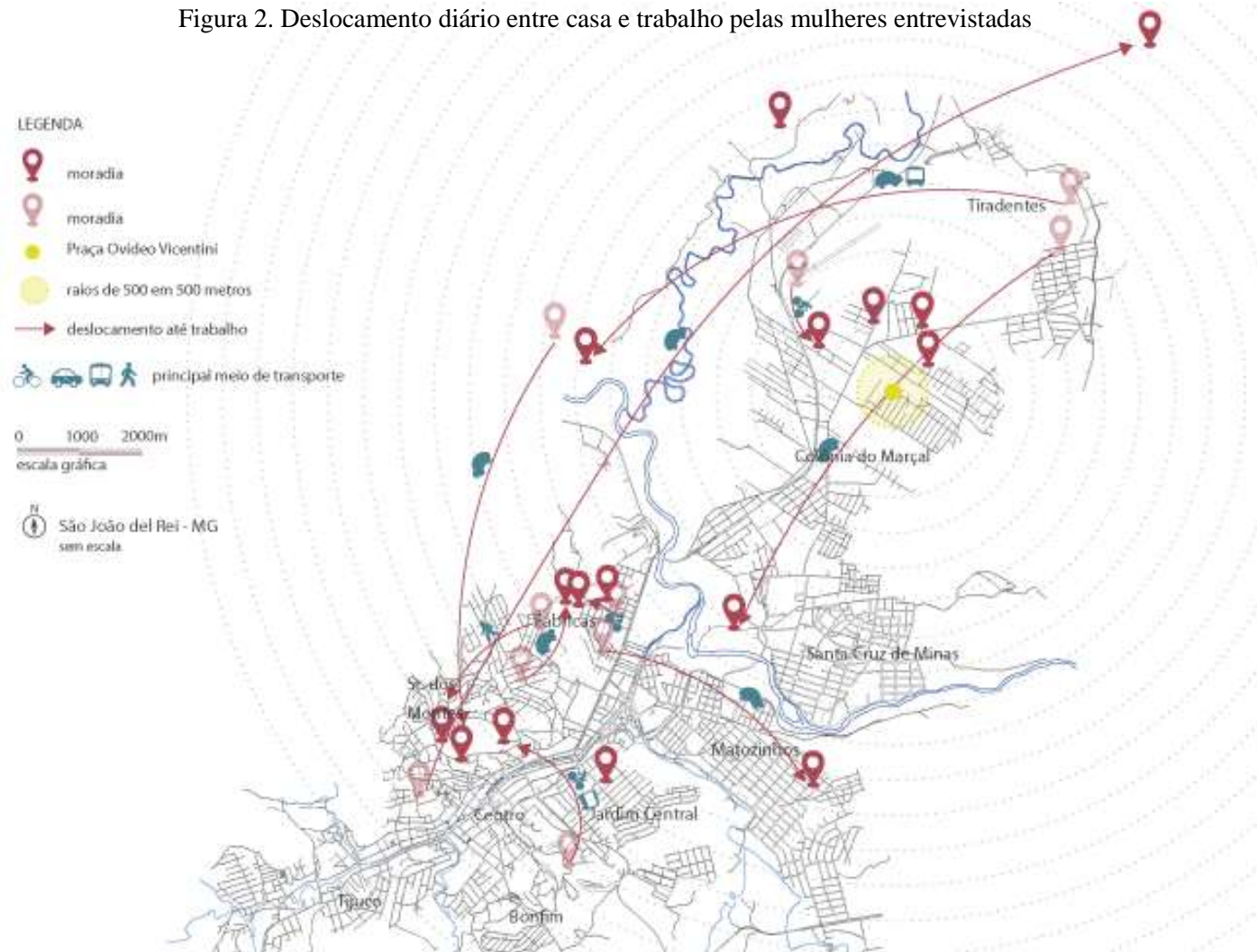
²⁰ As informações coletadas e divulgadas nesta tabela foram recolhidas nas entrevistas semiestruturadas, realizadas no ano de 2021, e se referem à dinâmica cotidiana das entrevistadas durante o período de participação nas edições presenciais da feira, que aconteceram entre abril de 2019 e março de 2020. Durante a realização das entrevistas, algumas das participantes relataram

Salienta-se que, os dados possuem grande importância, pois indicam uma amostra diversa, de mulheres com realidades distintas e, conseqüentemente, cotidianos em múltiplos formatos, cada qual com singularidades que os tornam únicos, porém importantes e com significativos pontos em comum.

O cuidado com os filhos e com a própria casa, a rotina dupla entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, as demandas de acesso à equipamentos urbanos e à espaços públicos, os deslocamentos diários entre casa e trabalho, exemplificados pela Figura 02, ao representar, cartograficamente, os fluxos de deslocamento entre residência e local de trabalho das entrevistadas, a insegurança nos trajetos a pé devido à pouca infraestrutura ou ausência de manutenção das vias públicas, a tentativa de uso das ruas de casa e espaços livres do bairro para atividade de lazer e recreação dos filhos, são alguns exemplos de atividades que socialmente não são consideradas tão importantes, mas que convergem em um desenho do cotidiano que não é linear e muito menos padrão. Cotidiano baseado em relações de segurança e cuidado que dizem muito sobre a necessidade de um desenho urbano que o acompanhe, e, portanto seja pautado em uma perspectiva de gênero e em um urbanismo feminista.

que mudou de residência e também passaram a trabalhar em casa em período integral (*home-office*), devido à pandemia da Covid 19. Portanto, para as análises desta pesquisa, optou-se por considerar a localização da moradia e trabalho das participantes na época da criação e posteriormente, das edições presenciais da feira.

Figura 2. Deslocamento diário entre casa e trabalho pelas mulheres entrevistadas



Fonte: Base cartográfica Prefeitura Municipal de SJDR- MG. Elaboração: Anelisa de Assis Campos, 2021

No capítulo a seguir serão retratadas as principais análises das entrevistas semiestruturadas realizadas com as 16 participantes do projeto que se dispuseram, voluntariamente, a compartilhar suas percepções sobre a feira e também detalhes de seu cotidiano. As abordagens que serão apresentadas estarão sempre conectadas com análises e percepções locais e urbanas aos olhos de um grupo de 17 mulheres, no qual também inclui a autora desta pesquisa. Portanto, a escrita será constantemente complementada por falas retiradas das entrevistas que enriqueceram e deram vida à pesquisa, a partir de relatos, histórias, desabafos e olhares esperançosos de um grupo de mulheres que representam, nesta pesquisa, as responsáveis por colocar em prática algo potente e único, no qual a autora, uma jovem urbanista, que anseia por cidades mais vivas, seguras e igualitárias, vivenciou, pela primeira vez, na cidade de São João del-Rei-MG, que também é sua cidade natal.

3.1 Mulheres e relações solidárias no espaço público do Solar da Serra: a Feira Ocupação

“[...]é porque a cidade e a praça são nossas, se a gente não pode ir pra lá e passar uma tarde, tocar uma música, pra quê que ela existe então?” (Marta).

O “Solar na Praça - Feira Livre” é um projeto idealizado por cinco mulheres artesãs, residentes na cidade de São João del-Rei, e em 2018, se uniram com o objetivo de criar uma feira local no bairro em que quatro das cinco residiam, a partir do desejo de despertar o interesse da comunidade pelo trabalho artesanal realizado por elas e outras mulheres, e pela prática de atividades voltadas ao consumo consciente, além de possibilitar uma maior autonomia financeira entre elas e fortalecer as relações com a comunidade local.

A ideia partiu de encontros entre as cinco idealizadoras, em uma feira escolar, realizada na escola em que os filhos de quatro delas estudavam em 2018 e também na Feira da Boa Zona²¹. Projeto esse, realizado no Centro Histórico de São João del-Rei, no

²¹ Feira Urbana realizada na Rua Marechal Bittencourt, popularmente conhecida por “Rua da Cachaça”, antiga “Rua da Zona”, no centro histórico de São João del-Rei – MG.

qual, algumas das idealizadoras também participaram como expositoras, mas não se sentiam completamente pertencentes e conectadas à proposta.

A partir do desenvolvimento da ideia de realizar uma feira escolar pelos pais dos alunos bolsistas, na escola infantil localizada no bairro Colônia do Marçal, houve uma aproximação entre as mães que descobriram o interesse em comum de levar o projeto para fora da escola, com o intuito de torná-lo também acessível à comunidade, dando ênfase e visibilidade ao trabalho artesanal das mães e de forma que permitisse que conciliassem as atividades do trabalho com o cuidado dos filhos.

“Desde o início, a intenção era uma feira para atingir as mulheres e mães. Pensando que mulheres não têm tempo para trabalhar, ficam enfiadas em casa, tinha que ser um lugar que desse conta de levar as crianças, lugar para uma mãe. Também já era algo que via na outra feira, as crianças sempre estavam juntas, mas antes era um lugar fechado (dentro da escola).” (Joana)

Joana, uma das participantes, conta que é mãe de duas crianças de 03 e 06 anos e fazia parte da organização da feirinha da escola infantil onde as filhas estudavam.

De acordo com Joana, na feira escolar, *“os pais da vizinhança levavam as crianças para brincar e também começaram a aparecer mais pessoas interessadas”*, com o tempo o projeto não teve continuidade, *“a feira da escola acabou, mas sempre ficou esse querer fazer algo mais”*.

Nos encontros despretensiosos e desabafos compartilhados nas edições da feira da Boa Zona no centro de São João del-Rei, as moradoras do bairro localizado na outra extremidade da cidade, perceberam um desejo em comum de ver uma extensão da vivência já iniciada na escola infantil, no bairro em que a maioria residia, mas de forma diferente, feito por elas e para elas, para as crianças e pelo bairro. *“Éramos cinco mulheres, todas já fazendo algo, com oito crianças, já éramos uma feira ambulante, fazendo um movimento”*, conta Clarisse, que é uma das idealizadoras do projeto.

Criaram um grupo entre elas ainda de forma *online*, e começaram o movimento a partir da escolha de um local. Como a maioria morava no mesmo bairro - a Colônia do Marçal – elas começaram avaliando a possibilidade de ocupação de uma das praças do

bairro, e segundo uma das idealizadoras, elas “*chegaram à ideia da Praça do Solar, a Praça Ovídio Vicentini, marcaram uma reunião por lá e se apaixonaram*” (Clarisse).

E o que estaria por trás dessa paixão em comum por um espaço público?

Para compreender as motivações intrínsecas na escolha da praça, as entrevistas foram estruturadas de forma que se tivesse acesso aos detalhes do cotidiano das entrevistadas até suas percepções locais sobre o bairro em que moram e o bairro no qual o projeto foi idealizado. Acredita-se que, o viver a cidade está diretamente relacionado às demandas cotidianas, e a forma como intervimos localmente diz muito de uma experiência vivida na cidade, não só no bairro de moradia que está presente nos deslocamentos diários, mas no uso e na ocupação de espaços também coletivos, onde as carências e potencialidades tornam-se, a partir da vivência diária, mais perceptíveis, e são sentidas diariamente e refletem na qualidade de vida, na segurança e na dinâmica cotidiana de seus moradores e, principalmente, das moradoras.

Sendo assim, a próxima sessão desdobra-se em analisar, primeiramente, o contexto municipal, a fim de trazer uma melhor conexão das percepções em relação ao bairro, já presentes nos estudos iniciados entre os anos de 2017 e 2018, com as percepções das moradoras e participantes do projeto que, ao escolherem a praça para a implantação da feira, atuaram também em transformações que extrapolaram o espaço público e foram além da própria praça, refletindo no bairro e apresentando significativo potencial de atuação também, na própria cidade, como pode-se perceber ao longo das falas e análises apresentadas.

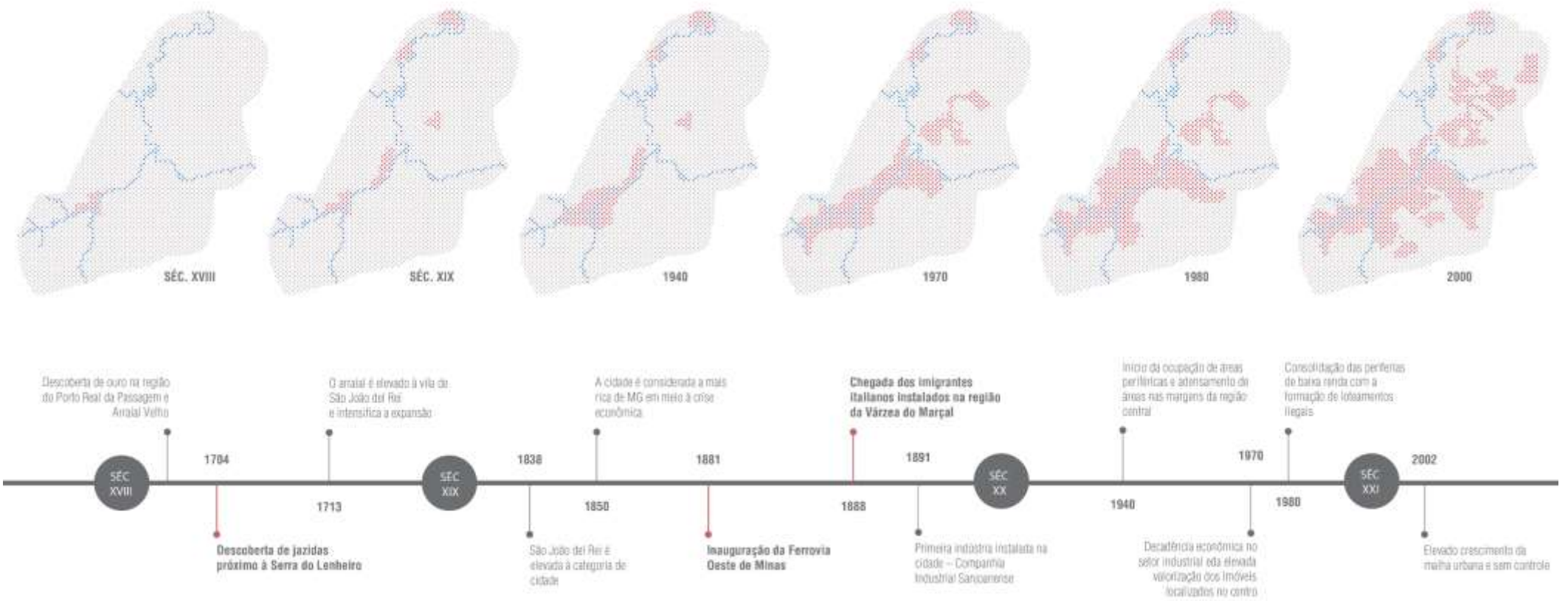
3.1.1 Do macro ao micro: percepções locais em um cenário municipal

São João del-Rei, uma cidade histórica que surgiu no século XVIII, durante o chamado Ciclo do Ouro. Está localizada na região do Campo das Vertentes do estado de Minas Gerais e pode ser considerada uma cidade intermediária (COTA e DIÓRIO, 2014), contando, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2010, com uma população fixa de 84.469 habitantes, sendo que a população estimada para o censo de 2020 era de 90.082 pessoas, em um território de aproximadamente um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados (CENSO, 2010).

Analisando a evolução urbana da cidade (FIGURA 3), é importante considerar os três fatores que impulsionaram o início das ocupações urbanas da cidade no século XVIII

e XIX, e também as ocupações periféricas em consequência do adensamento central já no século XX, que refletem hoje na dispersão da malha urbana para bairros cada vez mais afastados, como é o caso do bairro em que se localiza a praça ocupada pelo objeto de estudo desta pesquisa. Estes fatores são: o ciclo do ouro, a instalação das indústrias e da ferrovia e a chegada dos imigrantes italianos na cidade (ANDRADE, et. al., 2014; OLIVEIRA e TOLEDO, 2014; COTA e DIÓRIO, 2012).

Figura 3- Diagrama da evolução da ocupação e da mancha urbana de SJDR/MG



Fonte dos dados: ANDRADE, et. al., 2014; OLIVEIRA e TOLEDO, 2014; COTA e DIÓRIO, 2012

Base cartográfica Prefeitura Municipal de SJDR/MG. Elaboração: Anelisa de Assis Campos, 2018

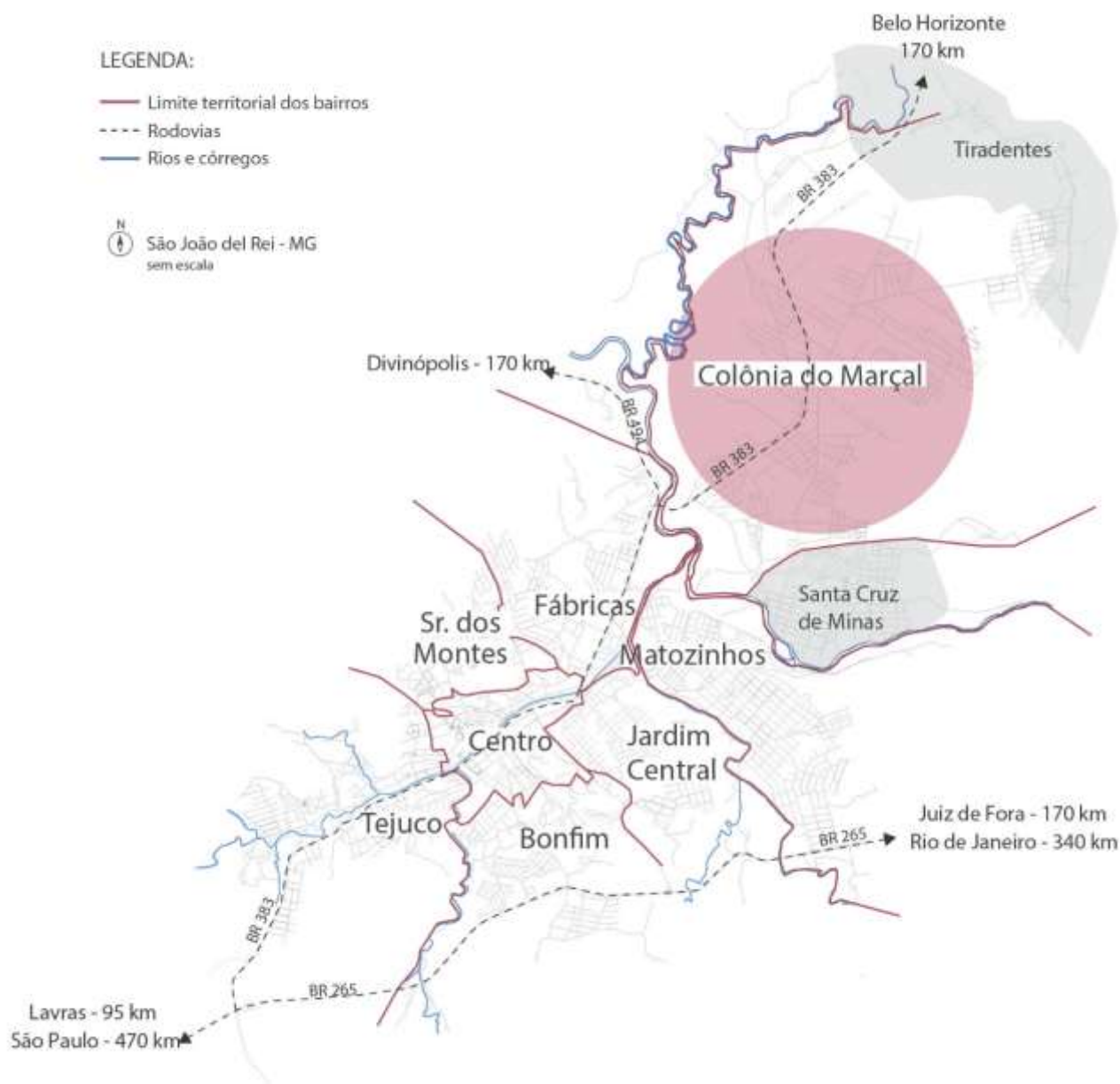
Atualmente, as principais atividades econômicas na cidade são ligadas ao setor terciário. O comércio destaca-se como a principal atividade econômica (ANDRADE, et. al., 2014), devido ao elevado e diversificado número de empreendimentos comerciais. Há também a presença de indústrias de extração e transformação no ramo de ferro e ligas e a Agricultura, com destaque para a produção de laranja, milho e soja (CENSO, 2010).

Além disso, por se tratar de uma das cidades do “Ciclo do Ouro” e também como um dos municípios qualificados como integrantes do Circuito das Cidades Históricas de Minas Gerais, São João del-Rei tem um importante papel na história do país. Em função dessas características, a cidade apresenta um acervo histórico e arquitetônico que atrai turistas durante todo o ano, em especial durante o Carnaval e na Semana Santa, devido às suas tradições artísticas e religiosas, e sua proximidade com a cidade vizinha Tiradentes, principal polo turístico da região.

A mancha urbana da cidade (FIGURA 4) é constituída por uma região central, composta de bairros mais antigos que concentram as atividades econômicas, comerciais e equipamentos públicos urbanos, e por regiões periféricas, em alguns casos separadas por elevadas distâncias, e outras próximas à região central em áreas de encosta, onde há ausência de áreas públicas, mobilidade reduzida, e precária infraestrutura de comércios e serviços ou em processo de consolidação.

o que vemos são alguns bairros bem equipados, com infraestrutura urbana, constantemente renovada, enquanto em muitos outros bairros são parcialmente ou mesmo completamente desprovidos de tais infraestruturas adequadas à dignidade de seus concidadãos; regiões da cidade tradicionalmente esquecidas, como em muitos bairros periféricos dessa cidade, revelando também as condições de poder assimétricas dos distintos grupos sociais para fazer valer seus interesses estruturalmente conflitantes. (ANDRADE, et. al., p.1004, 2014).

Figura 4 – Perímetro urbano e bairros do município de São João del-Rei/MG, com destaque para o Bairro Colônia do Marçal



Fonte: Base cartográfica Prefeitura Municipal de SJDR/MG. Elaboração: Anelisa de Assis Campos, 2020

De acordo com Cota e Diório (2012), em São João del-Rei

a divisão economicamente hierarquizada do espaço se mostra cada vez mais nítida, permitindo-nos identificar claramente três padrões de ocupação na cidade: o da área central (centro histórico protegido pelo patrimônio cultural), o das periferias de classe média e média-alta; e o

dos territórios periféricos habitados pela população de baixa renda. (COTA e DIÓRIO, 2012, p. 11).

Dentre os três padrões acima citados, a região da Colônia do Marçal, em que se localiza o Loteamento Solar da Serra, o qual se encontra a praça ocupada para implantação do Projeto “Solar na Praça - Feira Livre”, objeto de estudo dessa pesquisa, pode ser classificado entre as periferias de classe média a alta, resultante da dispersão fragmentada da malha urbana da cidade, devido ao ritmo acelerado de implantação de loteamentos urbanos, onde uma maioria foi promovida pela iniciativa privada e se destina ao segmento de média renda da população (COTA e DIÓRIO, 2012). A presença de uma “forte especulação imobiliária, com a abertura de diversos empreendimentos imobiliários como loteamentos e condomínios, assim como uma elevada valorização dos imóveis” (ANDRADE, et. al, p. 1005, 2014) também são processos observados no bairro, como consequência da expansão urbana de São João del-Rei, nas últimas décadas.

Embora inserido em uma cidade com origem no período de exploração aurífera, símbolo do período colonial e marcada pelas grandiosas edificações religiosas barrocas, o bairro Colônia do Marçal teve o início de sua ocupação marcado pelas instalações do núcleo colonial de italianos na cidade no século XIX. Este contexto rural e agrário em meio à “inserção do Estado mineiro na política nacional de imigração que buscava atrair imigrantes europeus para suprir sua necessidade de mão de obra” (ANDRADE, et. al, p.1004, 2014) constituiu assim, um importante vetor de crescimento da cidade a partir da segunda metade do século XX (COTA e DIÓRIO, 2012).

De acordo com o Censo de 2010, o bairro Colônia do Marçal pode ser considerado o terceiro maior bairro da cidade, representando 11% da população, predominantemente de jovens e adultos. Possui um alto índice de ocupação residencial e embora tenha um conjunto significativo de moradores antigos, também houve um aumento da população local nos últimos cinco anos.

Atualmente, representa a área de maior crescimento populacional da cidade, predominantemente residencial, com uma rede de saneamento desenvolvida e certo desenvolvimento comercial, embora seja um dos bairros mais distantes do centro comercial e administrativo da cidade, e possua uma infraestrutura de serviços e mobilidade ainda insuficientes, que conseqüentemente levam a uma dependência por automóveis para o deslocamento entre demais bairros (CAMPOS, 2018).

A partir da pesquisa realizada no ano de 2018, concluiu-se que, embora a região da Colônia do Marçal é caracterizada como um território ainda “desconectado” da vida urbana – apresentando baixa diversidade de usos e certo distanciamento das atividades de comércio e serviços urbanos – apesar, do crescimento imobiliário do bairro – é importante destacar que existe uma forte relação de apropriação dos moradores locais com espaços livres do bairro (em especial as vias públicas – ruas e avenidas – e áreas verdes) para a prática de atividades físicas e de lazer, uma vez que há no bairro, uma significativa mancha de áreas verdes e arborizadas (FIGURA 5).

Figura 5 – Vista área do Bairro Colônia do Marçal e Loteamento Solar da Serra



Fonte: Base Google Earth, 2018. Elaboração: Anelisa de Assis Campos (2020)

Contudo, contrapondo-se à elevada porcentagem de áreas verdes e à forte relação de apropriação de áreas livres, nota-se no bairro uma carência por espaços públicos apropriados às práticas coletivas de lazer, cuidado e socialização, além de diversas demandas relacionadas às carências na mobilidade, saneamento, infraestrutura e segurança urbana.

Nas entrevistas realizadas com as expositoras do Solar na “Praça - Feira Livre” percebe-se que as carências do bairro são incômodos presentes na fala das moradoras e também das participantes que moram em outros bairros da cidade, assim compartilhado por uma das entrevistadas:

“é um bairro muito bom, mas não há infraestrutura, pois foi construído de qualquer jeito. A questão da água da chuva é muito séria. O que antes eram grandes fazendas agora são lotes todos impermeáveis. Acredito que é por causa de um não planejamento urbano. Existe um crescimento do bairro de forma desordenada, já tem casa quase na serra que é um patrimônio ambiental. Acho que ali está acontecendo um crime ambiental, pois, que eu saiba aquela serra é uma área preservada” (Conceição).

A comunidade sente e as mulheres elucidam, diante da oportunidade de fala, aos assuntos e questões relevantes, que estão presentes no cotidiano dos moradores e perceptíveis na vivência diária de todos. Torna-se, assim, evidente o desapontamento das participantes pelo descaso ao bairro por parte do poder público, o que não deixa de ser exposto pela comunidade: *“parece que é uma cidade a parte, e que ninguém olha para lá”*, desabafa Margarida, ao se referir ao bairro Colônia do Marçal.

Além disso, é importante destacar que, essas questões, refletem de forma diferente na experiência das mulheres nesse espaço “livre” e público:

“[...] a avenida é perigosa, não tem calçada, tem muito mato. Iluminação é ruim também, os donos dos terrenos e prefeitura não fazem nada, pra fazer caminhada à noite não dá; os carros passam

muito rápido e quando você vê que não tem gente, que está sozinha, volta correndo” (Marta).

Nota-se pela fala de uma das idealizadoras do projeto, moradora do bairro, o sentimento de insegurança, medo, e desamparo em relação à infraestrutura do bairro. Mesmo que não mencionados de forma direta como motivadores para a ação, são pontos que impulsionaram a ocupação da praça, em busca de uma mudança na apropriação e uso desse espaço, mudanças essas, apoiadas em demandas pelo cuidado, segurança e bem-estar.

Essas demandas que não são apenas das integrantes do Projeto, identificadas a partir de uma perspectiva individual, mas são também coletivas, por serem apontadas por mulheres e mães do bairro, são necessidades urgentes, por meio de um olhar cuidadoso, não só de uma para com as outras, mas também com a própria cidade. Essas mulheres enxergaram a possibilidade de atuar localmente e de forma coletiva ocupando um espaço público, que assim, como elas, também sente o reflexo do esquecimento por parte do poder público, como pode ser percebido pela fala a seguir, retirada de uma das entrevistas:

“[...] a própria praça que considero como um ponto positivo (no bairro) é um lugar que é deixado de lado. Em relação à manutenção, as ruas estão sempre esburacadas. O transporte público é péssimo, os horários são muito espaçados, dão muitas voltas. Não tem creche, é um problema da cidade como um todo, mas as mães daqui precisam se deslocar bastante. Não há linha de ônibus direto para Matosinhos. Esgotos dão problema, o básico mesmo que falta. Um grande descaso do poder público, ruas mal iluminadas. Não tem ciclovia, às vezes não tem nem passeio. É difícil ser ciclista, e tem muito ciclista por aqui” (Clarisse).

As falas apresentadas demonstram como os espaços urbanos necessitam urgentemente considerar demandas e necessidades de gênero, uma vez que, no contexto em que se encontram, contribuem para situações de insegurança, descaso e até violência, o que afeta diretamente a percepção da mulher e a sua relação com a cidade.

Por outro lado, essa relação com a cidade também aparece de forma positiva e esperançosa, quando observada por elas com um enfoque na apropriação infantil e nas relações coletivas entre a vizinhança.

Quando questionada sobre o que mais chama atenção no bairro, Clarisse, cita a tranquilidade: *“é um bairro que apesar de ser muito extenso, sua população não é tão densa. Tem muitas casas, não tem muito trânsito, muitos prédios”*. Para ela, o contato com a natureza é um privilégio, e sobre a paisagem, destaca a proximidade com a serra²², o que possibilita fazer caminhadas e ir nas cachoeiras, além dos “espaços vazios”, se referindo às ruas e à praça, que podem ser utilizados para lazer e vivência coletiva no bairro.

É possível constatar, diante da fala de Clarisse, que a atenção pelo bairro também parte de características relacionadas à proximidade com a natureza, pois, de acordo com uma delas *“tem espaços vazios que podem ser utilizados para lazer e ela se sente segura de viver nessa rua com as crianças”*, e também pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que é perceptível pelas falas relacionadas ao convívio e relacionamento entre vizinhos e nos grupos de bairro, como a de Carolina: *“não tem individualismo, todo mundo se une para melhorar algo pelo bairro e não só para você. No centro vejo que as pessoas são mais individualistas, minha sogra mora em um prédio e percebo isso, as pessoas não se conhecem. Aqui (no Solar da Serra) todos se movimentam pelo coletivo”*.

Acredita-se aqui, que a iniciativa do Projeto “Solar na Praça - Feira Livre” vai além de uma reivindicação local por áreas públicas de uso coletivo. O Projeto, por se tratar de uma iniciativa feminina, também indica a necessidade de um espaço plural, que possibilite a prática de atividades econômicas e emancipação feminina por meio da comercialização na feira, em conjunto com a tomada do espaço para práticas de convívio social, cuidado com os filhos e também autocuidado. Isso indica a retomada desse espaço público como local seguro de transformação social, em que práticas solidárias podem servir como instrumento para reafirmação da função social do espaço, por meio das demandas feministas ali apresentadas em forma de uso e ocupação desse espaço público.

22 Serra de São José, localizada entre os municípios mineiros de São João del-Rei, Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Coronel Xavier Chaves e Prados.

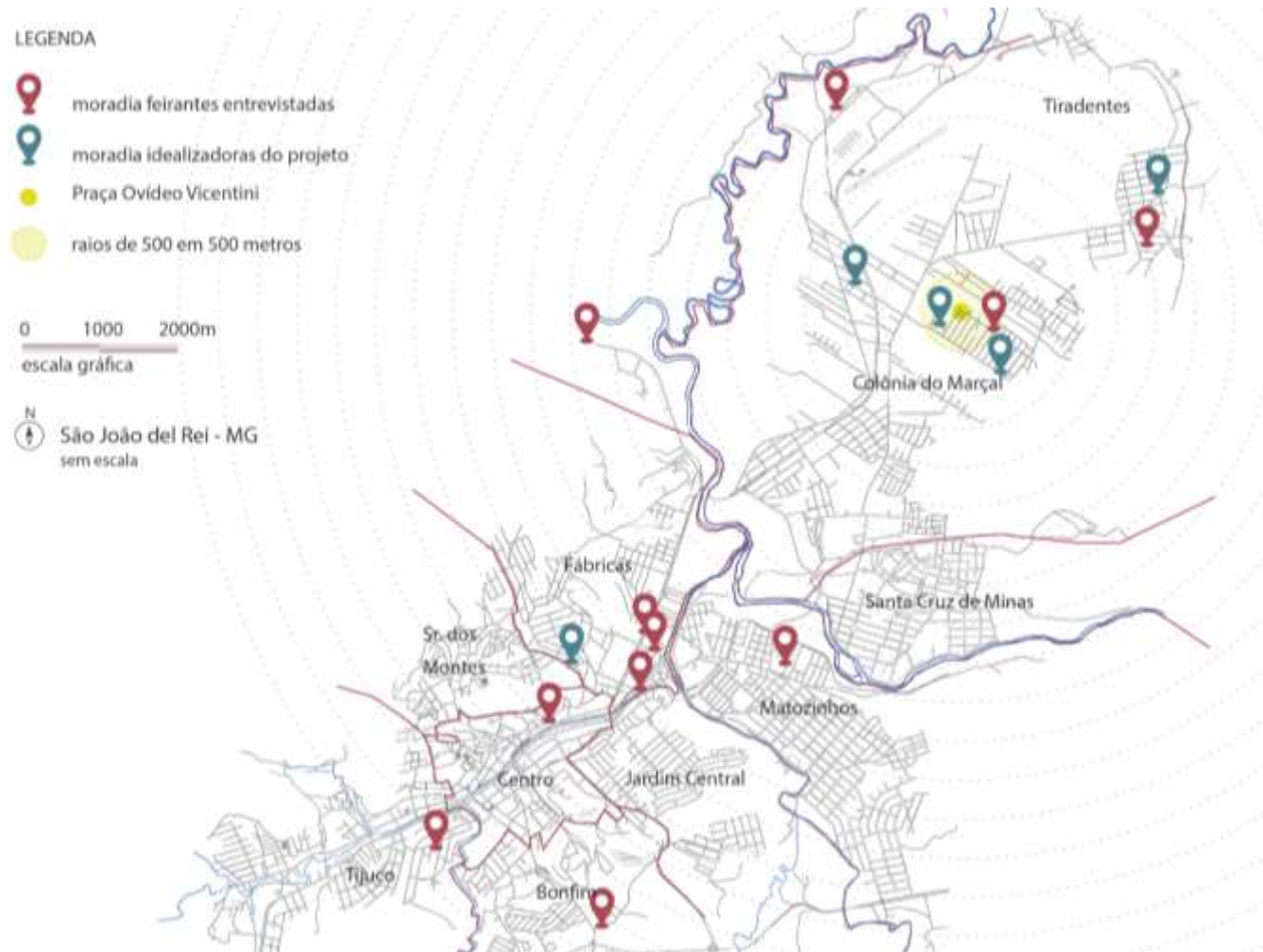
3.1.2 Ocupar para “re”nascer usos

“Reviver um espaço que está abandonado é muito importante para resgatar o sentido da comunidade e ter consciência de que a cidade é sua(...). É uma forma de atrair olhares que fez renascer usos.”

De acordo com o trecho citado acima, retirado da entrevista de Aline, uma das idealizadoras do projeto, a escolha pela Praça Dr. Ovídio Vicentini ocorreu, primeiramente, pela demanda de um local para a realização do projeto, unida à vontade compartilhada entre elas, de trazer para o bairro – ou seja, para próximo de suas casas – a proposta de uma feira.

Analisando a localização de moradia das idealizadoras do projeto que residem no Bairro Colônia do Marçal (FIGURA 6), além de aspectos do cotidiano dessas mulheres, como por exemplo, a localização da escola dos filhos e da residência de familiares e amigas que fazem parte da rede de apoio daquelas que são mães, percebe-se que a localização da praça faz parte do entorno de suas casas e, portanto, se insere em uma região de extrema importância no cotidiano dessas mulheres.

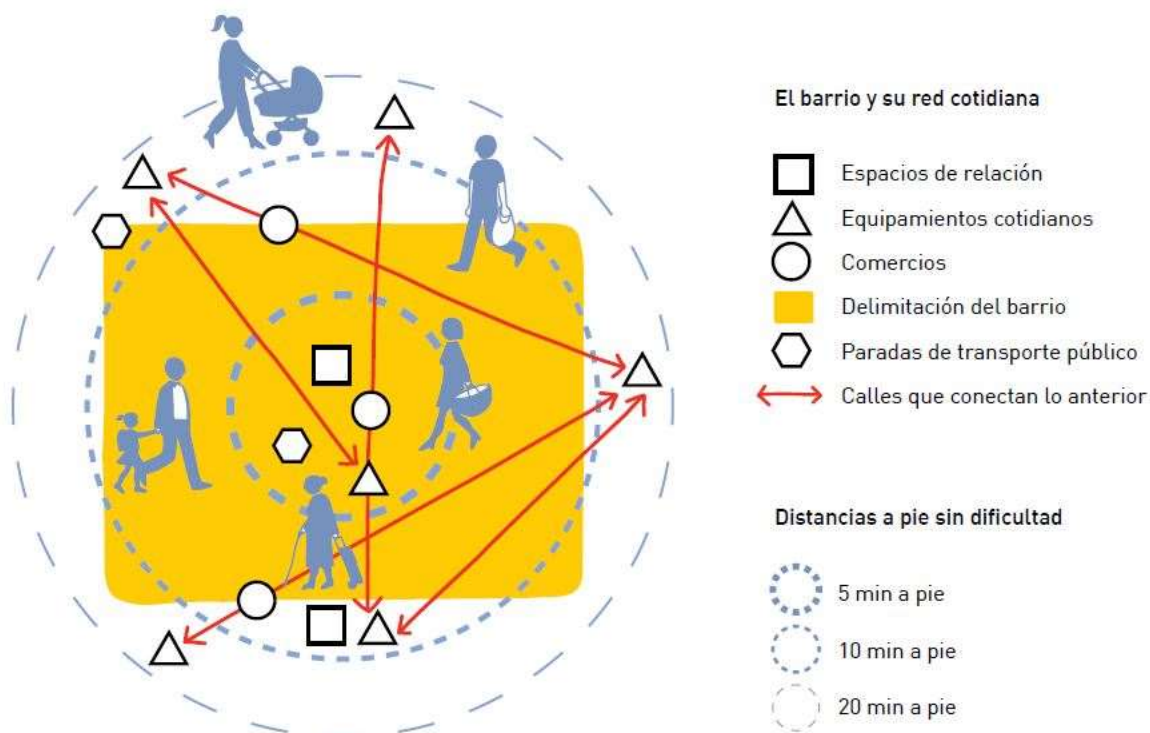
Figura 6. Localização da moradia das feirantes entrevistadas



Fonte: Base cartográfica Prefeitura Municipal de SJDR- MG. Elaboração: Anelisa de Assis Campos, 2021

A importância dessa configuração espacial de *proximidade* e interconexões constitui, segundo o Collectiu Punt 6, uma das três tipologias do espaço apresentadas como Indicadores de Qualidade Urbana com Perspectiva de Gênero, sendo ela a Rede Cotidiana do Bairro (FIGURA 7).

Figura 7. Diagrama tipologias do espaço para a vida cotidiana



Fonte: Livro Espacios para la vida cotidiana, CIOCOLETTO, 2014, p.18

De acordo com o Ciocoletto (2014), a rede cotidiana de um bairro é formada por um conjunto de espaços, equipamentos e comércios conectados por ruas e pontos de transporte coletivo que são usados pelas pessoas da vizinhança diariamente para suprir suas necessidades. Percebe-se pelo diagrama apresentado anteriormente, que dois dos elementos que compõem essa rede cotidiana de bairro são os espaços de relação – a exemplo das praças – e os equipamentos cotidianos.

A autora classifica como espaços de relação aqueles que as pessoas conseguem interagir umas com as outras, no ambiente urbano, enquanto realizam suas atividades diárias, principalmente aquelas que estão relacionadas ao cuidado – seja do lar ou de outras pessoas (como crianças ou idosos) – e que estimulam o fortalecimento de redes solidárias e de ajuda mútua (CICOLETTTO, 2014). Já os equipamentos cotidianos são aqueles fundamentais e indispensáveis na dinâmica cotidiana do bairro, como postos de saúde, creches e escolas de educação infantil, espaço para atendimento ao idoso, centros para atividades culturais e espaços adequados para a prática esportiva, entre outros. São espaços que atuam “como suporte para o desenvolvimento da vida diária em todas as fases vitais e para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eles também são os espaços de referência em uma comunidade apoiada na coexistência, troca, socialização e ajuda mútua”²³ (CICOLETTTO, 2014, p.21).

Dentro desse contexto, nota-se que a praça, antes mesmo da realização da feira, já fazia parte da rede cotidiana do bairro, embora percebida como um espaço de passagem e pouco apropriado, o que fica explícito na fala de Marta:

“ela (a praça) fica perto de onde o meu filho estudava, na escolinha Menino Jesus. Antes de ir pra aula ele ficava na casa da Selma e ela levava ele pra escola junto dos meninos dela, e passava pela praça todo o dia, mas antes, não tinham prestado atenção no lugar.”

As relações de cuidado e solidariedade entre a vizinhança, também já existiam anteriormente à ocupação, o que pode ser constatado não só pela existência, mas também

²³ *Aquellos equipamientos que se utilizan diariamente y que son indispensables como soporte para el desarrollo de la vida cotidiana en todas las etapas vitales y para la mejora de la calidad de vida de las personas. Son también los espacios de referencia de una comunidad donde se genera la convivencia, el intercambio, la socialización y la ayuda mutua.*

reconhecimento dos grupos de bairro, e principalmente, pela relação de apoio e cuidado entre as moradoras do bairro que são mães. Joana destacou a importância da rede de apoio composta pelas amigas que, também têm filhos e moram no mesmo bairro, ao compartilhar que elas *“ajudam no dia a dia e em caso de emergências, e também fazem dobradinhas – deixam os filhos na casa das amigas”* e também ofereciam carona para levar os filhos na escolinha, antes do período da pandemia em que as aulas ainda eram presenciais.

A possibilidade de encontrar com os amigos na própria praça também se repetiu em falas como a de Lourdes, que destacou os encontros marcados em dia de feira com amigos e familiares e também na possibilidade de recreação para os filhos: *“minha filha tem o que fazer, as crianças entram no córrego. É um programa pra quem quer comer, tem cerveja, música, amigos, agrega tudo”*.

Diante da fala das entrevistadas, é perceptível em diversos momentos, memórias afetivas relacionadas às brincadeiras na rua que fizeram parte da infância delas próprias ou dos filhos e netos. Menções que indicam entusiasmo e esperança coletiva por parte dessas mulheres e mães, que depositam, no projeto, a expectativa e possibilidade dos pequenos também vivenciarem uma vitalidade urbana hoje tão apagada pelo excesso de possibilidades digitais, e principalmente pelo sentimento de insegurança que passou a dominar a vida urbana nas últimas décadas. Percebe-se que, as atividades realizadas no espaço público durante a feira e com relação direta às áreas verdes, gramados, bosques e brincadeiras ao ar livre, significam para elas, uma possibilidade de resgatar a dimensão comunitária do espaço público (BAUMAN, 2009), por meio de uma coexistência livre e também segura:

“ocupar esse espaço, além do benefício para elas, tem o benefício social para a criança poder brincar ao ar livre, de sair da rotina, reunir amigos, da mãe poder criar as crianças da forma como foram criadas” (Luisa).

Essas memórias resgatadas da infância dessas mulheres e mães que cresceram em *“ruas mais vivas”* (palavras de Joana), onde a vizinhança estava sempre atenta às

brincadeiras das crianças e sentiam-se responsáveis pelos filhos uns dos outros²⁴ – os olhos da rua, segundo Jane Jacobs –, onde os jovens sentavam nas pontes, marcavam encontros nas praças e passavam horas conversando, e hoje, são repreendidos por isso.

Ainda explicitando as palavras de Joana, a feira na praça significa a retomada de acesso a um lugar seguro, e ela vê isso como algo importante para marcar um lugar na cidade, lugar de memória, de afeto e cuidado, uma vez que, *“quando se ocupa se cuida, desperta um interesse e um novo olhar para o local”* (Joana).

Sendo assim, o que mais chama atenção na fala das mulheres que foram entrevistadas é o incômodo pelo descuido do poder público para com o local e a percepção de vazio e abandono que a praça possuía, até então, uma vez que se percebia não haver uma apropriação dos moradores em relação ao espaço (FIGURAS 8 e 9). As cinco idealizadoras, e também, a maior parte das demais participantes que foram entrevistadas, citaram um enorme potencial e oportunidade de ocupação da praça para a retomada de usos e atividades coletivas que vão além das atividades de consumo que ocorrem nas feiras. O que também é reforçado pela fala de Laura, quando compartilha que para ela, o ato de ocupar significa

“assumir a praça e entender que é um espaço meu no sentido que posso usufruir e cuidar. Cuidar da praça, um banco, uma lixeira, manter a praça e não esperar tudo pelo governo e também me responsabilizar por aquilo. É assumir aquele espaço que é meu(...), a gente percebe que esse é um espaço que vai além, é um canal. Gera mudanças.”

24 Para Jane Jacobs (2011), a vizinhança são “os olhos da rua” e é parte fundamental para garantir a vitalidade e sentimento de segurança e proteção a quem transita ou utiliza de uma determinada rua de bairro.

Figura 8 - Praça Dr. Ovídio Vicentini



Fonte: Arquivo pessoal de Anelisa de Assis Campos, 2017

Figura 9 - Praça Dr. Ovídio Vicentini



Fonte: Arquivo pessoal de Anelisa de Assis Campos, 2017

“A praça é nossa, é do povo, das pessoas e de quem mora ali. É uma questão de pertencimento, de se sentir parte desse espaço. Hoje as casas estão com muros cada vez mais altos, só pra dentro. Os vizinhos não se conhecem. É a coisa do coletivo, das pessoas, é um espaço de convivência e isso é muito importante. É uma apropriação do espaço como algo de todo mundo, todo mundo usa, cuida” (Clarisse).

Constata-se pelas falas anteriores, que a praça, além de um espaço físico que estimula e permite uma aproximação entre a vizinhança e fortalecimento de relações entre os moradores da região, e principalmente, entre as mulheres, também possui um papel simbólico, de emancipação feminina, de expressão de afeto e atenção por meio das ações coletivas ali desenvolvidas. Além de tudo, incita reivindicação de direitos fundamentais à qualidade de vida e segurança delas e dos filhos. Portanto, destaca-se não só como um importante equipamento urbano, mas também, espaço de relação e cuidado, que resgata memórias, estimula mudanças e que une ideais, ações e principalmente, seres humanos.

3.1.3 Criar raízes para fazer crescer²⁵: atuação coletiva para a construção do projeto

“Quando perceberam que o projeto ia além das 5, pegaram as experiências anteriores em movimentos para criar algo aberto, fluido, horizontalizado, que desse autonomia para todas as participantes. Nunca fizeram uma ação para divulgar diretamente, foi movimento boca a boca e por indicações” (Joana).

Por meio da observação local, diário de campo e registros fotográficos foi possível acompanhar todo o processo de expansão do projeto, não só em relação à estrutura organizacional, a qual discorre-se neste capítulo, mas ao amadurecimento das ideias e ao fortalecimento dos princípios norteadores da proposta da feira. Também foi possível averiguar o caráter das ações coletivas, assim como, da própria ocupação espacial da praça que, ao longo dos meses, com a inserção de atividades culturais, recreativas, comerciais e terapêuticas por toda sua extensão, trouxe compreensão acerca da inter-relação entre espaço/pessoas.

Jan Gehl (2015) apresenta, em seu livro “Cidade para Pessoas”, um conceito de sustentabilidade social e sugere que as ações coletivas e de política pública também são fatores que, por meio de planos voltados para a sustentabilidade social, podem contribuir na criação de cidades mais vivas que atendam de forma mais democrática e acessível

25 Trecho retirado da fala de Marta, uma das participantes entrevistadas.

todos os grupos da sociedade, uma vez que o desenvolvimento urbano afeta muitos aspectos do cotidiano das pessoas e tem impacto sobre as gerações futuras.

Sustentabilidade social é um conceito amplo e desafiador. Parte do seu foco é dar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público e também de se movimentar pela cidade(...), e também tem uma importante dimensão democrática que prioriza acessos iguais para que encontremos “outras pessoas” no espaço público. (GEHL, 2015, p.109).

De acordo com o autor, os esforços devem ser focados não só nas estruturas físicas e espaciais, mas também nos aspectos sociais e culturais dos grupos que compõem a população da cidade, do bairro ou dos espaços em que serão projetados, alcançando então, cidades mais vivas, democráticas e dinâmicas.

A sustentabilidade social, descrita por Gehl, pode ser identificada no processo de diagnóstico com a comunidade, na observação das demandas coletivas para a viabilização da ideia da feira, e também na dinâmica de comunicação e relações já existentes entre a própria comunidade local que ocorre por meio dos grupos de bairro e comunicações via *whatsApp*. O grupo do *whatsApp* é utilizado como instrumento de compartilhamento de informações e discussão sobre o cotidiano do bairro, sobre as carências e problemas locais, ações e iniciativas coletivas, e divulgação de trabalhos e serviços que, moradores do bairro Solar da Serra, oferecem.

Uma vez que, boa parte dos participantes do citado grupo de *whatsApp* divulgavam seus serviços e produtos feitos artesanalmente à comunidade, a ideia da feira se fortaleceu, pois uma feira realizada no próprio bairro poderia ser a oportunidade de comercialização desses produtos, movimentando e fortalecendo a economia local, além de contribuir com geração de renda para as famílias e mulheres do bairro.

O primeiro encontro entre as idealizadoras, na própria praça, ocorreu em janeiro de 2019 e o grupo de *whatsApp* do bairro, já existente entre os moradores e moradoras, serviu como canal para a divulgação da ideia e consulta à comunidade sobre a aceitação e adesão ao projeto (FIGURA 10). Para isso, foi elaborado um modelo de questionário *online* (ANEXO VII), a fim de entender a adesão e aceitação dos moradores do Solar da Serra, no qual os participantes do grupo puderam opinar sobre a realização de uma feira no bairro, assim como os melhores dias, horários e frequência para implementação da ideia. Segundo dados fornecidos pela organização, 98% das respostas foram positivas²⁶,

26 A elaboração e recolhimento de dados sobre a pesquisa de aceitação com a comunidade foram realizados e fornecidos pelas organizadoras, sendo assim, não houve interferência da pesquisadora nem conferência de dados nesta

e percebe-se que, desde o início, que sempre esteve presente o posicionamento do grupo como uma iniciativa para mulheres, artesãs e mães em busca de um espaço múltiplo que as possibilitem exercer o trabalho e o cuidado dos filhos em segurança.

Figura 10. Mensagem encaminhada ao grupo de bairro do Solar da Serra para consulta à comunidade sobre a realização da feira na praça do bairro



Fonte: Captura de tela de mensagem encaminhada, via *whatsApp*, por uma das idealizadoras do projeto, à pesquisadora em 30/06/2019

A partir do retorno dos moradores, ficou definido o dia da semana, isto é, o domingo, para a realização da feira, no período da manhã. A primeira edição do projeto ocorreu no dia 07 de abril de 2019, de 09 às 13 horas, e contou com a participação de 24 mulheres artesãs. Segundo as idealizadoras, na primeira edição, que ocorreu somente com a divulgação “boca a boca” e nos grupos de bairro, o número de participantes chegou a mais de 20 expositoras, o que superou positivamente as expectativas do grupo e refletiu também, na ocupação física do próprio espaço da praça, como foi afirmado por Clarisse em sua entrevista: “*Nós achávamos que o miolo da praça era enorme, e desde a primeira edição já estávamos sem jeito por falta de espaço*”.

etapa de trabalho. O formulário digital contou com perguntas relacionadas ao interesse em frequentar e ter uma feira no próprio bairro, frequência ideal para a realização, dia e horário mais adequados, produtos de maior interesse da comunidade e atividades potenciais para inserção na programação.

Após a primeira edição, que ocorreu de forma espontânea, apenas com a ocupação da praça para a venda dos produtos artesanais das feirantes, o grupo passou a se reunir mensalmente para discussões coletivas a respeito do futuro da feira, e a Praça Ovídio Vicentini também foi o local escolhido para o encontro dos expositores nas reuniões (FIGURA 11).

Figura 11. Participantes do Solar na Praça em dia de reunião



Fonte: Facebook do “Solar na Praça – Feira livre”, 2019

“As reuniões são feitas com muita escuta, com acolhimento, e com educação sobre o que é a feira, percebe-se a transformação das pessoas ali, é muito bonito, quem acompanha desde o início amadurece também, nesse algo mais que está faltando. Grande forma de convivência atrás do fazer e da criação.”

Percebe-se, pela fala anterior, retirada da entrevista de Wanda, que, o espaço público mais uma vez é ocupado de forma coletiva como espaço de formação, no qual passaram a ocorrer debates sobre temas correlacionados com os princípios da feira, compartilhamento de ideias, deliberações e conclusões sobre os caminhos percorridos e avanços do projeto. Para Marta, o Solar na Praça é uma *“oportunidade de levar provocações mais críticas e profundas para pessoas que talvez jamais fariam isso*

sozinhas. É um espaço de convivência de pessoas de idades, momentos históricos, formação escolar, diferentes”.

No primeiro ano do projeto, em que houve a realização da feira presencial na praça, os métodos adotados para a organização das atividades e comunicação entre as participantes foram reuniões presenciais realizadas mensalmente, e um grupo no *whatsapp*, em que eram compartilhados avisos sobre as edições, também listas de confirmação das expositoras que participariam em cada edição e disponibilizados, em formato de ata, resumos e repasses referentes a cada reunião realizada.

É importante destacar, que a princípio, as cinco idealizadoras mantiveram, entre elas, um grupo exclusivo de comunicação no *whatsApp*, paralelo ao grupo geral, onde previamente elaboravam as pautas das reuniões. Porém, com o tempo, a comunicação foi “*tomando o formato mais horizontalizado baseado na Economia Solidária, e o grupo das cinco se dissolveu*”. De acordo com Alice, antes, elas se “*encontravam, faziam uma curadoria de ideias, coordenavam as ações, convidavam e orientavam as outras expositoras para que as demais tomassem o projeto para elas*” e hoje, segundo ela, que também é uma das idealizadoras, elas percebem que essa apropriação já aconteceu, e a proposta continua independente das fundadoras.

Para a organização das tarefas e atividades, as participantes optaram pela formação de grupos de trabalho, que segundo elas, surgiram a partir das demandas observadas coletivamente na realização da primeira feira e nas discussões sobre o desenvolvimento da proposta de ocupação, como por exemplo, a área de estacionamento de carros, a organização das barracas, a definição de uma contribuição financeira para fundo da feira, elaboração das ações e materiais de divulgação, o cadastro de novos participantes, entre outros. Sendo assim, decidiram coletivamente pela criação de cinco grupos de trabalho, chamados por elas de Grupo de Trabalho - GT, sendo eles: financeiro, relacionamento pessoal, divulgação, atrações e logística. Todos compostos pelas próprias expositoras que, juntamente às cinco idealizadoras, distribuíram-se, voluntariamente, de acordo com as áreas de maior interesse e afinidade. Esses grupos foram criados a partir das necessidades observadas pelas próprias participantes, e não baseados em padrões organizacionais.

Desde o início do projeto, a divulgação sempre foi feita em meios digitais, e durante certo período, elas também fizeram por meio de panfletagem, diretamente nas ruas, em encontros com amigos e familiares e na comunidade. A produção do material

gráfico com todas as informações pertinentes para a divulgação das feiras, programações, além de conteúdos de caráter informativo, relacionados aos temas que fundamentam a feira, como a Economia Solidária, o consumo consciente, alimentação saudável, prática de exercícios e a ocupação da praça para o lazer e encontro, fica sob a responsabilidade do GT de divulgação. Os temas das informações a serem divulgadas são definidos, em conjunto, nas reuniões mensais que antecedem as feiras. Todo conteúdo era disponibilizado em mídias sociais (página do *Facebook* e *Instagram*), a exemplo das figuras 12 e 13, como objetivo de alcançar moradores e outros grupos interessados na iniciativa.

Figura 12. Arte de divulgação da feira com registro da ocupação da praça



Fonte: [instagram@solarnapraça](https://www.instagram.com/solarnapraça) (2019)

Figura 13. Arte de divulgação da feira com registro da ocupação da praça



Fonte: instagram@solarnapraça (2019)

Para a adesão de novas participantes, o cadastro, inicialmente, foi feito por uma ficha cadastro impressa (ANEXO VIII), criada com a finalidade de recolher mais informações pessoais, do empreendimento e os produtos comercializados pelas expositoras. Essa ficha é encaminhada ao grupo de trabalho do Relacionamento Pessoal.

Ao longo do primeiro ano da feira, foi registrado um total de 71 cadastros de expositoras(es). Nota-se que, a participação feminina é majoritária, representando 94,36% do total de cadastros (TABELA 01).

Tabela 4 – Distribuição de expositores cadastrados no primeiro ano de feira

Sexo	Nº de cadastros
<i>Feminino</i>	67
<i>Masculino</i>	4
	Total: 71 cadastros

Fonte: Formulário online disponibilizados à pesquisadora pela organização da feira (2020)

Com o passar dos meses, a iniciativa foi crescendo em proporções físicas, e também, em visibilidade na cidade, alcançando cada vez mais pessoas interessadas pelos novos significados e usos atribuídos ao local durante a realização da feira aos domingos, mas também pelos princípios norteadores do projeto, que são baseados na chamada Economia Solidária e em demandas cotidianas advindas da realidade de cada uma das mulheres que compunham o grupo de expositoras: protagonismo feminino, ocupação da praça de forma ampla, coletiva e democrática, apropriação infantil e vivências no espaço público pelas crianças, ressignificação do consumo, cuidado com o desperdício e valorização da arte e cultura local. De acordo com Joana “*a feira no Solar está inserida em um movimento grandioso(...), é sentir que não estamos sozinhas, que muito está sendo feito, que há possibilidade de transformações maiores*”. Nesse sentido, Santos (2006) aponta:

A proximidade que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem a ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade, diz J.-L. Guigou (1995, p.56), “pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade”. (SANTOS, 2006, p.215).

Nota-se que, existe um interesse de parte do grupo em despertar uma reflexão sobre o consumo individual e coletivo que interferem nos hábitos de vida da população e sobre a forma como a economia circula no bairro e na comunidade. Preza-se pelas inter-relações comunitárias em prol do fortalecimento da economia local por meio de processos de cooperação, diálogo e autogestão, refletindo no quão forte a proposta está alinhada à disseminação e prática da Economia Solidária, que, para elas, significa, de acordo com o relato de Alice “*uma forma de criar uma nova relação na comunidade, de valores, trocas, vendas, e de como se relacionar com pessoas e comunidades em relação ao produto. De envolver a comunidade para criar uma rede de relações cada vez mais fortalecida.*”

Segundo Clarisse, com o tempo elas foram percebendo que esse movimento – o da Economia Solidária – já era algo que existia que elas não estavam “*inventando a roda e entenderam que cabiam nesse lugar, pois faziam uma autogestão, já trabalhavam com a questão da cooperação e da solidariedade*”.

Nesse sentido, destaca-se a participação e aproximação de representantes do projeto Solar na Praça em grupos de assessoria e fomento às iniciativas de Economia Solidária em São João del-Rei e região. Por exemplo, no Fórum Municipal de Economia Solidária de São João del-Rei, o qual também faz parte a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ITCP da Universidade Federal de São João del-Rei, que passou a acompanhar e assessorar a organização do projeto no fomento à prática da Economia Solidária dentro das ações e métodos organizacionais da feira. Isso resultou, inclusive, na contemplação, pelo grupo, de recursos financeiros recebidos através do Fórum Municipal de Economia Solidária de São João del-Rei.

O grupo de expositoras também passou a participar de eventos, de rodas de conversa e ações sociais coletivas, como a promovida pelo Coletivo “Nós Mulheres”, realizado ao longo do mês de março de 2020 e promovido pelo Fórum de Mulheres das Vertentes, que é composto por representantes de diversas organizações não governamentais, como coletivos feministas e entidades sindicais, políticas e estudantis. A programação da feira realizada no dia 08 de março de 2020, última feira realizada presencialmente na praça, devido ao início da Pandemia da Covid-19, teve sua programação voltada para atividades como um sarau de poesias, cortejo pelas ruas do bairro, oficinas para mulheres e rodas de diálogo que promoveram debates e reflexões articuladas pelos coletivos, entidades sindicais, políticas e estudantis. Tudo isso com intuito de discutir o papel imposto às mulheres na sociedade atual de forma crítica e coletiva. O ato, durante uma das edições do Solar na Praça, reforçou o caráter também político da “feira ocupação”, demonstrando que se trata de um movimento de reivindicação da apropriação do espaço público como um espaço de debate, horizontalizado e democrático, que viabiliza a oportunidade de, mais uma vez, colocar em pauta as diferenças de gênero que permeiam o cotidiano das mulheres a fim de alcançar um reconhecimento e legitimidade de direitos e demandas que emergiram a partir das suas próprias lutas diárias (HOLSTON, 2016).

Por fim, as atividades culturais, apresentações musicais, terapias holísticas, exploração da área gastronômica e oficinas realizadas por artesãos locais, pelas próprias crianças e projetos de extensão da UFSJ, como o “Saberes da Terra” do Curso de Arquitetura e Urbanismo, representam a extensão da feira para a promoção de vivências no espaço público, provando que a feira vai além das atividades econômicas. O que torna o local, enquanto a feira é realizada, um espaço também de cultura, lazer e recreação, e, portanto, desperta a função social do espaço, que ao longo do desenvolvimento das

idades vem se perdendo devido à dinâmica cotidiana que ignora a dimensão humana ao esquecer-se de suas relações com o espaço público e a cidade (GEHL, 2015).

3.1.4 “A feira na praça como retomada de acesso a um lugar seguro”²⁷

As praças públicas, levando-se em conta os diversos aspectos que as envolvem, como definição, concepção e função, sofreram significativas mudanças ao longo dos tempos. Ao que tange ao uso, em sua trajetória histórica, as praças eram locais de encontro e convivência, para difundir e trocar conhecimentos e bens, e que permitiam discussões políticas e cotidianas. Lamas (1993) fala da praça como algo mais do que um espaço envolto de infraestruturas e focalizando-se na sua funcionalidade, definindo a praça como o lugar público intencional de permanência, encontro, comércio e circulação, funcionando ainda como palco para acontecimentos festivos, comemorações e manifestações. Kevin Lynch (1981) sugere que a praça deve ser entendida como um foco de atividade no coração de uma área urbana. (DALLAGNOL, et.al. 2019, p. 273).

Durante a realização das entrevistas, no primeiro momento, foi recorrente nas falas das entrevistadas, ao serem questionadas sobre as motivações para a escolha da praça, que a decisão se voltava para as características físicas do espaço, a grande área arborizada e a presença dos gramados, que aliados à função histórica e cultural da praça, dão a praça características de um local de convivência e encontro. Carmem, uma das mulheres entrevistadas, relatou que antes de se mudar para São João del-Rei, “*via em algumas cidades as praças sendo utilizadas como espaço de convivência diária, lazer, conversa, encontro, em horários comerciais, e para a prática de atividades físicas*”. Carmem afirmou que aqui não percebia o mesmo. Para ela, “*a praça é um espaço público pouco utilizado e a feira é muito necessária nesse sentido de ocupar esse espaço*”.

Ficou claro que, o potencial do local unido à necessidade de um espaço para a realização da Feira, resultou na escolha da Praça Ovídeo Vicentini, uma vez que uma das diretrizes iniciais do projeto era a ocupação de um espaço público do bairro Colônia do Marçal (FIGURA 14), pois, quatro das cinco idealizadoras vivem com suas famílias no bairro e, assim, conseguiram diagnosticar, por meio das conversas no grupo de bairro do *whatsApp*, meio de comunicação não só utilizado para trocarem informações sobre o bairro, mas também para os moradores e moradoras que prestam serviços divulgarem variados segmentos, uma grande presença de artesãs na vizinhança. Desta forma, de

27 Fala de Joana sobre os significados da realização da feira em uma praça.

acordo com Laura, *“as coisas se encaminharam de forma orgânica, uma vez que o próprio espaço puxou a necessidade pela ocupação e uso”*.

Figura 14 - Segunda edição “Solar na Praça - Feira Livre” em maio de 2019



Fonte: Arquivo pessoal de Anelisa de Assis Campos, 2019

No entanto, ao analisar a fala das participantes do projeto entrevistadas nesta pesquisa, percebeu-se que, para além das motivações relacionadas às potencialidades e benefícios “futuros” que resultariam da ocupação da praça pela feira, o resgate das memórias e a ênfase às demandas coletivas presentes no cotidiano das mulheres e de seus filhos, estimularam um olhar para o local de forma diferenciada e única. Concluiu-se que, isso refletiu em seus princípios norteadores, em sua programação, na forma de apropriação e, principalmente, na comunicação entre todas as envolvidas no projeto, o que pode ser confirmado pela fala, a seguir, de Cíntia:

“As mulheres têm o cuidado de ouvir, de acolher, de escutar o que você está falando. Em equipamentos públicos os homens não se colocam em local de escuta. Na feira de mulheres, nenhuma das mulheres vão dar respostas ríspidas, como se fosse algo óbvio. A fala inicial é diferente, a condução das reuniões é diferente, não falam sobre assuntos só porque estão na pauta.”

São mulheres escutando mulheres, mulheres cuidando de mulheres, e consequentemente cuidando do espaço que ocupam e, portanto, resgatam antigas e criam novas relações, uma vez que, de acordo com Clarisse,

“a feira tem preocupações que são muito nossas. Mulheres na frente garantem o protagonismo delas. Essas questões de filho, segurança, dos banheiros, etc. são pensadas de outra forma, porque tem mulheres à frente. É diferente.”

Para Jane Jacobs (2011) a cidade é uma realidade pulsante e é um território de relações no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus anseios. Acredita-se que, diante do contexto aqui analisado, a praça é percebida como um território de relações locais, no qual a possibilidade de reivindicar “quereres” comuns, baseados em demandas cotidianas que possam melhorar suas condições de vida, trabalho, e cuidado, é real. Além do que, as relações podem ser apoiadas em estratégias e ações coletivas, materializadas nas atividades e na forma como a feira é organizada, para que tudo dialogue com as necessidades específicas das mulheres que são também mães.

Além disso, o posicionamento do grupo diante do cenário da praça anteriormente à ocupação para a realização da feira, e após o início do projeto, ilustra de forma clara a teoria de Jane Jacobs (2011) de que os parques urbanos de bairro são direta e drasticamente afetados pela forma como a vizinhança os intervém.

A autora, ao fazer uma leitura dos parques urbanos de bairro, categoria na qual se inclui também a maioria das praças, indica uma interpretação equivocada quando esses espaços são comumente considerados como uma dádiva à população, uma vez que o raciocínio contrário é bem mais coerente (JACOBS, 2011). Para ela, são “as pessoas que dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso” (JACOBS, 2011, p.97). Isso ficou claro, tanto na fala das participantes quanto nas observações *in loco* ao longo das feiras, o que possibilitou a identificação de diversas formas de uso e apropriação do local pela comunidade do bairro e também pelos visitantes e consumidores que, mensalmente, frequentaram as feiras durante quase um ano.

“Apesar de ser um bairro distante do centro, a praça conseguiu um envolvimento fantástico, reuniu pessoas de diversos lugares, não só do bairro, artesãos, consumidores, conseguiu uma dimensão muito maior(...) A convivência, como se dá ali, é uma relação além do comercial, é o local, as pessoas, o carinho e o afeto nas relações. É o encontro de afeto. É como se o comercial acabasse sendo uma consequência. Local de família, de crianças, de sentir que somos capazes de produzir e fazer algo diferente” (Wanda).

No exercício de observar coletivamente o espaço, o *ocupar* é visto como uma possibilidade de aprendizagem, percebendo a beleza da cidade e seus desafios (OLIVEIRA, 2018). O cotidiano, o trabalho e a maternidade aliada à preocupação com a criação dos filhos e suas relações com a comunidade, com os alimentos que consomem e com as atividades educacionais são os principais fatores que nortearam as escolhas em relação à programação de todas as feiras realizadas ao longo de 2019 e início de 2020 (FIGURA 15), e atribuíram ao projeto um significado de cuidado coletivo que, claramente, vai além do fator comercial e de um local apenas de passagem, articulando-se com a ideia de solidariedade proposta pela Economia Solidária, e também constatado na atividade realizada através do “poema dos desejos”. Dinâmica que convidou as participantes a descreverem o projeto em algumas palavras, e as que mais se repetiram foram: resistência, afeto, solidariedade, conhecimento e encontro (FIGURA 16).

Figura 15. Atividades de recreação e apresentações culturais de artistas locais



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

Figura 16. Mapa mental resultante da atividade proposta às mulheres entrevistadas e baseado na metodologia “Poema dos desejos”



A feira passa a ser local de permanência, de pertencimento e segurança, como pode ser observado no trecho a seguir, retirado da fala de uma das participantes, Carolina, que não tem filhos, mas, claramente, coloca essa realidade como uma questão de responsabilidade coletiva:

“Muitas são mães que precisaram abandonar o trabalho para cuidar dos filhos. Esse estigma ainda faz parte de nós, infelizmente. É uma oportunidade ter a renda e estar com os filhos. Todo mundo sabe quem é o filho de todo mundo, olham onde estão as crianças, funciona como uma rede de apoio coletiva.”

Além disso, a possibilidade de uma emancipação do trabalho feminino e geração de renda, neste ambiente que também é de comercialização, afeta diretamente a realidade e autonomia financeira de mulheres que enxergam a feira como um local de empoderamento e realização, não só profissional, mas também pessoal, o que fica claro no desabafo de Conceição:

“Eu já fiz muita coisa, vendi Avon, muamba, fazia crochê, ovo de Páscoa, mas sempre tive uma participação financeira invisível, fazia o trabalho de casa, tinha retorno com essas vendas, mas o dinheiro não aparecia, pois não era constante. Nunca havia participado de algo que me sentia protagonista (...) O dinheiro fruto da feira não é invisível, e eu preciso ter esse apoio para trabalhar, é importante até psicologicamente, para sentir que o trabalho é importante, e que tenho apoio no entorno, de umas com as outras. Na feira, é tudo pensado para isso acontecer. E só dá pra pensar no que uma mulher precisa quando se é uma mulher.”

As atividades realizadas em um espaço que é público proporcionam, às crianças e também aos adultos e idosos, a oportunidade de vivenciar experiências e criar memórias fora do ambiente doméstico, e, conseqüentemente, ocasião para cuidarem da praça, fortalecendo os laços com o espaço e também com a cidade. Além disso, a praça significa

para as mães um ambiente que, mesmo aberto e público, ainda é seguro, pois contam com uma rede de apoio criada entre as próprias participantes, que cuidam não só do espaço, mas também das pessoas e crianças ali presentes. *“Não é combinado, é natural, todos fazem de forma colaborativa, espontânea”*, compartilhou Lourdes, ao relatar que tinha sempre certeza que a filha estava sendo olhada e cuidada por alguém, enquanto trabalhava durante a feira.

“O ambiente é terapêutico. O espaço propicia o envolvimento e acolhimento de quem chega justamente por ser um espaço aberto e as pessoas se sentem à vontade para chegar” (Wanda).

O avanço e crescimento de forma espontânea da feira, no espaço da praça, foram inevitáveis ao longo dos meses, e a ocupação que, a princípio seria apenas no bloco principal da praça foi se expandindo para os demais gramados e, posteriormente, para o bosque que também faz parte da praça. De acordo com uma das idealizadoras, que também é uma das responsáveis pelo grupo de logística, a ocupação espacial da feira mudou bastante ao longo do primeiro ano do projeto, e essas mudanças sempre foram guiadas por motivações e demandas coletivas, que surgiam e se modificavam ao longo das edições e sempre eram discutidas pelo grupo nas reuniões.

“As mudanças de disposição sempre vão de acordo com as demandas das crianças, preocupando com as atividades e visibilidade das mães. Não abrimos mão dos espaços para as crianças. E com o tempo também surgiram as atrações musicais, e com o próprio dinheiro da feira fazemos isso girar. Valorizar o artista local também foi discutido e definido em reunião” (Clarisse).

Durante o período de observação, foi notório que a presença de muitas famílias e grupos de amigos ocupando a praça e participando da feira do Solar nas manhãs de domingo aconteceu ao longo de 2019, evidentemente, antes da pandemia se instaurar. Moradores do bairro se reuniam na Praça Ovídeo Vicentini para prestigiar as produtoras e artesãs (FIGURA 17), e também para conversar e tomar sol caminhando pela praça ao

ar livre. Crianças de diversas idades ocupavam o gramado brincando e vivenciando, a cada domingo de feira, formas diferentes de recreação por meio das apresentações artísticas, oficinas ou brinquedos adaptados nas árvores, na grama, nos barrancos e no bosque.

Figura 17. Exposição e venda de produtos artesanais



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

Os brechós ao ar livre (FIGURA 18) além de estimular o consumo consciente ao propor novos usos às peças de roupas reaproveitadas criaram novos e inusitados significados para o espaço público, com seus provadores e araras a céu aberto, trazendo ainda mais cor, textura e movimento ao local. Além de relações comerciais, surgiram também conexões entre as brecholeiras, que assim como as artesãs, devido à proposta de ocupação coletiva, passaram, também, a ter o Solar na Praça como local de aprendizado e formação, a partir das experiências compartilhadas umas com as outras. Como pode ser observado no relato a seguir:

“Com o contato com outras participantes fui abrindo a cabeça para outras coisas, descobrindo e aprendendo novidades. É bom conversar

com outras pessoas. Comecei a usar maquininha de cartão por conta das colegas de trabalho e por perceber as demandas. Comecei a pegar indicações de onde garimpar roupas. Isso mostra a generosidade das colegas, é algo diferenciado e isso eu só vi no Solar na Praça” (Aparecida).

Figura 18. Comercialização e exposição em brechós



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

O gramado passou a receber toalhas e tapetes, onde casais conversavam e namoravam ao ar livre, observavam as crianças brincando e correndo em toda a extensão da praça, ou tomavam sol com os bebês, enquanto o ritmo, as brincadeiras, a música e todo o movimento ao redor significavam acolhimento, segurança e descontração.

Grupos de amigos se reuniam em rodas de conversa na “praça” de alimentação, os moradores levavam os produtos da horta de casa para a venda, do quintal (FIGURA 19) diretamente para a praça do bairro, e idosos, agora, tinham um ponto de encontro após a missa de domingo, enquanto papeavam nos bancos da praça ou acolhidos pela sombra das árvores.

A praça também se tornou local de manifestação artística e cultural. Apresentações musicais passaram a fazer parte da programação. O gramado se tornava palco, com o objetivo de estimular ainda mais a permanência das pessoas com entretenimento e lazer, e apoiar, também, o trabalho de músicos locais (FIGURA 20).

Figura 19. Comercialização de hortaliças e alimentos produzidos artesanalmente



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

Figura 20. Shows e apresentações culturais de músicos locais



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

Com o passar dos meses, o bosque, que também faz parte do conjunto da praça, passou a ser ocupado para práticas de meditação coletiva, danças e yoga (FIGURA 21). Propostas de atividades que também surgiram a partir de demandas compartilhadas pelas expositoras nas reuniões: o autocuidado, a possibilidade de pausar, respirar, olhar para dentro e cuidar de si mesma. Além disso, de acordo com Laura, uma das idealizadoras, elas *“foram descobrindo ao longo do tempo que algumas trabalhavam com terapias e incluíram as abordagens terapêuticas também, pois o planejamento (da feira) vinha de acordo como as coisas que foram acontecendo ao longo do tempo e se adaptando a isso”*.

Terapias holísticas, massagens e rodas de conversa preencheram de vida o chão sombreado pelas altas espécies de árvores que garantiam o frescor e serenidade em um ambiente tranquilo, e ao mesmo tempo, conectado à movimentação das demais atividades que aconteciam paralelamente em toda a extensão da praça.

Figura 21. Prática de terapias holísticas e atividades físicas realizadas na parte do “bosque”, localizado em uma das extremidades da praça



Fonte: Facebook do Solar na Praça – Feira livre, 2019

Por fim, também é importante destacar, o impacto inevitável da Pandemia da Covid-19 no projeto da feira, que acabou interrompendo seu formato de ocupação – física e espacial – a partir de abril de 2020. Contudo, o grupo permaneceu vivo e ativo. Em meio à impossibilidade de realização da feira em um espaço público e coletivo, uma vez que, como analisado anteriormente, não se trata de uma feira de passagem, e sim de permanência e relações, novas propostas foram debatidas e colocadas em prática ao longo de 2020 e 2021. Por exemplo, realização de cestas temáticas: Páscoa (2020), Dia das Mães (2020), Dia dos Namorados (2020), Natal (2020), Dia das Mães (2021) e Cesta do Amor (junho de 2021), para a venda de produtos. Aconteceram ocupações das redes sociais com o objetivo de fortalecer os propósitos do projeto e também divulgar o trabalho de cada artesã: uma *Live* realizada no *Instagram* da feira, com participações artísticas e musicais, além da realização de rifas e ações coletivas em prol da arrecadação de fundos e doações para pessoas e grupos que passaram por dificuldades ao longo da pandemia, e a participação em reuniões *online* entre as participantes, debates e trocas de informações nos grupos de comunicação via *whatsApp*, além da permanência no Fórum Municipal de Economia Solidária durante esse período.

Dessa forma, percebe-se o quanto os princípios de solidariedade, cuidado, coletividade, diálogo e responsabilidade social se mantiveram como pilares de sustentação do projeto Solar na Praça, mesmo em meio a um contexto inesperado, e que ocasionou tantos desafios, dificuldades e perdas nos últimos dezenove meses.

São inúmeras atividades que ocorreram, simultaneamente, ao longo dos dois primeiros anos do projeto, apoiadas em uma programação e organização embasadas no cuidado, no diálogo e na construção coletiva. Ações que renovaram o sentido do espaço e simbolizam um ideário de transformação da realidade no sentido de melhoria das condições individuais e coletivas das mulheres por meio de atos políticos, além de atribuir significados, individuais e coletivos, a um lugar no qual a cidade e a vida cotidiana se tornam obra, a partir da apropriação e do valor de uso (e não valor de troca). Pois, a ressignificação se serve da arte, da ciência, da técnica e do domínio sobre a natureza material (Lefebvre, 1968), e também se apoia em princípios de solidariedade, de cuidado, de coletividade e diversidade (Jacobs, 2011), caracterizando a vida cotidiana e urbana.

*“É um grupo com ideias muito boas, produtos muito legais, as reuniões estão sempre cheias, as pessoas topam ir atrás das ideias umas das outras. Há escuta. O público é uma parte da feira. Ela só ocorre dessa forma. A feira é uma ocupação do espaço público. Tem o sol e ar puro também. As **pessoas estão precisando respirar**” (Clarisse).*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema desta pesquisa surgiu em meio a possibilidade de, em um mestrado interdisciplinar, conectar a partir de um olhar como arquiteta e urbanista, o potencial das experiências cotidianas no espaço público, com o estudo de uma ação recém-criada, em 2019, na cidade natal, São João del-Rei. A oportunidade de analisar o desenvolvimento e impactos desse projeto, desde seu início, vivenciando de forma prática a experiência da feira e da ocupação/apropriação da praça, encheu os olhos com enorme entusiasmo, pois acredita-se no potencial de transformação do projeto Solar na Praça e na possibilidade de contribuição para com o projeto a partir do processo de pesquisa, seus resultados e possíveis desdobramentos.

A inserção social intencionada, nesta pesquisa, se justifica na forma como ela foi estruturada, com intuito de não só esclarecer anseios e questões de uma pesquisadora e urbanista, mas também auxiliar no processo de construção e fortalecimento do Projeto “Solar na Praça - Feira Livre”.

Partindo do reconhecimento de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e que a ciência deve ter como alvo do seu desenvolvimento a melhoria das condições de vida (BOUFLEUER, 2009), acredita-se no potencial desta pesquisa primeiramente como meio de aproximação entre as abordagens propostas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, e setores reais da sociedade, no caso, todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam e contribuem com a construção do Projeto “Solar na Praça - Feira Livre.”

Acredita-se que, um dos maiores desafios presentes nas Universidades é a prática de um trabalho de extensão universitária mais libertadora, que possa ajudar a construir relações com as pessoas e não somente para as pessoas.

Uma vez que, esta pesquisa se apoiou em uma abordagem qualitativa, almejando compreender uma realidade particular e assumiu um forte compromisso com a transformação social (Fraser e Gondim, 2004), as análises e conclusões aqui apresentadas e a própria experiência de diálogo durante as conversas e entrevistas, propiciaram também, uma oportunidade de autorreflexão para os participantes envolvidos na pesquisa, por meio de uma ação emancipatória.

Muito além de uma feira, o projeto promove a ocupação de um espaço público (a praça) por grupos diversos, como crianças, idosos, a comunidade residente no entorno

imediate e nos demais bairros da cidade de São João del-Rei, a partir da iniciativa de um grupo específico de mulheres artesãs. Portanto, é importante destacar que, a possibilidade de dar visibilidade às causas desse grupo – causas essas não só econômicas, mas também sociais – a partir de uma pesquisa realizada através de uma Instituição Federal de Ensino Superior, como a UFLA, avança no sentido de trazer a público, diálogos e discussões entre os agentes envolvidos, priorizando métodos horizontalizados de aprendizagem, principalmente por se tratar de uma pesquisa que faz parte do PPGDE, que é um programa pertencente a extensão universitária e, tem no desenvolvimento sustentável seus objetivos de reflexão e produção acadêmica e científica.

Por meio desta pesquisa, assumiu-se um enorme desafio, não só como pesquisadora, ao propor uma conexão entre eixos temáticos até então, distintos e pouco aprofundados em conjunto. São eles: a Economia Solidária, o gênero e o espaço público. Além do mais, encontrou-se também um desafio pessoal, ao buscar compreender a partir de uma proposta de ocupação/apropriação, de que forma, mulheres conseguem apontar e reivindicar o direito por igualdade também na produção do espaço urbano.

Quando, nesta pesquisa, fala-se da praça, vai-se além de seu contexto espacial e parte-se para uma perspectiva plural e complexa. Isso se dá ao analisar, como campo de resistência, os desafios que a própria cidade impõe, de forma específica e desigual, às mulheres, idosos, crianças e demais grupos que partem de uma esfera reprodutiva e do cuidado, ou seja, secundária à lógica capitalista e produtiva que regem a (re)produção do espaço urbano.

A partir das observações, conversas e entrevistas com 16 das mais de 70 mulheres que já passaram pelo projeto, ocuparam a praça, durante um ano e fizeram a feira acontecer, foi possível identificar as demandas feministas contidas no ideário da proposta do “Solar na Praça - Feira Livre”. Demandas que partiram de vivências e necessidades individuais e coletivas, muitas vezes, presentes na vida dessas mulheres, mesmo antes da feira, e reverberaram de forma prática, no ato de se ocupar e de tomar esse espaço que é público e “teoricamente” de todos, como delas e para elas, de fato.

A partir da ocupação, essas mulheres conseguiram, também, chamar a atenção não só da comunidade local, mas de moradores dos bairros vizinhos, visitantes, consumidores, pesquisadores e representantes de projetos sociais e ativistas com princípios e propósitos em comum. Muitos deles passaram e/ou voltaram a enxergar os potenciais da praça como

um local de permanência, convivência, encontro e cuidado, a partir de um senso coletivo e também individual gerido pelas mulheres.

O ato de ocupar e propor novos usos e significados, que foram muito além de um intuito comercial que naturalmente é atribuído às feiras, possibilitou, de maneira prática, a experiência da feira e da ocupação/apropriação da praça de forma ampla, coletiva, dinâmica e democrática. Para tanto, reforçou os fundamentos do Urbanismo feminista que é baseado em uma lógica de planejamento que se apoia nas demandas de cuidado e coletividade. Esses fundamentos têm intenção de sanar demandas não só das mulheres, mas dos demais grupos que ainda não são contemplados pelo planejamento e desenho urbano contemporâneo de forma plena, justa e igualitária.

Apresentou-se nesta pesquisa, uma visão crítica baseada em uma abordagem interseccional no Urbanismo, no quanto o território, em decorrência de uma dominação hétero patriarcal, coloca atividades relacionadas ao trabalho produtivo como socialmente mais importantes e, conseqüentemente, privilegia determinadas funções e usos. Essas atividades são ocupadas, majoritariamente, por homens, com melhores localizações, infraestruturas, conexões, e dificultando ainda mais a dinâmica diversa.

Portanto, concluiu-se a partir dos relatos cotidianos que fundamentaram a proposta da feira, que a necessidade de um local em que as mulheres possam conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos é prioridade para elas, e que esse espaço precisa possuir uma infraestrutura segura para a recreação das crianças e para práticas de autocuidado, e propiciar, por exemplo, um contato coletivo entre as próprias mulheres, famílias, crianças e comunidade. Tudo isso indica a urgência de uma cidade em que o planejamento e desenho urbano seja fundamentado em um suporte físico (de infraestrutura, mobilidade, segurança, tempo de deslocamento, entre outros) que realmente contemple a população como um todo, isto é, mulheres, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais.

Acredita-se também, que a ocupação do espaço público para a realização do projeto indica uma identificação e apropriação coletiva para com os espaços públicos, que nesse caso, é representado pela praça. Considerou-se a praça como um espaço que possibilita, de forma segura e democrática, a reivindicação de direitos coletivos e mudanças estruturais que emergem das lutas diárias de mulheres e grupos oprimidos, apontando também, um caráter de prática insurgente ao projeto do “Solar na Praça - Feira Livre”, que utilizou da interseção entre o ato de ocupar a cidade, de reivindicar direitos e de fazer acontecer para colocar em pauta novas formulações de cidadania (HOUSTON, 2016). Formulações essas, contidas no ideário da proposta da feira e embasadas na

dinâmica cotidiana do grupo responsável pela idealização e construção coletiva da proposta.

Por conseguinte, apresentou-se aqui, apenas uma breve conclusão crítica a partir das características identificadas no “Solar na Praça - Feira Livre”, a respeito da possibilidade da iniciativa ser considerada, também, uma experiência de insurgência urbana. Para que o tema seja melhor aprofundado, sugere-se o desenvolvimento de propostas futuras de pesquisas com maior aprofundamento teórico e coleta de dados mais específicas, relacionando a proposta da feira com práticas de planejamento insurgente.

Nesta pesquisa, que trata das relações cotidianas no espaço urbano, partiu-se do pressuposto de que a feira livre representa uma experiência dinâmica de sociabilidade e de uso de espaços públicos urbanos. Dessa forma, entende-se que, o Solar na Praça pode ser considerado uma experiência de feira livre que ultrapassa a esfera econômica, e contempla relações sociais de uso e ocupação do espaço de forma coletiva para finalidades diversas, o que consequentemente diferencia o projeto de outras iniciativas e feiras baseadas na Economia Solidária.

Isso se deve ao fato da feira ser, predominantemente, percebida como um espaço de permanência e não de passagem, de relações sociais coletivas e solidárias, de cultura, recreação e cuidado, e por representar um ato político de reivindicação de direitos, uma vez que seu formato aberto de ocupação atribui múltiplos significados de cuidado e pertencimento ao espaço em que a feira é realizada, e levanta questionamentos que correlacionam as diferenças e desigualdades de gênero, e, também, a relação disso com o modo como o espaço urbano é produzido.

Por hipótese, pensa-se como futuro desdobramento para esta pesquisa, o desenvolvimento de estudos complementares por alunos e profissionais das áreas de Economia, Direito e Administração, mantendo, portanto, uma linha de investigação interdisciplinar e apoiada nos fundamentos de extensão universitária. Assim, pode acontecer um de aprofundamento na estruturação organizacional da feira, com enfoque nos princípios, nas formas de gestão e de organização de projetos que são fundamentados na Economia Solidária. A ideia é promover reflexões mais específicas e diretamente relacionadas ao tema, e que inclusive, possam servir de material técnico para ensino e formação prática dos envolvidos no “Solar na Praça – Feira Livre”.

Outro ponto que também considera-se importante ressaltar nas Considerações Finais é relativo as dificuldades cotidianas em meio à vida urbana e, principalmente, no

ambiente doméstico. Tal questão ficou ainda mais explícita durante o período pandêmico, após março de 2020, período inclusive, em que as entrevistas foram realizadas. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, foi inevitável deixar de considerar as mudanças na realidade, vida e rotina dessas mulheres, trabalhadoras e mães, em decorrência do início da pandemia da Covid-19, uma vez que, naturalmente, desabafos sobre as mudanças na rotina, os desafios e dificuldades ao conciliar o “*home-office*” à vida doméstica e o cuidado dos filhos, fizeram-se presentes na maioria dos relatos apresentados nas entrevistas.

Foram mudanças e desafios compartilhados pelas participantes de uma realidade que atingiu mulheres no mundo todo, o que reforça a urgência por espaços e oportunidades para realização de debates e ações práticas que questionem o papel social condicionado à mulher, tanto no ambiente doméstico como também nos espaços de trabalho. Tal confirmação resultou, nesses últimos quase dois anos, em uma sobrecarga e desamparo emocional ainda maior, com a necessidade do aumento da carga horária produtiva nos empregos, a presença dos filhos em tempo integral dentro de casa e o distanciamento físico das mulheres, como termo de protocolo de segurança, e de boa parte da rede de apoio composta por amigos e familiares.

Os desafios em decorrência da Pandemia da Covid-19 refletiram no desenvolvimento desta pesquisa em termos metodológicos, como já mencionado na parte inicial desta dissertação. O processo pandêmico afetou também, o rendimento da autora como pesquisadora, ao se deparar com uma mudança de cenário que afetou o que considera-se como grande diferencial do objeto de estudo (a feira): seu formato de ocupação coletiva. Com a interrupção das atividades na praça, justamente quando a autora estava retornando para a cidade de São João del-Rei para acompanhar o projeto de perto, e realizar a coleta de dados, houve um período marcado por muitas incertezas e inseguranças em relação ao futuro do projeto do “Solar na Praça – Feira Livre”, e consequentemente, à viabilidade de continuidade e conclusão do próprio projeto de pesquisa.

Embora tenham ocorrido “tempestades contingenciais”, não houve a necessidade de grandes mudanças nos objetivos da pesquisa, uma vez que o projeto da feira manteve-se ativo. As principais alterações vieram na metodologia adotada, que foi revista após o exame de qualificação, e, também, na forma como a coleta de dados foi realizada, passando a ser exclusivamente remota, o que dificultou e atrasou o processo, uma vez que as limitações com os meios digitais, com o recolhimento dos materiais solicitados e com

a disponibilidade de horários para a realização das entrevistas precisaram ser levados em consideração.

Após as reflexões e desdobramentos dos objetivos específicos apresentados anteriormente, voltou-se ao objetivo geral desta pesquisa, no qual foi proposto investigar e compreender como o “Solar na Praça - Feira Livre”, ao se constituir de intervenções solidárias no espaço público e de ações protagonizadas por mulheres, contribuiu para a ressignificação do espaço da Praça Ovídeo Vicentini e para viabilizar o direito à cidade, afirmando que os resultados aqui apresentados, não só comprovam uma potente interseção entre os eixos temáticos Economia Solidária, gênero e espaço público, como a materialização de forma prática e muito positiva, de um projeto que fez diferença na realidade urbana do bairro Solar da Serra, situado na cidade de São João del-Rei –MG, é real e efetiva.

O projeto permanece vivo, por meio das reuniões, debates, ações coletivas e encontros de formação que continuam fazendo parte das ações promovidas pelas mulheres do “Solar na Praça – Feira Livre”, mesmo diante da impossibilidade de realizar as atividades presenciais na praça por mais de um ano, devido à Pandemia. Os propósitos coletivos apresentados ao longo desta pesquisa nortearam o desenvolvimento da feira, e contribuiu para que as mulheres vencessem várias barreiras e limitações, por exemplo, para determinadas pessoas, as digitais, e resistir às dificuldades econômicas e sociais que se intensificaram, ainda mais, nos últimos anos no Brasil.

Destaca-se, ao longo desta pesquisa, a urgência de uma cidade que proporcione suporte físico para o desenvolvimento de tarefas relacionadas ao cuidado, e o quanto tais circunstâncias impactam tanto na qualidade de vida e das relações das mulheres, quanto na de toda comunidade, pois proporciona segurança, autonomia, flexibilidade e permite que diversas esferas da vida cotidiana sejam conciliadas. Este estudo de caso aponta a ocupação da praça pelo projeto da feira livre como um ato social e coletivo que de forma prática, ao longo de um ano, colocou em pauta todas essas questões, ressignificando e propondo novos sentidos ao espaço da Praça Ovídeo Vicentini.

Uma proposta que concilia lazer, atividades comerciais, formação e compartilhamento de saberes, experiências gastronômicas, prática de atividades físicas e terapêuticas, recreação para crianças e também adultos, atividades culturais, música, conversas e ar fresco, e proclama a realização de uma vida urbana que permite o uso pleno de uma cidade em que os direitos fundamentais à vida, é o que o Urbanismo almejado

pela autora tem de mais fascinante. Mulheres apontando urgências, problemas e carências comuns, e de forma prática, também mostrando caminhos, é a proposta para um futuro urbano mais harmonioso e bem-estruturado.

A “Feira-Ocupação”, nome atribuído a Feira Livre do Solar da Serra, no título deste trabalho, simboliza um convite para viver e reivindicar a cidade enquanto um universo de demandas cotidianas, singulares, pessoais e também coletivas, que refletem à busca por uma melhor qualidade de vida. É uma prática social capaz de mudar realidades. É um ato de resistência, em que o fato de ocupar a praça aponta não só para novos significados – de encontro e trabalho, de fala e escuta, de cultura, entretenimento e consumo, de afeto e cuidado – mas questiona também, a forma como atualmente os espaços públicos são produzidos e reproduzidos, apontando possibilidades práticas e reais de mudanças.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço Público, do urbano ao político**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2008.
- ALCANTARA, D. **Abordagem Experiencial e Revitalização de Centros Históricos: os casos do Corredor Cultural no Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ. Tese (Doutorado em Arquitetura), 2008.
- ALVES, A. O. **Feiras Urbanas**. 2018. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2018.
- ALVES, J. et. all. **A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros**. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016.
- AMORIM, R. S. e SILVA, S. A. A. **Feiras de Economia Solidária 2005 -2008: experiências ensinantes e aprendentes**. Instituto Marista de Solidariedade, Brasília/DF,2009.
- AMORIM, R.S. **Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?** XV Congresso Brasileiro de Sociologia Grupo de Trabalho GT06 – Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Curitiba, 2014.
- ANDRADE, R.B., et. Al. **Análise crítica do atual processo de expansão urbana em São João Del-Rei (MG) a partir do Bairro Colônia do Marçal**. I Simpósio Mineiro de Geografia: Das diversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas – MG. 2014.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. SãoPaulo: Editora Horizonte,2012.
- BONUMÁ, Helena Gomes. **As mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015
- BOUFLEUER, J. P. **Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v.18, n. 37, p.371-382, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **1º Plano Nacional de Economia Solidária: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. Brasília, 2015.

BRULLET, C. **Temps, cura i ciutadania. Corresponsabilitats privades i públiques**. Programa Nous Usos Socials del Temps-Ajuntament de Barcelona. Barcelona, 2010.

CAMPOS, A. de A. **Sistema de espaços livres como instrumento para reabilitação urbana do bairro Colônia do Marçal – SJDR, MG**. 2018. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2018.

CALIÓ, S. A.. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano**. [s.n.t.].

CALIÓ, S. A.; LOPES, M. M.. **Mulher e espaço urbano**. [s.l.:s.n.]. 1992.

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CIACOLETTO, A. **Espacios para la vida cotidiana: Auditoría de calidad urbana com perspectiva de género**. *Publicación del Col.lectiu Punt 6*. Editorial Comanegra, Barcelona, 2014. Disponível em <<http://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>>, consultado em outubro de 2019.

COTA, D. A. **Gênero, cotidiano e direito à cidade: uma reflexão prática**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.27, n.39, 1º sem. 2020.

COTA, D. A.; DIÓRIO, A. C. D. **Crescimento urbano na “pequena-média” São João del-Rei, MG: notas preliminares de uma pesquisa**. Anais do XII Seminário Internacional Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII). Belo Horizonte, 01 e 04 de outubro de 2012.

COTA, D. A.; DIÓRIO, A. C. D. **Cidade intermediária e rede urbana: o caso de São João del-Rei (MG)**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.21, n.28, 1º sem. 2014.

DALLAGNOL, P. C. et. Al. **Praça Viva**. Ciência e Natura, Santa Maria v.40, Edição Especial: II mostra de Projetos da UFSM - Campus Cachoeira do Sul, 2018, p. 272-289.

FALU, Ana. **La omisión de género en el pensamiento de las ciudades (2017)**. In: COTA, D. A. **Gênero, cotidiano e direito à cidade: uma reflexão prática**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, p.26, 2020.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE Economia Solidária. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em 10 de maio de 2020.

FERREIRA, K; SILVA, G. R. da. **Urbanismo Feminista**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. **A via sustentável solidária no Desenvolvimento Local**. *Organizações e Sociedades*, v.15, n.45, pp. 219 – 232, 2008.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante das desigualdades**. *Revista Dados*, n. 3, v. 50, 2007.

GAVAZZA, N. A cidade de Jane Jacobs e o planejamento urbano. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 12, n. 137.02, Vitruvius, 2013. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.137/4736>>. Acesso em: Junho de 2021.

GEHL, J. **Cidade para as pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, T. M. P. de. **O espaço da Economia Solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. 2009. 235 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104395>>.

_____. **Economia Solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos**. *Otra Economía*, v. 8, n. 15, pp. 260-267, 2014.

GONÇALVES, R. G. **Uma utopia chamada espaço público: sobre conflitos urbanos e negação da diversidade**. Anais XVIII ENANPUR 2019.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI**. RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, v.18, n.2, 191-204, 2016.

IBGE | Cidades | Minas Gerais | São João del-Rei. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: Junho de 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, (1961) 2011.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Em Dicionário Crítico do Feminismo. UNESP, 2009, São Paulo, pp. 67-75.

LABCIDADE - **Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/entenda-o-labcidade/>. Acesso em: setembro de 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE J. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

LEBOUTTE, P. **Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/ COPPE, 2003.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **La production de l'espace**. Paris: ArmandColin.1974.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 5ª edição, (1968) 2001.

LEÓN, I. M. M.; LARIO, N. A.; HERNÁNDEZ, M. G. **La influencia del género sobre la responsabilidad social empresarial en las entidades de economía social**. *Revesco*, n.105, p. 144-172,2011.

MAIA, R. F.; SANTOS, C. G. **Espaço Público e Urbanidade: expressões da cotidianidade no Centro de Maceió-AL**. Anais XVIII ENANPUR 2019.

MERLI, G.A. **Lugar de mulher é na cidade: Desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia**. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Uberlândia, 2018.

MASCARENHAS, G. **Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metr pole Contemporânea**. Revista Ateliê Geográfico, v.2 , n 2. Goiânia, 2008, pp. 72 -87.

MENDONÇA, D.F.; FILIPE, O.A.; LIRA, R.A. **Empreendimentos de Economia Solidária – alternativa de socializa o e renda da mulher**. Perspectivas Online 2007-2011, v. 4, n. 14, 2010.

MINNAERT, A. C. de S. T. **A feira livre sob um olhar etnográfico**. Em Escritas e narrativas sobre alimenta o e cultura [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 129 –148.

MONTANER, J. M.; MUXI, Z. **Arquitetura e política. Ensaio para mundos alternativos**. São Paulo: Editora GG, 2014.

NOBRE, M. **Mulheres na Economia Solidária. A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz**, p. 205-211, 2003.

NUNES, D. **A constru o de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador**. Revista Bahia Análise & Dados v. 12 n. 1(junho 2002) – Salvador, 2002.

NUNES, K; COELHO, M. **Economia Solidária: uma economia para mulheres?** Fórum Nacional de Economia Solidária, 2007. Disponível em: <https://fbes.org.br/2007/12/19/economia-solidaria-uma-economia-para-as-mulheres/>. Acesso em: setembro de 2021.

OLIVEIRA, B. A. M. de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 175 p.

OLIVEIRA, J. T.; TOLEDO, M. **A expansão urbana do município de São João del-Rei: Uma nota**. I Mineiro de Geografia: Das diversidades   articula o geográfica. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2014.

OLIVEIRA, J. P. **Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipa o social**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 325 a 332.

PÉREZ SANZ, P. **Reformulando la noción de “Derecho a la Ciudad” desde una perspectiva feminista**. ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales, n 5, pp. 92-105, 2013.

POLANYI. K. **A Grande Transforma o - as origens de nossa época**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. Tradu o de Fanny Wrobel, 1980

Relatório Final do Projeto Nacional de Comercialização Solidária. União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE e Instituto Marista de Solidariedade - IMS. 2013

RHEINGANTZ, P. et.al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós- Graduação em Arquitetura, 2009.

SÁ VALE, P. **Afinal, por que ainda falamos sobre o modernismo? 18 Out 2020. ArchDaily Brasil.** Acessado em 17 Ago 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925778/afinal-por-que-ainda-falamos-sobre-o-modernismo>.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, Ágar C. M. **Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática.** PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVII Enampur, São Paulo, 2017.

SARMENTO, D.P.G. **A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina.** DEARQ (*Dearquitectura*), 2018, Bogotá, pp.64-71.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo.** In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UCHÔA, R. F. Aragão; Faria, Maurício Sarda; MACIEL, Michelle C. R.; SILVA, Karla M. Cordeiro. **Segurança Alimentar e Economia Solidária como estratégias de**

desenvolvimento no CONSAD/ITAMBÉ PE. SILVA, Maria Zênia (ORG). Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2012.

VALDIVIA, B. G. **Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora.** *Hábitat y Sociedad*. n.º 11, noviembre de 2018, Universidad de Sevilla, pp. 65-84. São Paulo, 207.

_____. **Hacia un cambio de paradigma: la ciudad cuidadora.** Dossiê: Urbanismo e gênero. Num.104. 2017. Disponível em:

<<https://www.barcelona.cat/bcnmetropolis/2007-2017/es/dossier/cap-a-un-canvi-de-paradigma-la-ciutat-cuidadora/>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

ANEXOS

ANEXO I



ANEXO II



ANEXO III

Roteiro de entrevista semiestruturada 1 destinada ao projeto de pesquisa:
“Mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: o Solar na Praça – Feira Livre”

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA I DESTINADA AO PROJETO
 DE PESQUISA:

*“MULHERES E RELAÇÕES SOCIAIS SOLIDÁRIAS NO ESPAÇO PÚBLICO: O
 SOLAR NA PRAÇA – FEIRA LIVRE”*

Data da entrevista: _____
 Entrevistadora: Anelisa de Assis Campos

IDENTIFICAÇÃO

Nome da entrevistada:

1. Faixa etária: Menos de 18 anos
 Entre 19 a 40 anos
 Entre 41 a 60 anos
 Mais de 60 anos
2. Tempo de escola formal:
3. Ocupação profissional:
4. Segmento/ atividade que realiza na feira:
 Artesanato
 Comidas e bebidas
 Terapias
 Brechó
 Outros
5. Estado civil:
6. Possui filhos: sim não Quantos?
7. Local / bairro que reside:
8. Idade e gênero das pessoas que residem no domicílio:
8. Local / bairro que trabalha:
9. Principal meio de transporte que utiliza:

Caso a entrevistada não seja moradora do “bairro” Solar da Serra:

10. Qual a sua relação com o “bairro” Solar da Serra?

O COTIDIANO

11. Como é a sua rotina em relação às principais atividades que exerce?
12. Quais os espaços públicos e equipamentos você utiliza no seu bairro?
13. Quais atividades você faz nesses espaços? Quando os utiliza?
14. Você faz sozinha ou acompanhada? Se você está acompanhada, com quem é?

15. E com quem você se relaciona nesses espaços?
16. O que mudou devido à pandemia?

Sobre o “bairro Solar da Serra”, faça as seguintes avaliações:

17. O que você valoriza positivamente no bairro?
18. O que Melhoraria?
19. Satisfação do bairro:
 - Existem instalações suficientes? ()Sim ()Não
 - E espaços de relacionamento/ socialização? ()Sim ()Não
 - E lojas? ()Sim ()Não
 - E transporte público? ()Sim ()Não

A FEIRA:

20. Como ficou sabendo do projeto “Solar na Praça – Feira Livre”?
21. Por que decidiu participar e há quanto tempo participa?
22. O que você conhece e entende por Economia Solidária?
23. Já participou de alguma experiência, trabalho ou projeto relacionado a ela anteriormente à feira? Quais?
24. Em sua opinião, porque o Solar na Praça é uma feira de Economia Solidária?
25. Caso tenha conhecimento de outras feiras de Economia Solidária, você identificaria alguma diferença entre a Feira do Solar e elas?
26. O fato de ser protagonizada por mulheres faz dessa feira uma feira diferente? Por quê?
27. E o que pensa sobre a feira ser realizada em uma praça?
28. Além da venda dos produtos, o que mais você faz durante a feira? Você acha isso positivo? Por quê?
29. Por que a praça tem atraído tantas pessoas? A que você atribui o sucesso da feira?
30. Você acredita que essa iniciativa pode estimular outras iniciativas parecidas na cidade?
31. Para essa última pergunta, você pode utilizar da escrita, fazer desenhos ou representações livres, utilizando papel, caneta ou qualquer outro material que ache necessário. Pense nas suas expectativas e demandas atuais e futuras sobre o próprio projeto e as relações entre a iniciativa e a ocupação da praça, e responda: Eu gostaria que a Feira Solar na Praça ...

Há algo mais que você queira dizer sobre essa experiência?

ANEXO IV

Roteiro de entrevista semiestruturada 2 destinada ao projeto de pesquisa:

“Mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: o Solar na Praça – Feira Livre”

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II DESTINADA AO PROJETO
DE PESQUISA:

*“MULHERES E RELAÇÕES SOCIAIS SOLIDÁRIAS NO ESPAÇO PÚBLICO: O
SOLAR NA PRAÇA – FEIRA LIVRE”*

Data da entrevista: _____

Entrevistadora: Anelisa de Assis Campos

IDENTIFICAÇÃO

Nome da entrevistada:

1. Faixa etária: Menos de 18 anos
 Entre 19 a 40 anos
 Entre 41 a 60 anos
 Mais de 60 anos
2. Tempo de escola formal:
3. Ocupação profissional:
4. Segmento/ atividade que realiza na feira:
 - Artesanato
 - Comidas e bebidas
 - Terapias
 - Brechó
 - Outros
5. Estado civil:
6. Possui filhos: sim não Quantos?
7. Local / bairro que reside:
8. Idade e gênero das pessoas que residem no domicílio:
8. Local / bairro que trabalha:
9. Principal meio de transporte que utiliza:

Caso a entrevistada não seja moradora do “bairro” Solar da Serra:

10. Qual a sua relação com o “bairro” Solar da Serra?

O COTIDIANO

11. Como é a sua rotina em relação às principais atividades que exerce?
12. E quais os espaços públicos e equipamentos você utiliza no seu bairro?
13. Quais atividades você faz nesses espaços? Quando o utiliza?
14. Você faz sozinha ou acompanhada? Se você está acompanhada, com quem é?

15. Com quem você se relaciona nesses espaços?
 16. O que mudou devido à pandemia?

Sobre o “bairro Solar da Serra”, faça as seguintes avaliações:

17. O que você valoriza positivamente no bairro?
 18. O que Melhoraria?
 19. Satisfação do bairro:
 Existem instalações suficientes? ()Sim ()Não
 E espaços de relacionamento/ socialização? ()Sim ()Não
 E lojas? ()Sim ()Não
 E transporte público? ()Sim ()Não

A FEIRA:

20. De onde surgiu a ideia da feira?
 21. Vocês fizeram alguma pesquisa anteriormente para identificar informações específicas (pesquisa de mercado, por ex.)? Qual?
 22. Conte-me um pouco sobre a feira: qual a frequência? Quem participa? Existem regras?
 23. Como vocês se organizam em relação às tarefas e decisões?
 24. Houve alguma mudança ao longo desse primeiro ano de feira? Qual?
 25. Em sua opinião, quais foram as principais dificuldades ao longo desse primeiro ano de Solar na Praça?
 26. O que você conhece e entende por Economia Solidária?
 27. Já participou de alguma experiência, trabalho ou projeto relacionado a ela anteriormente à feira? Quais?
 28. Em sua opinião, porque o Solar na Praça é uma feira de Economia Solidária?
 29. Caso tenha conhecimento de outras feiras de Economia Solidária, você identificaria alguma diferença entre a Feira do Solar e elas?
 30. E por que ocupar um espaço público da cidade?
 31. Por que a Praça Ovídeo Vicentini?
 32. Existe alguma relação pessoal com o local?
 33. O que pensa sobre a forma como a praça vem sendo utilizada durante a feira?
 34. O fato de ser protagonizada por mulheres faz dessa feira uma feira diferente? Por que?
 35. Por que a praça tem atraído tantas pessoas? A que você atribui o sucesso da feira?
 36. Você acredita que essa iniciativa pode estimular outras iniciativas parecidas na cidade?
 37. Para essa última pergunta, você pode utilizar da escrita, fazer desenhos ou representações livres, utilizando papel, caneta ou qualquer outro material que ache necessário. Pense nas suas expectativas e demandas atuais e futuras sobre o próprio projeto e as relações entre a iniciativa e a ocupação da praça, e responda: Eu gostaria que a Feira Solar na Praça ...

Há algo mais que você queira dizer sobre essa experiência?

ANEXO V

Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa como Seres Humanos
(COEP/UFLA), da Universidade Federal de Lavras/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: O Solar na Praça Feira Livre.

Pesquisador: ANELISA DE ASSIS CAMPOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37682820.9.0000.5148

Instituição Proponente: Universidade Federal de Lavras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.383.866

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa parte do interesse em refletir sobre as relações entre os sujeitos e o espaço público, a partir de uma perspectiva do cuidado. A

necessidade de incorporar um enfoque feminista nas análises sobre o direito à cidade, reforça a urgência de estudos na área que tragam

alternativas e debates em prol de uma reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana, e conseqüentemente desafie a

premissa de que o planejamento é neutro. Portanto, trata-se de uma pesquisa social qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso, com o

Projeto "Solar na Praça- Feira Livre", idealizado, realizado e mantido no Bairro Solar da Serra em São João del Rei, por mulheres que acreditam que

por meio do ofício com trabalhos manuais, podem desbravar caminhos de forma coletiva e solidária. Busca-se compreender com essa investigação,

como o projeto da feira livre e a ocupação da Praça, contribuem para com o resgate do uso do espaço público, por meio da resignificação local do

espaço da praça, a partir de intervenções solidárias no espaço público promovidas por mulheres. Acredita-se que o projeto trata-se de uma

experiência que possibilita a associação não somente dos princípios da economia solidária nas discussões afetas às esferas da vida cotidiana e às

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

UF: MG

Município: LAVRAS

CEP: 37.200-900

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 4.383.866

demandas em relação à cidade, mas incorpora também a ética do cuidado, permitindo, às pessoas sentirem e vivenciarem, de fato, o direito à cidade (LEFEBVRE, 1968).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como o “Solar na Praça – Feira Livre” ao se constituir de intervenções solidárias no espaço público e de ações protagonizadas por mulheres está contribuindo para a resignificação do espaço da Praça Ovídeo Vicentini e para viabilizar o direito à cidade.

Objetivo Secundário:

1. Compreender os significados da ocupação desse espaço público – a Praça Ovídeo Vicentini – a partir da percepção das mulheres que participam do projeto, e suas interfaces com a economia solidária.
2. Identificar as demandas feministas que estão contidas no ideário do “Solar na Praça - Feira Livre” e como tais demandas, baseadas na ótica do cuidado, podem influenciar o planejamento dos espaços públicos e da cidade.
3. Promover reflexões a partir das características identificadas no “Solar na Praça – Feira Livre” em relação à outras feiras de economia solidária, com foco para a possibilidade da iniciativa ser considerada também, um exemplo de insurgência urbana.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Acreditamos que os riscos oferecidos aos participantes da pesquisa, podem ser considerados MÍNIMOS, pois se trata uma de pesquisa onde nenhuma intervenção intencional física, psicológica e social será realizada e que a sua participação se dará somente em forma de resposta verbal à entrevista aplicada e por meio de representações usando da escrita ou desenhos, que serão enviados de forma digital, devido à conjuntura atual relacionada à pandemia do Covid-19, na qual são recomendados o distanciamento social. Sendo assim, os riscos MÍNIMOS oferecidos podem ocorrer da seguinte forma: a) cansaço e/ou aborrecimento ao responder o questionário aplicado; b) Constrangimento ao responder alguma(s) das

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-900

UF: MG Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS**



Continuação do Parecer: 4.383.866

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao Final do experimento o pesquisador deverá enviar relatório final, indicando ocorrências e efeitos adversos quando houver.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1621720.pdf	09/10/2020 11:09:15		Aceito
Declaração de concordância	Anexo_Pendencia02_Anelisa_de_Assis_Campos.pdf	09/10/2020 11:08:53	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Outros	CartaResposta_Pendencia02_Anelisa_de_Assis_Campos.doc	09/10/2020 11:07:12	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Outros	CartaResposta_Pendencia01_Anelisa_de_Assis_Campos.doc	09/10/2020 11:05:32	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 18:38:14	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 18:27:01	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Outros	ComentariosEticos_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 16:21:30	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 16:20:42	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 16:16:35	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Outros	Anexo2_RoteirodeEntrevista2_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 16:15:53	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Outros	Anexo1_RoteirodeEntrevista1_Anelisa_de_Assis_Campos.docx	08/09/2020 16:14:50	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Anelisa.pdf	08/09/2020 16:11:38	ANELISA DE ASSIS CAMPOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-900

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 4.383.866

LAVRAS, 06 de Novembro de 2020

Assinado por:

Giancarla Aparecida Botelho Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

CEP: 37.200-900

E-mail: coep.nintec@ufla.br

ANEXO VI

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidada à participar de forma totalmente voluntária da pesquisa da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: *"Mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: O Solar na Praça – Feira Livre"*

Pesquisador(es) responsável(is): Anelisa de Assis Campos

Cargo/Função: Arquiteta e Urbanista e Discente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (UFLA)

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras – Departamento de Administração e Economia (DAE)

Telefone para contato: (32)9 8426 3335

Local da coleta de dados: São João del Rei – MG.

II - OBJETIVOS

Você está sendo convidado a participar do estudo *"Mulheres e relações sociais solidárias no espaço público: O Solar na Praça – Feira Livre"*. Os avanços nas áreas do Urbanismo e da Economia Solidária ocorrem através de estudos como este, por isso a sua participação é muito importante. O objetivo deste estudo é compreender se o *"Solar na Praça – Feira Livre"* está contribuindo em retomar ou dar novos significados ao espaço da Praça Ovídeo Vicentini por meio de intervenções solidárias no espaço público, ações estas, protagonizadas por mulheres.

III - JUSTIFICATIVA

Acredita-se que o Projeto *"Solar na Praça – Feira Livre"* possui potencial de transformação tanto no cotidiano quanto no trabalho e renda de mulheres da cidade de São João del Rei, por meio da possibilidade de conciliar, através de relações entre a comunidade e espaço público, trabalho, autonomia e cuidado. Desta forma, a importância da realização deste estudo consiste em aprofundar o conhecimento acadêmico e social a respeito de práticas sociais solidárias no espaço público e a escolha do *"Solar na Praça – Feira Livre"* como objeto de pesquisa se justifica uma vez que a ocupação da Praça e a criação da feira podem significar uma possibilidade de reflexão sobre a forma como atualmente os espaços públicos são produzidos e reproduzidos, além de apontar possibilidades de mudanças quando analisados por uma perspectiva de gênero e por meio de práticas sociais baseadas em princípios da chamada economia solidária.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

Nesta pesquisa, optou-se pela técnica de amostragem não probabilística, uma vez que não houve fundamentação estatística e numérica, e os critérios foram definidos pela pesquisadora. Dentro dos tipos de amostragem não probabilística, optou-se pela intencional que consiste na escolha de um subgrupo da população com uma característica específica. Sendo assim a amostra definida para esta pesquisa será composta apenas por mulheres, sendo as 05 idealizadoras da feira e duas feirantes de cada seguimento de trabalho (artesanatos, comidas e bebidas, brechós, terapias e outros) que participaram ativamente das últimas 4 feiras realizadas (durantes os meses de dezembro (2019), janeiro, fevereiro e março de 2020, totalizando um total de 15 entrevistadas).

EXAMES

Como instrumentos de coleta de dados, serão utilizados formulário contendo entrevistas semiestruturadas com algumas questões baseadas em metodologias ativas de abordagens experienciais – mapa mental e poema dos desejos (RHEINGANTZ, P. et. all, 2009), aplicadas de maneira remota, por meio de aplicativos de videoconferências. Neste caso, será utilizado o recurso de gravações das vídeo chamadas apenas com o consentimento das participantes, que serão comunicadas previamente e assinarão em duas vias o Termo de Assentimento.

A participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto e o tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. Ao término da entrevista, serão solicitados o envio por e-mail das fotografias ou digitalizações das representações ou textos produzidos pelas participantes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

Todo material gravado e recolhido serão arquivados em nuvem e em dispositivo de armazenamento externo, de uso exclusivo e pessoal pela pesquisadora, garantindo sua confidencialidade e não envolvendo terceiros. No caso de alguma fala ou escrita, decorrente das entrevistadas, ser reproduzida/ transcrita a fim de trazer aporte para o estudo, serão empregados nomes fictícios às voluntárias da pesquisa para que suas identidades sejam preservadas.

A adequação da metodologia que seria realizada de maneira presencial, para forma remota é em respeito às recomendações de distanciamento social adotadas para reduzir a velocidade de contágio do novo Coronavírus.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade do pesquisador coordenador, para utilização em pesquisas futuras, sendo necessário, para isso, novo contato para que você forneça seu consentimento específico para a nova pesquisa.

V - RISCOS ESPERADOS

(x) Há riscos ou desconfortos no estudo: está sendo informado sobre os risco ou desconfortos que poderão ocorrer ao participar do estudo.

Acreditamos que os riscos oferecidos aos participantes da pesquisa, podem ser considerados MÍNIMOS, pois se trata uma de pesquisa onde nenhuma intervenção intencional física, psicológica e social será realizada e que a sua participação se dará somente em forma de resposta verbal à entrevista aplicada e por meio de representações usando da escrita ou desenhos, que serão enviados de forma digital, devido à conjuntura atual relacionada à pandemia do Covid-19, na qual são recomendados o distanciamento social. Sendo assim, os riscos MÍNIMOS oferecidos podem ocorrer da seguinte forma:

- a) cansaço e/ou aborrecimento ao responder à entrevista;
- b) Constrangimento ao responder alguma(s) das perguntas que compõe a entrevista;
- c) alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias que causem tal efeito no participante da pesquisa.

Para que esses riscos sejam evitados e minimizados as entrevistas serão aplicadas em dia, hora e local da escolha dos entrevistados, lembrando que trata-se de um encontro realizado de forma remota e online, na tentativa de interferir o mínimo possível na rotina cotidiana e priorizando o a comodidade das entrevistadas; além disso a qualquer momento a pessoa entrevistada poderá se negar a responder qualquer uma das questões que lhe for apresentada ou mesmo interromper a sua participação se vier a se sentir constrangido ou desconfortável.

Na possibilidade de que aconteça algum risco que venha causar desconforto ou ameaças aos participantes da pesquisa, serão resolvidos com o total empenho do responsável pela pesquisa, visando preservar a integridade física e psicológica dos entrevistados e a imagem dos pesquisadores e da Universidade Federal de Lavras.

VI - BENEFÍCIOS

Acreditamos que o material resultante desta pesquisa se tomará uma base de dados bastante importante no que diz respeito referente à temática das feiras de economia solidária e o diferencial desta analisada – protagonismo feminino e preocupação com a ética do cuidado – podendo subsidiar outras ações semelhantes no espaço público capazes de beneficiar a comunidade usuária do local e de outros espaços da cidade de São João del Rei.

VII - CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

O participante poderá ter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento e não haverá penalização de nenhuma maneira caso decida não consentir a participação, ou desistir da mesma. Pela sua participação no estudo, o participante não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Caso esta pesquisa lhe cause alguma despesa financeira, nos comprometemos a indenizá-lo diante de eventual prejuízo.

Não serão divulgados nomes em qualquer momento do estudo, uma vez que a identificação ocorrerá por meio de números ou nomes fictícios, garantindo assim o sigilo das informações prestadas que serão utilizadas apenas para fins acadêmicos correspondente à essa pesquisa.

Apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades.

Cada participante receberá uma via deste documento que deverá ser rubricado em todas as páginas e assinado conforme as indicações da pesquisadora responsável, e do participante da pesquisa e a qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o participante poderá solicitar do pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, ____ de _____ de 20__.

 Nome (legível) / RG

 Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia (DAE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Telefone de contato: 035 3829 – 4677 (Secretária do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão).

ANEXO VII

Consulta Feira no Solar da Serra: questionário online disponibilizado ao grupo de bairro para consulta à comunidade sobre a realização da feira na praça Ovídeo Vicentini.

E o melhor horário? *

- Manhã
- Tarde

Quais produtos você gostaria que tivesse na feira? *

- Pães, bolos e biscoitos caseiros
- Alimentação saudável
- Massas e congelados
- Lanches rápidos
- Hortaliças e produtos da horta
- Temperos e chás
- Doces caseiros
- Compotas e conservas
- Carnes e embutidos
- Bebidas em geral
- Artesanato
- Roupas
- Brinquedos
- Cosméticos naturais

O que mais você gostaria que tivesse na feira? *

Sua resposta

Uma feira no Solar da Serra será interessante para: *

- Interação da comunidade
- Opção de consumo
- Utilização e revitalização do espaço público
- Lazer para crianças
- Espaço para atrações culturais
- Oficinas para crianças
- Oficinas para adultos

Como você gostaria de contribuir para a realização desta iniciativa? *

- Participando da organização
- Opção 4
- Divulgando o evento
- Frequentando a feira.

Esse espaço é para que você expresse sua opinião sobre esta iniciativa. Vale sugerir, discordar, criticar e propor, fique a vontade!! *

Sua resposta

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

ANEXO VIII

Modelo de Ficha Cadastro de novas feirantes

FICHA DE CADASTRO DE EXpositorAS(ES) - SOLAR NA PRAÇA – FEIRA LIVRE	
Nome: _____	
Endereço: _____	
_____ tel. _____	
Data de Nascimento __/__/____	Profissão: _____
Nome para divulgação: _____	
Produtos: _____	

O que é o artesanato/culinária pra você?	
<input type="checkbox"/> Fonte de Renda <input type="checkbox"/> Hobby/terapia <input type="checkbox"/> Sonho/projeto de se tornar única fonte de renda	
O que você gostaria de aprender? _____	

